



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Bárbara Rodrigues Martins da Rocha

COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM DE POIOS (CAP)

O ENSINO E A ARQUITETURA COMO DINAMIZADORES DO MEIO RURAL

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor Adelino Manuel dos Santos Gonçalves
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Dezembro de 2023



COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM DE POIOS
O ENSINO E A ARQUITETURA COMO DINAMIZADORES DO MEIO RURAL

Bárbara Rodrigues Martins da Rocha
Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura
Departamento de Arquitetura da FCTUC

Sob a orientação do Professor Adelino Gonçalves
Dezembro 2023

A presente dissertação tem como base a 15ª edição do manual da norma de Chicago, devido à formatação e organização das referências bibliográficas, facilitando, assim, a leitura do trabalho. As notas de rodapé deverão fornecer informação complementar ao texto.

Para uma melhor compreensão do projeto, propõe-se o acompanhamento da leitura da dissertação com os desenhos presentes em anexo.

Agradecimentos

Agradeço à minha família, em especial aos meus pais pelo esforço que fizeram e que me permitiu chegar aqui hoje. À minha irmã, Andreia, pela paciência, carinho e apoio que me deu, não só durante este percurso, mas na minha vida, que me viu crescer e fez de mim a pessoa que sou hoje.

Aos meus amigos, com quem partilhei o meu dia à dia nestes últimos anos. Obrigada por fazerem de Coimbra uma cidade tão especial.

Ao meu professor e orientador, Adelino Gonçalves, por tudo o que me ensinou nestes dois anos e pela paciência.

Obrigada Coimbra.

Resumo

A dicotomia rural / urbano sempre foi uma realidade, porém, a diferença entre estas realidades de ocupação do território intensificou-se ao longo do tempo. No contexto nacional, o litoral e o meio urbano parecem ter-se tornado realidades sinónimas e correspondem aos lugares com mais oportunidades e garantias de futuro, em contraste com o meio rural, sobretudo do interior, visto como uma realidade “menor”. A procura por melhores oportunidades a nível económico e a maior facilidade e diversidade no acesso a serviços, contribuíram sobremaneira para a intensificação da migração para as zonas urbanas ao longo da segunda metade do século XX, levando ao envelhecimento e esquecimento do rural em Portugal. Neste contexto, o ensino no meio rural sofreu com as consequências da sua desvitalização.

Entre as décadas de 1940 e 1970, as escolas primárias adquiriram um valor especial no meio rural, tornando-se um símbolo de progresso e âncoras para fixar a população. Porém, vítimas do despovoamento do meio rural, muitos edifícios que albergavam as antigas escolas primárias encontram-se ao abandono e as crianças têm de se deslocar para centros escolares localizados em centros urbanos.

O contexto atual é outro e os desafios do meio rural são diferentes, mas é importante regressar à visão da escola rural como fator de desenvolvimento, apostar no ensino como contributo ativo para a revitalização do meio rural. Defender a escola rural, é defender o meio rural no seu todo.

A presente dissertação defende esta tese com uma estratégia de desenvolvimento que visa reforçar a atratividade do maciço de Sicó para a fixação das pessoas, através de Planos de Ação para uma rede de aldeias que se propõe que trabalhem em rede para atingir um objetivo comum. Para Poios, uma das aldeias, propõe-se o investimento em serviços para a infância e um projeto de uma Comunidade de Aprendizagem que procura responder às questões: pode o ensino alternativo reforçar a integração territorial de uma aldeia, valorizar o ambiente construído e aumentar as suas dinâmicas sociais?

Palavras-chave: Sicó; Poios; Reabilitação arquitetónica; Património Construído Vernacular, Ensino em espaço rural.

Abstract

The rural/urban dichotomy has always been a reality; however, the difference between these territorial occupations has intensified over time. On a national scale, the coast and urban areas seem to have become synonymous with places offering more opportunities and future guarantees, contrasting with rural areas, especially in the interior, perceived as a “lesser” reality. The pursuit of better economic opportunities and greater ease and diversity in access to services have significantly contributed to the migration to urban areas throughout the second half of the 20th century, leading to the aging and neglect of rural areas in Portugal. In this context, education in rural areas has suffered from the consequences of its devitalization.

Between the 1940s and 1970s, primary schools gained special importance in rural areas, becoming a symbol of progress and anchors to retain the population. However, victims of rural depopulation, many buildings that housed these old primary schools are now abandoned, and children have to commute to educational centers located in urban areas.

The current context is different, and the challenges of rural areas have changed, but it is crucial to return to the view of rural schools as a development factor, investing in education as an active contribution to the revitalization of rural areas. Defending rural schools means defending rural areas as a whole.

This dissertation supports this thesis with a development strategy aimed at reinforcing the attractiveness of the Sicó massif for population settlement. This involves implementing Action Plans for a network of villages that are proposed to collaborate to achieve a common goal. For Poios, one of the villages, the proposal includes investing in childhood services and a project for a Learning Community that seeks to address the questions: can alternative education strengthen the territorial integration of a village, enhance the built environment, and increase its social dynamics?

Keywords: Sicó; Poios; Architectural Rehabilitation; Vernacular Built Heritage; Education in Rural Spaces.

Sumário

Introdução	1
Estrutura	7
Método	11
I Problema	19
1 Litoral, Interior, Urbano, Rural	21
2 O Ensino	
2.1 Ensino Formal	27
2.2 Ensino Alternativo	33
2.2.1 Waldorf / Montessori	37
2.2.2 Comunidades de Aprendizagem	41
2.3 A Influência do espaço arquitetônico no ensino	47
2.4 O ensino no meio rural	53
II Contexto	61
1 Sicó: “Reino da pedra”	63
1.1 Sicó Patrimônio	67
2 Desafios do território	71
3 O ensino em Sicó	77
III Proposta	83
1 Sicó: Cidade Região	85
2 Planos de Ação	89
3 Poios	97
4 Poios no Mundo	101
5 Comunidade de Aprendizagem dos Poios	105
Considerações finais	
Bibliografia	
Índice de imagens	
Anexos	



Figura 1: Conversas na aldeia de Poios

Introdução

A presente dissertação foi desenvolvida no contexto da iniciativa *De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?* (De volta ao rural) entre os anos letivos de 2021/2022 e 2022/2023, no âmbito das disciplinas de Atelier de Projeto IID, Laboratório de Protejo IID e Seminário de Investigação. Esta iniciativa teve início em Setembro de 2020, no âmbito de um protocolo celebrado entre a Terras de Sicó, Associação de Desenvolvimento, e Universidade de Coimbra através do Departamento de Arquitetura, dedicado à valorização do maciço de Sicó. Deste modo, o foco da iniciativa é esta área da região centro cujo território é formado pelos 6 municípios parceiros daquela associação: Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure.

Esta dissertação surge a partir de uma análise crítica da evolução das áreas rurais do interior e visa contribuir ativamente através de uma nova visão sobre a intervenção nestes espaços, olhando para a arquitetura como um agente de desenvolvimento integrado. Assim, com arquitetura como protagonista, o objetivo desta dissertação assenta na valorização das potencialidades do território em estudo e defende que o ensino alternativo pode ter um papel determinante na revitalização do interior.

Grandes áreas do interior caracterizam-se atualmente como territórios de baixa densidade, onde o espaço verde tem mais presença do que o construído e as pessoas escasseia. É conhecido pela vida aparentemente mais calma, pelas tradições e conhecimentos locais e pela atividade agrícola e florestal. Em contraste, o meio urbano possui uma alta percentagem populacional resultante, sobretudo, da migração da população rural. Porém, é visto como um território “cinzento” e onde a vida é mais agitada.

O rural tem sofrido há muito com a migração de uma taxa elevada da população para o meio urbano, resultando em territórios envelhecidos, despovoados e degradados. A falta de serviços, de comércio, de atividades e emprego, bem como a dificuldade no acesso a transportes parecem ser os principais fatores responsáveis por esta situação.

O sistema económico tem um forte impacto na ocupação territorial e há muito que as melhores oportunidades de emprego se encontram no meio urbano, assim como o acesso a serviços de primeira necessidade, como saúde e ensino. A par somamos a vontade da geração pós-2ª Guerra de largar o trabalho árduo da agricultura e procurar condições de vida e perspetivas de futuro melhores, as quais apenas podia encontrar no meio urbano.

A problemática do êxodo rural arrecada consequências negativas não só para o meio rural, como para o meio urbano que, em muitos contextos, sofreu um crescimento populacional desorganizado. Esta dicotomia entre o rural e o urbano é o cerne da questão quando se fala na

O número de residentes nas aldeias da RAC varia entre menos de 10, em Ariques (Alvaiázere), e cerca de 150 em Casmilo (Condeixa-a-Nova). Naturalmente, um número tão baixo de residentes reflete-se no nível de ocupação do espaço público das aldeias e nas relações interpessoais. O espaço público, tanto são as ruas, os pequenos largos ou os caminhos agroflorestais, porém, a dimensão pública da vida em comunidade também tem lugar em campos agrícolas onde a conversa é posta em dia, mesmo durante a faina. Esté é um valor muito importante destes campos. Eles servem, na maior parte das vezes, a produção para consumo próprio e não como fonte de rendimento, mas são também lugares de convívio e merecem ser pensados também como tal. As relações destes lugares com o território onde se localizam, vêm-se muito condicionadas pela oferta reduzida de transportes públicos, sobretudo no caso das pessoas que não têm a possibilidade de se deslocarem autónomamente. De facto, o serviço de transporte de passageiros ocorre poucas vezes por semana e não sempre com horário definido, tendo grandes implicações na qualidade de vida e bem estar das pessoas.

Por se tratar de pequenas aldeias, a população conhece-se quase toda e as suas rotinas também se baseiam nesse conhecimento. Assim, várias pessoas sentiam-se legitimadas a falar no plural e por vezes queixavam-se da falta de investimento, nestes locais. Embora as nossas visitas tenham causado dúvidas e algum desconforto, este foi sempre ultrapassado rapidamente e fomos muito bem recebidos, sobretudo ao saberem da iniciativa académica que nos levou às aldeias e que tem o objetivo de valorizar e preservar o património natural e construído de Sicó e a captação de mais pessoas para as aldeias.

O emprego localiza-se fora das aldeias, nomeadamente nas sedes de concelho e nas cidades mais próximas. Do mesmo modo, os serviços públicos e de interesse coletivo, como saúde, ensino ou apoio social, encontram-se nestes mesmos lugares. Deste modo, os movimentos pendulares, tanto implicam a população ativa e/ou a população jovem, como as crianças, que se veem obrigadas a frequentar escolas que se localizam foram das aldeias. Tudo isto influencia muito o ambiente que se vive nas aldeias, quer durante o dia, quer durante a noite, mostrando assim como é

Viver em Sicó!



Figura 2: Painel síntese “Viver em Sicó”

perda populacional nos territórios de baixa densidade. Para fazer face a esta problemática será necessário criar medidas que apostem no meio rural e mostrem que este pode ser tão mais atrativo como o urbano, sempre tendo em consideração a evolução da forma de viver da população no seu todo. É preciso salientar os pontos positivos do meio rural e mostrar que, estes territórios podem sim ter tão boas, ou melhores, condições de vida que o meio urbano.

É imperativo que sejam criadas soluções que travem o êxodo rural e que reforcem a atratividade destes territórios, não só para turismo, mas, sobretudo, para a fixação de pessoas. Porém, é importante sublinhar a pertinência de estas medidas salientarem as forças do território rural, sem lhes ferir a identidade, por outras palavras, valorizando o que o diferencia do meio urbano. Apresentar o meio rural como um estilo de vida e estudá-lo de forma a trabalhar a sua individualidade a favor do projeto e da imagem que queremos que tenha no futuro.

Ora, no que toca ao território em estudo, Sicó, apresenta recursos que interessa valorizar, como é o caso do património construído vernáculo. Esta arquitetura apresenta características únicas, mesmo que modestas, que constituem uma das forças deste território.

Sendo Sicó uma região cársica, a pedra calcária está naturalmente presente na arquitetura e na paisagem, através de construções que marcam este território, como é o caso dos muros de pedra seca. A materialidade é parte do território, fazendo da arquitetura um complemento da paisagem e vice-versa. As habitações e casas de eira, bem como os muros de pedra seca que podemos observar nesta região, constituem um património que interessa preservar pelo seu valor cultural e pelas histórias que estas construções nos contam. A valorização da paisagem, dos produtos endógenos, das rotas e toda a cultura local é, também, uma medida plural que deve ser tida em conta na procura pelo reforço da coesão territorial.

Deste modo, para que os objetivos fossem cumpridos, os estudantes dos Ateliers de Projeto ID e IID elaboraram estratégias de valorização das aldeias de cada um dos municípios parceiros da Terras de Sicó que pertencem à Rede de Aldeias de Calcário (RAC). Estas estratégias tiveram como base a estratégia geral defendida pelo colega João Pereira (2022), que se baseia numa visão de Sicó como cidade-região e defende uma intensificação das relações entre o rural e o urbano. O principal objetivo é tornar as aldeias mais atrativas, não apenas para visitantes, como também para moradores. Para tal, a estratégia defende que as aldeias da RAC se configurem no futuro como Aglutinadores Sociais, Polos de Multifuncionalidade e Centros de Saber e Experiência. Assim, para a implementação desta estratégia, foram criados Planos de Ação para cada uma das aldeias, com projetos específicos para reforçar a sua atratividade, requalificar o espaço físico e melhorar a imagem do território.

Pois bem, a desvitalização do mundo rural é um problema complexo e plural manifestando-se não apenas no despovoamento e conseqüente degradação do edificado, mas também no encerramento de serviços de proximidade. Assim, também o ensino sofreu com a desvitalização do mundo rural. Muito.

Deste modo, a escola no rural sofreu um impacto negativo e é recorrentemente associada a uma ideia de atraso, em contraste com a escola urbana, supostamente moderna. A presente dissertação contesta esta visão, pois afeta o rural no seu todo. Assim, procura-se mostrar como o rural pode influenciar, positivamente a educação, e vice-versa. Defende-se, então, que apostar no ensino é uma aposta na construção de um novo rural e, por essa via, na valorização dos territórios de baixa densidade.

Sicó é, então, o território de ação da presente dissertação e a aldeia para a qual é proposta uma intervenção é Poios, do concelho de Pombal. Desta forma, partindo de uma perceção crítica da forma como pode a educação ser a resposta para as fragilidades do meio rural, quando assente em métodos de ensino alternativos, o principal objetivo do Projeto aqui defendido, uma Comunidade de Aprendizagem, é contribuir para a valorização das terras de Sicó, procurando criar uma relação direta entre o espaço interior e exterior, não diferenciando a sala de aula da natureza e do contexto em que se insere.

Pensando no espaço, na materialidade e na luz de forma a diferenciar esta Comunidade de Aprendizagem de uma escola tradicional, propõe-se, então, um equipamento de ensino que, mais do que “apenas” o edifício escolar, se quer assumir como um programa de ensino de base comunitária, estendendo-se para as ruas e transformando toda a aldeia num espaço educativo, tendo sempre como uma das bases de estudo os métodos de ensino alternativo, a psicologia da educação e a influência do espaço e da arquitetura na aprendizagem.

Estrutura

A presente dissertação está organizada em três partes – Problema, Contexto e Proposta – com a primeira dedicada à análise do território e à exploração dos problemas atuais de organização e desenvolvimento do território nacional. Por sua vez, a segunda parte, Problema, dedica-se às terras de Sicó, território de intervenção da tese. Por fim, a última é dedicada à apresentação de uma visão para o desenvolvimento de Sicó e do projeto para uma aldeia deste território.

A primeira parte, Problema, está organizada em dois capítulos – Litoral, Interior, Urbano, Rural e O Ensino – e explora os problemas atuais de organização e desenvolvimento do território nacional. Sobressaem, nestes problemas, dois grandes grupos de binómios que traduzem as suas assimetrias e são discutidos no primeiro capítulo: o meio urbano e o meio rural, e o interior e o litoral. Atualmente o interior do país apresenta-se como uma realidade desfavorecida, despovoada e com fraco dinamismo, e, em contrapartida, o meio urbano, sobretudo no litoral, corresponde à geografia onde se concentrou, desde sempre, o investimento e, desse modo, onde se localiza a indústria e emprego, levando a um crescimento populacional expressivo, ainda que desorganizado. Deste modo, enquanto desígnios nacionais, coesão, cooperação interurbana e rural-urbana, e desenvolvimento de base local, são palavras-chave e conceitos-ação das orientações desejadas para o desenvolvimento territorial.

Pois bem, acreditando que o Ensino pode ser um fator de desenvolvimento dos territórios em perda do interior e que as características do meio rural podem ter um impacto positivo na educação, o segundo capítulo dedica-se à questão do ensino em Portugal, abordando o método formal e as políticas a ele associadas, e comparando-o com métodos de ensino alternativos, procurando relevar os seus benefícios quando aplicados nestes territórios.

A segunda parte da dissertação é dedicada ao Contexto e está organizada em três capítulos: Sicó “Reino da pedra”¹, Desafios do território e O ensino em Sicó. Nela é feita uma apresentação do maciço de Sicó, território de ação da iniciativa De volta ao rural, e, portanto, também desta dissertação. O primeiro capítulo dá a conhecer as forças deste território entendido enquanto paisagem cultural, em que os produtos endógenos, o(s) património(s) e a arquitetura vernacular são evidências da relação do homem com esta região ao longo do tempo, na criação do seu lugar. Em contrapartida, este capítulo também discute os problemas ou fragilidade deste território.

Por sua vez, o segundo capítulo é dedicado ao Ensino em Sicó e apresenta as escolas dos diferentes níveis de ensino e discute de forma particular uma comunidade de aprendizagem que existe em Rabaçal, Penela.

Por último, a terceira parte, Proposta, é organizada em cinco capítulos. O primeiro apresenta a estratégia geral Aldeias de Calcário: Polos de Multifuncionalidade, Aglutinadores Sociais, Cen-

¹ O demais título é uma adoção de uma expressão utilizada por Lúcio Cunha. (2003, p.3)

tros de Saber e Experiência e faz a ponte para um segundo capítulo que apresenta os Planos de Ação propostos para cada uma das sete aldeias. Segue-se um terceiro e quarto capítulo dedicado à apresentação dos Poios, aldeia à qual esta dissertação se dedica, e à imagem que o Plano de Ação proposto lhe pretende dar, respetivamente.

Já no quinto e último capítulo apresenta-se a estratégia individual para uma Comunidade de Aprendizagem, comprovo a sua pertinência e mostro de que forma irão o ensino e a aldeia andar de mãos dadas para que, a par com as propostas dos meus colegas, respondam aos problemas deste território. Aborda-se ainda a forma como pretendo preservar e valorizar a arquitetura vernacular local contrastando-a com uma construção nova, sem que se perca a imagem da aldeia.



Figura 3: Processo de trabalho

Método

Para a elaboração da presente dissertação, foram empreendidas uma série de atividades e trabalhos de diferentes tipos, cada um com objetivos específicos: Conhecer, que resultou em visitas de campo e pesquisa aprofundada sobre o tema, Analisar a informação recolhida, Expor, que se traduziu na discussão das propostas da estratégia das aldeias e dos projetos, e Projetar.

Estas atividades foram realizadas ao longo dos anos académicos 2021/2022 e 2022/2023, algumas em simultâneo, constituindo uma linha de raciocínio que viria a culminar nas propostas de plano e arquitetónica apresentadas nesta dissertação.

Neste sentido, destacam-se algumas das atividades desenvolvidas ao longo dos dois anos letivos:

– Participação no seminário “Conhecer os Recursos e Valores de Sicó”, realizado no dia 21 de Setembro de 2021, no Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra, que contou com a participação não só do professor Adelino Gonçalves (responsável pela organização), como também dos professores Margarida Relvão Calmeiro, Rui Fernandes e David Leandro, Pedro Bingre, Ivânia Monteiro, Ricardo Almendra, Raimundo Mendes da Silva e Catarina Mouraz, importantes entidades no desenvolvimento das terras de Sicó.

– Participação no Seminário “Projetar o Território e Paisagem de Sicó”, realizado no dia 22 de Setembro de 2021, no Departamento de Matemática da Universidade de Coimbra, que contou com a participação do Professor Adelino Gonçalves, Margarida Relvão Calmeiro, David Leandro, Rui Fernandes, Vítor Campos, ELARD, Helga Ramalho, Renato Dias e Vilma Silva.

– Participação nas visitas de Campo às sete aldeias (Ariques, Casmilo, Chanca, Granja, Poios e Pombalinho e também Rabaçal), com a duração de 5 dias, de 29 de Setembro a 3 de Outubro de 2021. Este primeiro contacto com o território permitiu conhecer a paisagem e proporcionou um primeiro contacto com a população local. Permitiu também fazer um primeiro levantamento fotográfico, ter um contacto direto com a arquitetura vernacular do local e aprender sobre os saberes da aldeia. Foi também nesta visita que se deu o primeiro contacto com a Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras no Rabaçal.

– Pesquisa bibliográfica relativa ao meio rural e à dicotomia que se cria entre o mesmo e o meio urbano. Destaca-se João Ferrão e Rui Jacinto como autores relevantes nesta fase, já que ambos são cruciais no entendimento dos problemas do território nem estudo e das políticas já realizadas para tentar revertê-los.

– Pesquisa bibliográfica sobre o Maciço de Sicó a fim de melhor entender o território, os valores que o mesmo apresenta e que importam preservar, os seus problemas e as suas virtudes. Destaca-se o autor Lúcio Cunha que descreve Sicó e a sua paisagem natural detalhadamente.

Após analisar o tema da dissertação e estudar a forma como poderia a arquitetura contribuir de forma positiva para a resolução dos problemas do território em estudo, cheguei à conclusão que apostaria no Ensino como alavanca para estes territórios.

Deste modo, dei início a uma segunda fase de trabalho que ocorreu em simultâneo com a primeira. Das atividades desenvolvidas, destacam-se:

- Pesquisa sobre o ensino formal e alternativo com o intuito de perceber a diferença entre ambos e as vantagens e desvantagens que apresentam quando aplicados em meio rural. Destaca-se o escritor e orador Ken Robinson, que apresenta bibliografia bastante detalhada e explicativa relativa ao ensino.

- Pesquisa bibliográfica em torno do Ensino em meio Rural, dos métodos alternativos e das Comunidades de Aprendizagem. Destaca-se o autor Abílio Amiguinho, que apresenta uma vasta bibliografia no ensino em meio rural.

- Visita à Escola Montessori do Porto, no dia 15 de Novembro de 2021, que proporcionou a oportunidade de entender como funciona pedagogicamente uma escola de ensino alternativo e a forma como a arquitetura influencia este método de ensino.

- Visita à Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras, na aldeia do Rabaçal, que permitiu a oportunidade de assistir a aulas, perceber como funciona a pedagogia e conversar com o professor e coordenador Adriano. Foi estudada a relação escola/comunidade local que a comunidade de aprendizagem em questão incentivava e o impacto positivo que a mesma tinha na aldeia em que estava inserida.

- Participação na conferência “No limite da Educação” organizada pelos alunos de 5º ano do Mestrado em Arquitetura no ano letivo de 2021, no âmbito da cadeira de Seminário de Investigação, e que teve a participação da educadora de infância Cristina Cardoso.

- Participação na organização da conferência “Conhecer e valorizar a construção Vernácula”, inserida no Ciclo de Conferências de Seminário de Investigação e realizada no âmbito da cadeira de Seminário de Investigação, a 11 de Novembro de 2022 e que contou com a participação do Professor Raimundo Mendes da Silva.

- Por fim, conversas com o Professor Adriano Félix da Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras e que tiveram um forte impacto no desenvolvimento do trabalho.

- Destaca-se, ainda, visitas de campo que se foram realizando ao longo dos dois anos, com o intuito de reunir mais informação necessária para a realização da fase de projeto.

Por fim, a fase de projetar. Após a análise do território, seguimos com a distribuição das aldeias em estudo, baseada na pertinência que cada proposta de projeto teria em cada aldeia e deu-se início ao desenvolvimento dos Planos de Ação, que desenvolvem a estratégia global para Sicó

parada pelos colegas que ingressaram o Atelier de Projeto IID no ano letivo de 2020/2021. Desta forma, foram apresentadas 14 propostas que, juntas, pretendem reforçando a atratividade de Sicó, dinamizando esta região.

Neste seguimento, e após a escolha dos Poios como aldeia de foco para esta dissertação, as atividades realizadas resumiram-se em:

- Elaboração de um Plano de Ação para Poios, a par com a minha colega Andreia Guimarães.
- Realização de painéis sobre a estratégia proposta.
- Desenvolvimento da proposta da Comunidade de Aprendizagem dos Poios.





Figura 4: Paisagem dos Poços; Nossa Senhora da Estrela

I Problema

O binómio rural/urbano sempre existiu enquanto realidades distintas de assentamento humano, porém, com diferentes expressões dependendo da geografia, a possibilidade de as distinguir foi-se tornando cada vez mais difícil ao longo do tempo. O território nacional não é exceção desta situação e existem grandes áreas onde não se consegue dizer onde começa e onde termina a urbanização e começa o campo. Além disso, no contexto nacional, o litoral e o meio urbano parecem ser realidades sinónimas e que correspondem a territórios com mais oportunidades do que interior, que parecem garantir um futuro dinâmico e com mais sucesso, em contraste com o meio rural e o interior, vistos como realidades deprimidas e “menores”, onde parece não haver futuro.

O êxodo rural e a conseqüente desvitalização dos territórios do interior são um dos principais focos da primeira parte da presente dissertação. Deste modo, o primeiro capítulo dedica-se à análise destes problemas, questionando preconceitos associados ao interior do país e, em contrapartida, procurando relevar os seus aspetos positivos. Por sua vez, o segundo capítulo desenvolve o tema da Educação e integra com uma breve introdução à história do ensino, evoluindo para uma análise do ensino formal com base em estudos específicos. Como forma de apresentar fundamentos pertinentes para o programa do projeto defendido nesta dissertação, este capítulo dá ainda a conhecer métodos de ensino alternativos e as suas vantagens quando aplicados em territórios de baixa densidade.

Fenómenos de transformação urbana em curso (2001-2015)

Por freguesias de Portugal Continental

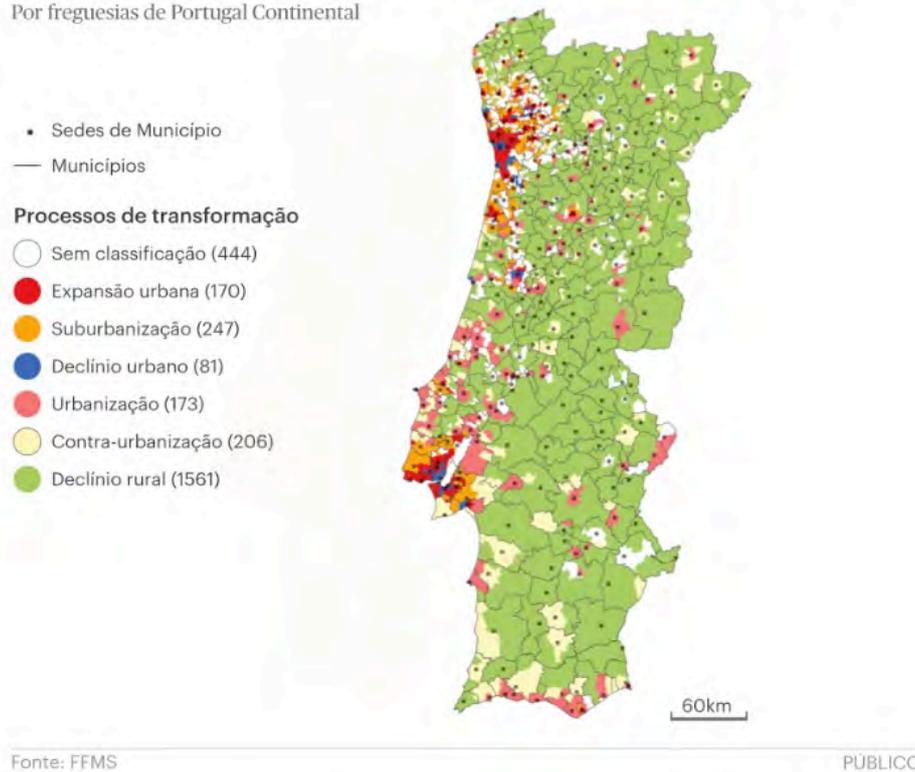


Figura 5: Fenómenos de transformação urbana em curso (2001-2015)

1 Litoral | Interior, Urbano | Rural

O(s) problema(s) do território Nacional

A industrialização da sociedade teve impactos a todos os níveis na vida das pessoas e no modo como são satisfeitas as suas necessidades na ocupação do território, em que as cidades adquiriram um protagonismo que jamais deixaram de ter na economia dos países. Com isso, as cidades tornaram-se sinónimos de emprego e garantia de futuro e, em contrapartida, pela fixação da indústria e dos serviços se concentrar nas cidades, o meio rural sofreu as suas consequências por ser o seu principal emissor de mão de obra, ou seja, sofreu com todos os impactos devidos ao êxodo populacional.

A existência de melhores oportunidades de trabalho e a maior facilidade e diversidade no acesso a serviços, contribuíram para que a migração para as cidades, sobretudo as que se localizam no litoral, se intensificasse a partir da segunda metade do século XX, fenómeno esse que se prolongou até aos dias de hoje (figura 5). Como resultado, a perda demográfica que se fez sentir no interior do país acarretou consequências negativas não para o meio rural, mas também para o meio urbano, por não estar preparado para a intensidade com que se processou o crescimento populacional, resultando em expansões desorganizadas.

Em 1933, quando António de Oliveira Salazar assumiu o governo português instaurando o chamado de Estado Novo, o urbano representava uma percentagem diminuta do território nacional. O país era rural, por assim dizer, com tudo o que isso significava, ou seja, meios isolados, fraco acesso a serviços básicos e com uma economia quase de subsistência, portanto, a população vivia maioritariamente da agricultura. Porém, apesar de tardia, a industrialização do país começou a instalar-se e teve naturalmente as suas consequências diretas a este nível, com a máquina a dispensar cada vez mais o homem.

O espaço rural correspondia, então, à maior parte do território e era povoado com uma população mais necessitada e que, na sua maioria, apresentava grandes taxas de analfabetismo. Ora um dos valores defendidos pela sua ditadura era a exaltação ao poder e o respeito pela religião, neste sentido o Estado Novo foi responsável pela construção de escolas, igrejas e Casas do Povo nas aldeias. Assim, com o intuito de não deixar o interior do país cair no esquecimento e de reforçar a presença do Estado Novo, o aparelho do Governo levou a cabo a construção de importantes obras públicas não só nas cidades, mas também em pequenos lugares do interior.

De qualquer forma, a maior parte das políticas para o investimento criadas durante o Estado Novo incidiam mais no litoral. Com o intuito de melhorar a economia do país e na tentativa de acompanhar o resto da Europa, que nesta época se mostrava já mais estável, Salazar implementou medidas que prometiam modernizar o litoral do país. Consequentemente, ao tornar o urbano do litoral mais atrativo, intensificou-se a migração das populações rurais, que procuravam



Figura 6: Fotografia aérea da aldeia do Vieiro



Figura 7: Fotografia da aldeia do Vieiro

melhores oportunidades de vida e de trabalho.

Deste modo, “viver na cidade” foi-se instalando como um objetivo societal e a vida no campo como algo pitoresco ou um cenário do passado. Por isso, associados ao despovoamento do interior, foram-se intensificando problemas como o abandono de áreas agroflorestais, aos quais estão associadas as vagas de incêndios, e a degradação de muito do parque edificado de vilas e aldeias, algumas completamente abandonadas, como é o caso, por exemplo, da aldeia do Vieiro, perto de Oliveira do Hospital. (Fíg.6 e 7)

Hoje a população rural é escassa e maioritariamente envelhecida, o que contribui para a fraca atratividade das aldeias, já que esta faixa etária terá mais dificuldade em dinamizar o território ou manter a vitalidade das comunidades. Esse papel poderia ser assumido pelos jovens que restam, mas não parecem mostrar interesse em trocar as grandes cidades pela vida no campo. Assim, o abandono permanece e crescem os edifícios e terrenos abandonados, resultando em paisagens ainda menos atrativas para morar e, em muitos casos, em aldeias fantasma.

Portanto, este abandono do interior resultou numa diversidade de problemas visíveis a olho nu, mas aos quais temos de juntar outros, como a perda cultural que estamos a sofrer quando deixamos que os saberes e a cultura associada ao espaço rural se percam. O êxodo tem levado ao envelhecimento e esquecimento do rural em Portugal e, conseqüentemente, estas condições representam um entrave na implementação de estratégias de desenvolvimento local.

Assim, a dicotomia rural / urbano é o cerne da questão quando se fala na perda populacional nos territórios de baixa densidade, isto é, insistir-se em pensar o território como sendo composto por duas realidades em regime “ou”. É, pois, imperativo que se criem medidas que apostem no reforço das relações interurbanas e rural-urbanas, bem como na qualificação do espaço rural, com o intuito de reforçar a sua atratividade, não só para turismo, mas principalmente para a fixação de pessoas, sempre tendo em consideração a evolução da forma de viver da população no seu todo.

Os problemas atuais do território relacionados com os seus desequilíbrios podem, sim, ser resolvidos se as soluções passarem por um paradigma de gestão territorial que integra iniciativas locais como as que são implementadas por associações locais, como é o caso da Terras de Sicó na serra de Sicó, como um maior diálogo entre todos os agentes e partes interessadas.

É importante reforçar a ideia de que, ao contrário do que se tem visto ser feito em todo o território rural do país, o Turismo Rural, por si só, não é a solução para o problema plural e complexo da desvitalização do interior. O turismo faz parte da solução, mas não é, por si só, a solução. É necessário perceber a importância de existirem equipamentos e serviços de apoio que deem resposta às diferentes necessidades da população e com diferentes programas, e na dinamização da população local de forma a aumentar o desenvolvimento económico e a fixar

peças. Porém, é importante sublinhar que estas medidas devem encaixar nas aptidões do território rural sem lhe tirar a identidade e, muito menos, sem o homogeneizar, por outras palavras, sem o urbanizar tornando as aldeias em “microcidades”. Porventura, uma das maiores forças do interior reside na sua diferença e no potencial que encerra para proporcionar bem-estar. Apresentar o meio rural como um estilo de vida e estudá-lo, minuciosamente, de forma a trabalhar a sua individualidade a favor do projeto e da imagem que queremos que o mesmo tenha no futuro.

Para terminar, é importante reforçar que o debate em torno dos binómios Litoral / Interior e Urbano / Rural é de grande relevância, não só a nível político e económico, como também de planeamento urbano e desenvolvimento regional e social. Este debate realça as disparidades entre diferentes regiões e estilos de vida, reforçando a ideia de necessidade de políticas mais equitativas e abordagens mais promissoras para o desenvolvimento.

A verdade é que, este debate evidencia as desigualdades tanto socioeconómicas como de infraestruturas entre as regiões já que, ao analisar o plano geral do país, as áreas urbanas apresentam uma maior facilidade em acessos a serviços e recursos como, aliás, já foi mencionado anteriormente neste mesmo capítulo. Isto leva a uma discussão de equidade ou de justiça social, já que se espera que todos os cidadãos, independentemente da região onde moram, tenham a mesma facilidade de acesso a serviços mínimos.

Espera-se, também, que este debate influencie de forma positiva a formulação de novas políticas de desenvolvimento mais equilibradas, com mais investimento no interior a nível de melhorias de infraestruturas, de redes de transporte, educação, entre outras, e promover um desenvolvimento do país mais sustentável, com uma preocupação na gestão dos recursos naturais.

Em suma, o debate destes binómios realça as interações entre os dois estilos de vida e incentiva a criação de novas políticas e estratégias que promovam um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, como se pretende com a estratégia pensada para as Aldeias de Calcário, da qual esta dissertação faz parte.

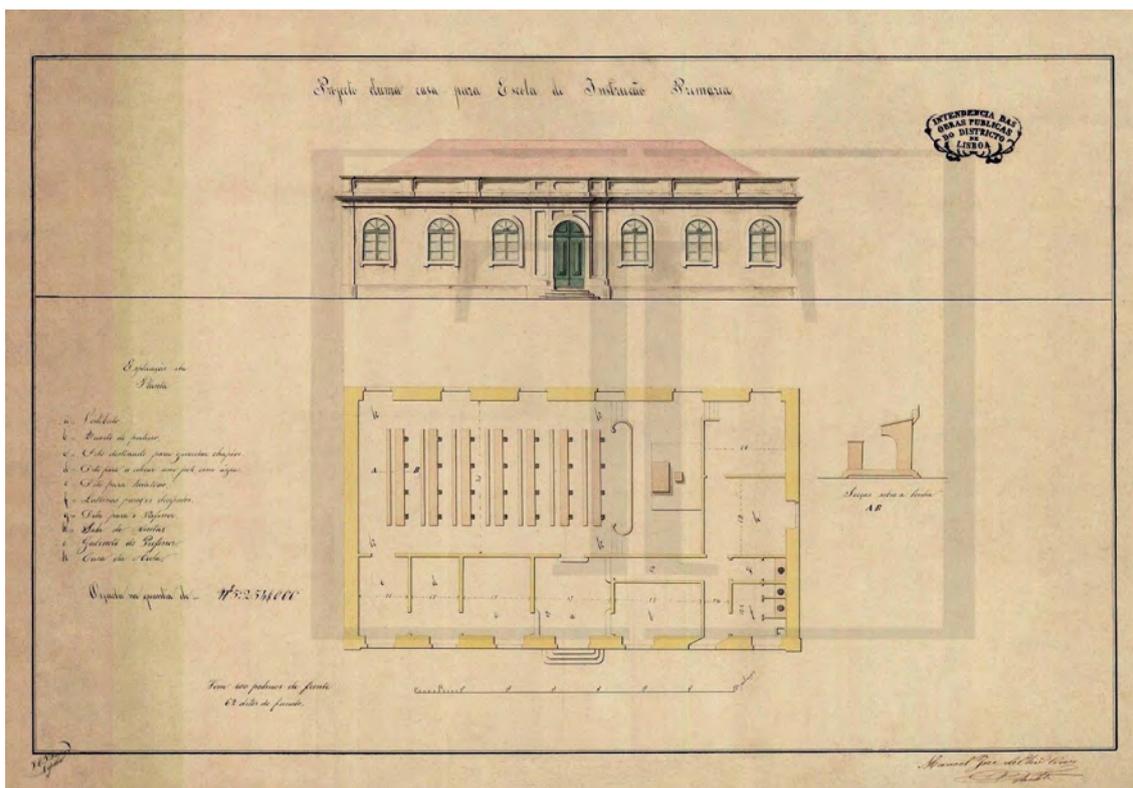


Figura 8: Projeto de escola primária nos finais do século XIX

ANO	TEMPO DE ESCOLARIDADE OBRIGATÓRIA	LEGISLAÇÃO
1911	3 anos	DL de 29.3.1911
1919	5 anos	DL de 10.5.1919
1927	4 anos	DL 13 619 de 17.5.1927
1930	3 anos	DL 18 140 de 3.1930
1956	4 anos para rapazes e 3 anos para rapariga	DL 40 964 de 12.1956
1960	4 anos para rapazes e raparigas	DL 42 994 de 5.1960
1964	6 anos	DL 45 810 de 7.1964
1979	Condições que assegurem uma efetiva escolaridade de 6 anos	DL 538/79 de 31.12
1986	9 anos (dos 6 aos 15 anos de idade)	Lei 46/86 de 14.10

Quadro 1: Escolaridade obrigatória em Portugal

2 O Ensino

2.1 O ensino formal

Apesar de o conceito de ensino ter surgido naturalmente com a evolução do Homem e com a constante procura pela aprendizagem e troca de conhecimento, o conceito de “escola” como o conhecemos hoje, apenas aparece na idade média. No entanto, o acesso era reservado às classes mais altas. No século XVIII, durante o período do Iluminismo e, posteriormente, durante a Revolução Francesa, os princípios da razão e os ideais da educação como um caminho para um mundo melhor ganharam destaque. Conseqüentemente, isto levou a um maior acesso à educação para uma parte mais significativa da população. O sistema de educação, como o conhecemos hoje, teve início nesse período. A par com o desenvolvimento da Revolução Industrial, surgiu a necessidade de estabelecer escolas com programas de estudo que atendessem às necessidades do mercado de trabalho.

Atualmente, vivemos numa era digital, mas o método de ensino mantém-se. Por isso, é importante questionar o método formal e perceber, no contexto atual, quais os seus pontos fortes, as suas fraquezas.

Em Portugal, a educação e a escola como a conhecemos hoje remontam a um período ainda anterior à fundação da nação, 1143, e aparece com influências claras da igreja católica, seguindo parâmetros dos já existentes modelos de ensino europeus. A Universidade de Coimbra, de 1308, é um marco importante neste sentido e um ponto fulcral no desenvolvimento educacional do país nesta época. No entanto, foi apenas mais tarde, no século XVIII, que tiveram lugar reformas importantes na educação no país, incluindo a criação de escolas primárias públicas.

Posteriormente, já durante a Primeira República, foram implementadas outras reformas que visavam abranger o ensino a diferentes níveis, sendo eles o infantário, o primário “superior” e o dito normal, a par com a expansão do ensino universitário para o Porto e para Lisboa. Assim, foi reconhecida a devida importância ao ensino, que acabou por resultar na criação da Direção-Geral da Instrução Pública, a 7 de Junho de 1859. Apesar das alterações políticas e das reformas implementadas, a elevada taxa de analfabetismo do país constituir um problema grave.

A instituição da escolaridade obrigatória em Portugal ocorreu em 1911 e pretendia-se então fazer face ao problema do analfabetismo. No entanto, nos primeiros anos da implementação desta medida, a escolaridade obrigatória era apenas composta por 3 anos de escolaridade. Esta medida foi sofrendo alterações, como se pode observar na figura 8. Para que o regime de escolaridade obrigatória pudesse ser implementado, o Estado teve naturalmente de fazer uma aposta na educação, construindo escolas, alargando assim a oferta.

Apesar das medidas implementadas pela Primeira República, tornou-se evidente que o sistema



Figura 9: Sala de aula dos anos 1930's



Figura 10: Sala de aula nos dias de hoje

de ensino formal em Portugal não sofreu impactos a nível qualitativo, mas apenas quantitativo. Isto resultou numa escola atual que enfrenta diversos desafios, nomeadamente relativos à forma como o programa curricular é organizado e lecionado, bem como à imagem do aluno enquanto centro da escola e à qualidade da arquitetura dos estabelecimentos. O problema deste último desafio, isto é, a qualidade da arquitetura dos estabelecimentos, projetados numa época em que a preocupação principal seria a quantidade de estabelecimento – muitos seguindo projetos-padrão –, em vez da qualidade, o conforto, funcionalidade e integração dos edifícios escolares. Ora, um espaço projetado e adequado às necessidades do ensino, independentemente do método aplicado, pode melhorar significativamente a qualidade do ensino e do ambiente escolar e, desse modo, valorizar o lugar em que se inscreve.

Nas últimas décadas, o Governo preparou planos estratégicos que mostram uma constante procura pela qualidade do ensino e, nesse sentido, melhorar o painel geral da educação em Portugal. Em 2020, foi publicada uma proposta para um “plano de reformas antecipadas” para os professores em faixas etárias mais elevadas, mas nunca chegou a ser implementada. Em contrapartida, duas propostas importantes parecem estar a ser implementadas: uma que diz respeito à requalificação dos edifícios escolares e, conseqüentemente, à sua modernização; outra, que visa o aumento do investimento público nos programas de ação social.

Todavia, não poderá ser feito mais? Não podia este conjunto de estratégias estar a ser pensado a par com outras, com o objetivo de pensar o ensino como um colaborador para a resolução de alguns dos problemas do território? Para que se faça uma reforma eficaz no ensino é necessário olhar para ele como a base da sociedade. Deixar de pensar a sua evolução apenas com a reforma dos espaços ou no nº de alunos que albergam, e começar a ver o ensino como uma ferramenta importante que molda o cidadão e o território.

Para tal, é necessário, primeiramente, observar os alunos num plano geral, perceber como aprendem e quais os métodos de ensino ou as políticas que se traduzem em melhores resultados, e em seguida analisar o caso do ensino em Portugal para ter uma perceção crítica do mesmo.

No método de ensino formal, a rotina é ditada pelas regras aplicadas na respetiva escola ou pelos horários que têm a cumprir, e no cumprimento de um programa curricular pré-estabelecido e uniforme para todo o país. No limite, poderíamos dizer que a criança não é o protagonista, mas o próprio modelo de ensino é que é o protagonista. Questões como a criatividade, a facilidade de responder a problemas, a comunicação, a capacidade de gerir tempo e organizar tarefas, que são fundamentais para o dia a dia das pessoas, não fazem parte do primeiro plano de preocupações do ensino. No entanto, nada impede que sejam valorizadas ou estimuladas nas salas de aula.

Ken Robinson² (2013) aponta ainda como um grande problema, a forma como se tenta passar o conhecimento, pois os métodos de avaliação mais utilizados tendem a valorizar mais a capaci-

² Sir Ken Robinson. Importante escritor e palestrante da área da educação.

dade de memória de um aluno, do que a de aplicação de conhecimento no dia a dia, ou seja, o ensino é dominado pelo momento de avaliação e o aluno é mais incentivado a decorar matéria, do que a construir conhecimento a partir da discussão de temas.

Outro problema apontado a este método de ensino, nomeadamente por Howard Gardner³, é a desvalorização de áreas como as artes ou o desporto, se comparadas, por exemplo, à matemática, às línguas e às ciências. Esta desvalorização acaba por contribuir para a descredibilização de certos conteúdos e, desse modo, para alimentar a fraca aposta nos conteúdos daquelas áreas, não permitindo que os alunos descubram em quais sentem mais interesse, tornando o ensino formal uma plataforma de homogeneização.

Os alunos são moldados para caberem numa caixa que a sociedade criou. Como Robinson (2007) nos lembra, Picasso disse que “Todas as crianças nascem artistas”, isto é, a expressão artística e criatividade são inerentes ao ser humano e a forma como as crianças exploram o que as rodeia de formas criativas, através de brincadeiras e atividades, reflete uma busca pela compreensão e pela expressão. Portanto, o método de ensino formal tende a limitar estas questões em prol de pressões académicas, no entanto, o que Robinson e outros autores defendem é que nutrir a criatividade pode ajudar a criança a crescer como pensador.

Ora esta questão é ainda mais importante no caso das escolas de ensino primário. De facto, numa fase em que as crianças ainda estão a moldar o seu intelecto e o lado emocional, o ensino formal pode ter um efeito limitativo no processo de aprendizagem. Por exemplo, quando falamos na forma como as crianças são estimuladas nas escolas e na forma como são avaliadas, é notório que lhes é inculcido o medo de errar ou de falhar. Vamos crescendo e ganhando esse medo de errar porque o sistema de ensino nos ensina que cometer erros ou falhar é o pior que nos pode acontecer.

O Estudo de Rutter (1979), de Sir Michael Rutter⁴ e seus colaboradores, afirma que as crianças tendem a desenvolver mais o sentido de responsabilidade quando lhes é atribuído um papel ativo na escola, nomeadamente com o seu envolvimento na organização de atividades letivas. Defende, ainda, como releva Castro FONSECA⁵, que o aproveitamento académico tende a ser beneficiado quando as aprendizagens básicas são também valorizadas no plano curricular.

É, pois, importante olhar para o ensino de outra forma e entender melhor o impacto que tem na nossa formação enquanto pessoas e da própria escola, ou escolas, no contexto em que se integram.

3 Howard Gardner. Psicólogo cognitivo e educacional, conhecido pela sua teoria das inteligências múltiplas.

4 Michael Rutter, o primeiro educador de psiquiatria infantil no Reino Unido e pioneiro nos estudos da psicologia infantil

5 A. Castro Fonseca, M.J. Seabra-Santos, M.F. da Fonseca Gaspar. (2007). Psicologia e Educação Novos e Velhos tempos. Coimbra: Almedina Pág. 306 a 314

2.2 O Ensino alternativo

O ensino alternativo traduz-se num modelo “distante do ensino formal, isto é, as diferenças são substanciais ou “apenas” formais? Por sua vez, o ensino formal é inflexível e igual em todos os contextos? Estas são questões que se podem levantar numa análise comparada entre o ensino formal e o ensino alternativo.

Pois bem, contrariamente ao que se possa pressupor, o ensino formal também tem diversidade. Veja-se, por exemplo, o caso da Alemanha, citado como um dos mais bem-sucedidos pelo ex-ministro da Educação do Brasil, Milton Ribeiro e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE). De facto, o sistema de ensino alemão destaca-se pelo seu método dual de formação, que combina aulas teóricas com formação prática em empresas. Isto proporciona aos alunos uma experiência mais prática nas suas áreas de interesse. Aos 10 anos de idade as crianças são divididas em escolas que seguem diferentes programas disciplinares. Existem, assim, escolas que focam o seu ensino na preparação dos alunos para o acesso ao ensino superior, e escolas que preparam os alunos segundo uma educação mais profissional, levando-os a entrar diretamente no mundo do trabalho. Ribeiro disse “Tem muito engenheiro e advogado dirigindo Uber, porque não

consegue a colocação devida. Mas, se ele fosse um técnico de informática, estaria empregado, porque há uma demanda muito grande” [...] “O futuro é institutos federais. Como é na Alemanha hoje [...]” (Lupion, 2021)

Mas existem outros contextos que tiraram partido de alguma flexibilidade que existe no modelo de ensino formal. É o caso de Singapura, onde o método de ensino formal foi explorado de uma forma que se tornou num dos métodos mais bem-sucedidos da atualidade, na medida em que se foca em ensinar menos tópicos e aprofundar cada um deles ao máximo, e tem como finalidade de levar os alunos a pensar como “matemáticos”. Em suma, como explicam Raquel Dinis, Ricardo Cunha Teixeira e Sónia Pacheco (2019, pág.8)

“[...]o raciocínio matemático diz respeito à capacidade de analisar situações matemáticas e construir argumentos lógicos; a comunicação matemática refere-se à capacidade de usar linguagem matemática para expressar ideias e argumentos matemáticos de forma precisa, concisa e lógica; as conexões matemáticas referem-se à capacidade de ver e estabelecer ligações entre ideias matemáticas, entre a Matemática e outras áreas e entre a Matemática e o mundo real.”

Similar ao caso de Singapura, temos o da Finlândia que também tem sido muito apreciado. Aqui existe uma clara preocupação nas skills transversais – como as competências culturais, de interação ou de autoexpressão –, bem como outros que irão precisar para o quotidiano da sua vida, como o empreendedorismo, a participação, o envolvimento e a criação de um futuro sustentável. Há, ainda, uma preocupação muito grande no uso da tecnologia como uma ferra-

menta de apoio à aprendizagem, já que o Governo finlandês teve um papel ativo na criação de softwares educacionais.

Por fim, importa relevar que no caso finlandês defende-se que todos os alunos são diferentes e, por isso, não se deve tentar ensiná-los da mesma forma. Assim, os professores baseiam o ensino em abordagens personalizadas para facilitar a aprendizagem de cada aluno. Além disso, também no que toca à avaliação, no caso finlandês enfatiza-se a diversidade de possibilidades de avaliação e procura-se estabelecer critérios não baseados, simplesmente, na memorização de conteúdos. Assim, a curiosidade também é estimulada pelas atividades lecionadas, nomeadamente em ambientes exteriores à sala de aula, o que permite um maior desenvolvimento a nível cognitivo, visto que as crianças são expostas a ambientes diferentes, que estimulam a criatividade.

Em suma, dentro do ensino formal, casos como o de Singapura ou o da Finlândia, ganharam popularidade nos últimos anos dada a influência que as abordagens adotadas têm no crescimento da criança, como pessoas e na sua aprendizagem. Porém, pelas suas singularidades e pelas especificidades em que podem assentar os planos curriculares, o ensino alternativo proporciona maiores possibilidades de integração no contexto envolvente, tanto com a população local, como com o território em que se insere. Importa por isso ter em conta que, em alguns casos, o ensino alternativo pode constituir uma mais-valia para o próprio contexto.

Dado o tema desta dissertação e do território em estudo, tem sentido destacar os métodos Montessori e Waldorf pela aposta que ambos fazem na relação com contexto envolvente e pelo impacto positivo que podem ter quando esse contexto é rural.



Figura 11: Sala de aula da Escola Montessori do Porto



Figura 12: Sala de aula da Escola Montessori do Porto



Figura 13: Sala de aula da Escola Montessori do Porto

2.2.1 Montessori | Waldorf

Montessori é um método que procura, como princípios pedagógicos-base, promover a autonomia e a liberdade de aprendizagem da criança, respeitando sempre o desenvolvimento natural das suas competências físicas, sociais e psicológicas. O método Montessori acredita que a criança tem sede de aprender e que, por isso, explora o que a rodeia. Por isso, é crucial, para a aplicação deste método, a existência de espaços adequados que permitam à criança que se desenvolva no seu próprio ritmo e através da sua própria curiosidade e esforço.

Deste modo, a realização de atividades no exterior ou a facilidade de relacionar espaços interiores e exteriores, é uma característica valorizada nos espaços pedagógicos deste método. Assim, para que seja eficaz, é importante que os seus propósitos sejam tidos em conta na hora de projetar os espaços letivos, ou seja, nos projetos de arquitetura.

Estes conceitos podem ser observados em inúmeros casos, tanto em contexto internacional como nacional, onde são exemplos os casos da Escola Montessori de Albufeira, que oferece educação para crianças dos 2 aos 12 anos de idade, a Escola Montessori de Sintra, que abrange educação dos 3 aos 5 anos de idade e, Já em Lisboa, temos a Escola Internacional Montessori, que abrange também várias faixas etárias, e o Colégio Planalto Montessori que abrange desde o infantário ao ensino básico. Por fim, temos também o caso da Escola Montessori do Porto, que existe desde Setembro de 2018 e que se trata de um espaço cuidadosamente projetado para receber este modelo pedagógico e constitui um importante caso de estudo desta dissertação.

A Escola Montessori do Porto abrange o ensino desde os 18 meses aos 9 anos de idade. Localiza-se em contexto urbano, na cidade do Porto, e a forma como o todo o espaço é adaptado a este método permite ter uma nova perspetiva dos aspetos que se devem considerar como prioritários na hora de projetar uma escola de ensino alternativo. Assim, como se pode ver nas figuras 11,12 e 13, todo o espaço está cuidadosamente pensado e organizado para que as crianças explorem e tenham liberdade na aprendizagem. Para tal o ambiente é rico em luz natural e o próprio mobiliário é desenhado a pensar na pedagogia.

De que modo? Pois bem, as salas de aula têm acesso direto ao pátio exterior, com grandes vãos que proporcionam a entrada de luz natural. Além disso, os armários são adaptados à altura das crianças, e são facilmente amovíveis de forma a criar um espaço mais flexível que se adapte às atividades pedagógicas.

Mas o vínculo das características espaciais o método de ensino também se coloca ao nível da escolha dos próprios materiais didático. De facto, os materiais são específicos e concebidos para serem sensoriais, de forma a ajudar a criança a explorar atividades autonomamente, estimulando-as a pensar de forma crítica sobre o mundo que as rodeia. Nesta escola não existe uma sala de aula para cada ano letivo e a divisão é apenas feita entre a creche e o pré-escolar, já que a



Figura 14: Montessori School, Colômbia



Figura 15: Montessori School, Colômbia

interação entre faixas etárias permite uma aprendizagem colaborativa que se mostra positiva no crescimento pessoal do aluno e, no caso dos mais crescidos, no desenvolvimento de responsabilidades. Esta última questão, a responsabilidade, também é desenvolvida através do incentivo dos alunos na tomada de decisões no dia a dia da escola, como, por exemplo, nas atividades letivas e na forma como serão desenvolvidas, ou seja, a criança é incentivada a tomar decisões e resolver problemas, desenvolvendo, assim, a autodisciplina e autonomia.

A nível internacional também existem casos que importa destacar, como é o caso da Escola internacional de Barcelona, da Escola Montessori de Copenhaga ou da Escola Montessori de Northfield.

Um outro caso ainda é a Montessori School na Colômbia, do atelier Estúdio Transversal, um edifício construído em 2018 pensado de raiz para albergar este método de ensino e que apresenta características naturais notáveis, isto é, uma topografia variada e com grande presença de árvores. Como se pode ver na figura 14, estes elementos foram cruciais na forma como influenciaram todos os aspetos organizacionais do edifício. O foco do projeto foi a criação de uma escola que conversa com o envolvente e que alberga espaços dinâmicos, como é o caso dos jardins ou das plataformas, que são, eles mesmos, espaços de aprendizagem que estimulam a relação da criança com a natureza.

A escolha do círculo para a tipologia da plantas foi feita com o intuito de criar um espaço mais flexível, em conformidade com a filosofia Montessori, e as áreas de circulação, que se podem ver na figura 15, foram pensadas como locais de encontro e não só de distribuição do programa. Os espaços de aprendizagem, ou “salas de aula”, foram distribuídos na parte mais elevada do terreno, e as áreas dedicadas ao desporto foram dispostas na parte inferior, mais plana. Já o espaço vazio central desempenha uma função versátil, que pode ser usado para fins educativos ou recreativos, e pode ser adaptado consoante as necessidades.

No que diz respeito ao método pedagógico Waldorf, este possui semelhanças com Montessori, nomeadamente no foco no desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, na ênfase na autonomia e no autoconhecimento e no desenvolvimento individualizado. Portanto, ambos os métodos reconhecem que cada criança é um ser único e que, por isso, progride ao seu próprio ritmo. Desta forma, são respeitadas as diferenças individuais e as atividades são adaptadas de acordo.

No entanto, o método Waldorf também possui características específicas, como o facto de ver as artes como uma área importantíssima no desenvolvimento da criança e, por isso, desempenhar um papel fundamental na educação.

Os espaços de ensino também apresentam diferenças. Enquanto no caso Montessori, como foi mencionado, o espaço é previamente preparado e pensado para a metodologia, no método Waldorf a natureza é mais valorizada, conseqüentemente, são incentivadas atividades ao ar livre e

os materiais didáticos não são desenhados propositalmente para o método, como acontece em Montessori.

Em síntese, baseia-se numa abordagem integrada ao desenvolvimento físico, intelectual, espiritual e artístico dos alunos, com o objetivo de fazer crescer cidadãos moralmente responsáveis, livres, e socialmente integrados e competentes. As características únicas de cada aluno são valorizadas neste método e o crescimento da criança é estimulado, incentivando e encorajando a criatividade. No fundo, procura-se criar uma relação profunda entre o aluno, a natureza e o Cosmos.

A presente dissertação defende que a aplicação destes métodos alternativos pode ser, se não só o futuro do ensino no seu todo, o caminho para modernizar a escola, pelo menos, no meio rural, e desprendê-la da imagem de atraso que, nestes contextos, a persegue há décadas. Além disso, nestes contextos, o espaço rural, poder ajudar no reforço do sentido de comunidade nas aldeias, das relações intergeracionais, na valorização dos saberes locais e, desse modo, valorizar as regiões mais deprimidas do território.

2.2.2 Comunidades de Aprendizagem

As Comunidades de Aprendizagem dizem respeito a uma abordagem pedagógica que se distingue por fomentar a criação de ambientes interativos e focados na colaboração e no diálogo, a fim de melhor promover a aprendizagem. Trata-se de uma proposta de ensino baseada num conjunto de práticas que têm como alvo, não só a comunidade educativa, mas também todo o ambiente social que envolve a criança.

Deste modo, engloba os princípios base dos métodos de ensino alternativos anteriormente referidos, como a autonomia, a inclusão e interação, a construção de conhecimento social e a avaliação mais formativa do que sumativa. Trata-se de um conceito que promove a criação de ambientes colaborativos e interativos que envolvem escolas, famílias e a comunidade local, com o principal objetivo de melhorar a qualidade da educação.

Assim, o objetivo das comunidades de aprendizagem assenta na criação de um ambiente onde toda a comunidade possa contribuir para o progresso escolar dos alunos, através do desenvolvimento de atividades como workshops, projetos e interações com membros da comunidade, sejam empresários, pessoas comuns, artesãos e outros, ajudando no enriquecimento pessoal dos alunos.



Figura 16: Escola da Ponte. Atividades no exterior



Figura 17: Sala de aula da Escola da Ponte

Na década de 1960, o pedagogo brasileiro Lauro de Oliveira Lima defendeu uma importante proposta teórica relativa ao paradigma educacional dentro de um contexto comunitário, baseada no conceito de Comunidade de Aprendizagem. Como Regina Ângela Esteves da Justa Santos (2021, pág. 55) lembra, Lauro de Oliveira Lima desenvolveu e defende ainda, o chamado

Método psicogenético, baseado na Epistemologia Genética⁶, isto é, considera o ambiente comunitário na educação e leva em conta o estágio de desenvolvimento cognitivo da criança. Deste modo, nas ideias de Lauro de Oliveira Lima o professor é incentivado a auxiliar a criança no processo de aquisição de conhecimento, assumindo um papel de orientador.

Para que as comunidades de aprendizagem cumpram os seus objetivos, é necessário que a pedagogia cumpra com 3 princípios: a coesão social, a equidade e a eficácia. Assim, como a sua própria designação indica – Comunidade de Aprendizagem –, o principal objetivo deste tipo de escolas, é a aprendizagem em constante interação com a comunidade. Como diz o provérbio africano, “é preciso toda uma aldeia para educar uma criança” (Olivia Carvalho, 2019, pag.4).

O registo da primeira comunidade de aprendizagem remete-nos para 1978, num bairro de Barcelona. Trata-se da Escola de Jovens e Adultos de Verneda. Porém, dois anos antes, em Portugal nascia a Escola da Ponte, em Santo Tirso, que já implementava métodos de ensino alternativos e que, ainda hoje se encontra em funcionamento.

O projeto foi da responsabilidade de José Pacheco, um dos principais críticos portugueses do ensino formal, que defendia o aluno como centro do ensino. Deste modo, e respondendo aos princípios dos métodos alternativos de Montessori e Waldorf, encontramos na Escola da Ponte um espírito de autoajuda e onde se promovem valores de cidadania ativa, colaboração e inclusão.

Em Portugal, nas últimas décadas, as comunidades de aprendizagem têm ganho relevância enquanto abordagem educativa. De facto, Paula Luz⁷ (2023), menciona várias Comunidades de Aprendizagem que têm vindo a surgir um pouco por todo o território nacional. Neste artigo, é dado como exemplo um projeto-piloto implementado por Adélia Lopes em três escolas básicas nas aldeias de Lameira, Ortigosa e Moita da Roda, no concelho de Leiria. Demonstrando o sucesso deste tipo de escola, Luz refere o caso de uma mãe que todos os dias se desloca cerca de 50km para que a filha possa frequentar a Escola Básica da Moita da Roda, com o intuito de lhe proporcionar “a oportunidade de aprender e crescer de outra forma”.

Igualmente demonstrativo do sucesso deste tipo de escolas, é caso de um casal jovem com 3 filhos que, recentemente, trocou a capital por Monsanto.

⁶ Teoria elaborada pelo psicólogo Jean Piaget em 1930 e que se refere à ligação estabelecida entre a psique e a gênese do processo evolutivo do indivíduo.

⁷ Luz, Paula Sofia. (2023-06-13). Comunidades de Aprendizagem estão a nascer em todo o país. Jornal Diário e Notícias

Quando questionados numa das entrevistas realizadas no âmbito da presente dissertação sobre a educação dos filhos e as escolas que frequentam, disse “Há muito interesse por parte dos pais na educação alternativa, principalmente famílias que vêm de outros países e têm já outra visão relativa ao assunto. Neste momento, em Montemor, os pais têm-se focado em melhorar a escola atual.”⁸

Em síntese, é importante reconhecer que esta tipologia de educação é cada vez mais procurada e valorizada, não só pelos bons princípios que tem como base, mas pelas respostas positivas que mostra dar.

⁸ Citação retirada de uma entrevista realizada no âmbito da presente dissertação, a Ruben A. Silva, a 12 de Junho de 2023, com o intuito de perceber quais as razões que o levaram a trocar a capital por Monsanto.

2.3 A influência do espaço arquitetônico no ensino

A psicologia ambiental é a área que se dedica ao estudo das relações entre o comportamento humano e o ambiente que o envolve, mais especificamente o ambiente construído e a arquitetura, e tem como princípio pensar o espaço não só pela estética e a sua capacidade de servir um programa, mas na influência que tem no usuário.

Quando falamos de educação, há aspetos arquitetônicos que devemos ter em consideração, visto que influenciam o dia a dia dos alunos, tanto na forma como aprendem, como no seu comportamento e na forma como comunicam. Assim, questões como a luz, a cor ou a forma, são questões que o arquiteto deve ter em conta quando projeta espaços para crianças e que ajudarão a promover a criatividade.

Naturalmente estas questões têm de ser tidas em conta em qualquer programa funcional, porém, no caso de uma escola, o espaço de aprendizagem desempenha um papel fundamental na configuração da experiência de aprendizagem dos alunos. Além disto, a própria organização dos espaços, a escolha dos materiais e a consideração pelo método pedagógico são aspetos cruciais para a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento cognitivo, social e emocional da criança.

No caso da luz natural ou das cores escolhidas, as mesmas podem influenciar o humor e mesmo a capacidade de concentração do aluno e até estimular a criatividade. Também a disposição dos móveis e a sua flexibilidade são aspetos a ter em conta, já que espaços adaptáveis podem ser uma mais-valia. Além disso, a arquitetura deve levar em consideração a acessibilidade e inclusão de forma a garantir que todos os alunos, pais, educadores ou visitantes, independentemente das suas habilidades físicas, tenham facilidade no acesso ao ambiente educacional.

De facto, o bom desenho dos espaços educativos, como salas de aula ou bibliotecas, pode ter um impacto positivo na forma como as pedagogias são aplicadas. Mas estas preocupações não se cingem ao espaço interior. Aliás, como dito antes, nas referências aos métodos Montessori e Waldorf, também é importante pensar na relação do espaço interior com o exterior, pois muitas atividades letivas podem, ou devem decorrer em espaços exteriores.

Deste modo, ao projetar uma escola, estas preocupações devem estar presentes. Algumas destas questões, como é o caso da acústica ou da térmica, são mais sensíveis, devido ao usuário-alvo serem crianças, nomeadamente porque a acústica afeta diretamente a capacidade de concentração do aluno. Sons indesejados ou eco excessivo pode perturbar o bom funcionamento das atividades letivas. Por isso, a acústica é uma preocupação, por assim dizer, maior. Mas também a térmica, de modo a assegurar ambientes confortáveis e permitir o controlo de temperatura, de preferência com soluções passivas. Temperaturas inadequadas podem distrair e afetar negativamente o ambiente de aprendizagem. Portanto, é crucial criar ambientes escolares que não sejam



Figura 18: Escola Primária Alto Anapati



Figura 19: Espaço de aprendizagem da Escola Primária Alto Anapati



Figura 20: Espaço de aprendizagem exterior da Escola Primária Alto Anapati

só esteticamente agradáveis, mas que também considerem cuidadosamente estes dois fatores.

Em última análise, a relação entre a educação e a arquitetura desempenham um papel vital na criação de um ambiente de aprendizagem estimulante, inspirador e que promova o desenvolvimento dos alunos, estimulando-os de uma forma criativa.

Apresenta-se aqui dois casos de estudo de escolas que são bons exemplos, não só de projetos de arquitetura, como de espaços de aprendizagem.

Escola Primária Alto Anapati

A Escola Primária Alto Anapati é um excelente exemplo da relação que a educação pode ter com a natureza. O projeto coordenado por Marta Maccaglia localiza-se numa comunidade nativa Nomatsigenga, no Peru, e resulta num projeto que garante a educação de 50 crianças.

A fim de melhor entender a comunidade e a forma como vivem, os arquitetos responsáveis pelo projeto desenvolveram “oficinas de observação”, isto é, campos de estudo em que interagiram com a comunidade nomatsigenga, sobretudo com os pais, que resultaram num entendimento da escola que não seria obtido de outro modo. Como se pode ver na figura x, os espaços exteriores foram, assim, entendidos como espaços de aprendizagem muito relevantes e os costumes locais passaram a fazer parte da conceção do espaço. Assim, desenvolveram o projeto baseado no conceito de que a escola deveria ser “a alma da preservação do conhecimento e do território Nomatsigenga”.

Deste modo, todo o complexo foi projetado tendo sempre em conta a importância da relação interior/ exterior, ou seja, entendendo que o espaço de aprendizagem não está confinado às salas.

A escola desenvolve-se em dois blocos. O primeiro inclui uma sala polivalente, aberta, sem paredes, fomentando a ligação entre a sala de aula e a natureza; e também, uma cozinha, instalações administrativas e casas de banho. O segundo bloco, por sua vez, compreende os espaços interiores destinados à aprendizagem. Estes espaços são concebidos com um sistema de amplas “telas” deslizantes, que se abrem para o exterior, enfatizando a conceção de que os âmbitos interior e exterior se entrelaçam, contribuindo para um espaço de aprendizagem unificado.

Para este projeto foram usados materiais de origem local, como a madeira, o tijolo de barro e pedras do rio Anapati. Assim, a escola representa um projeto de arquitetura de baixo impacto ambiental dadas as soluções construtivas adotadas e que acrescentam valor aos saber-fazer locais, isto é, não reproduzem as mesmas soluções, procurando assegurar a durabilidade do complexo.

O complexo escolar foi concebido sem barreiras físicas, como muros ou grades, reforçando a ideia de que a escola e a aldeia são um só. Esta abordagem não apenas dissolve as fronteiras



Figura 21: Escola Primária Jadgal



Figura 22: Escola Primária Jadgal



Figura 23: Escola Primária Jadgal

entre ambos os espaços, mas também reforça a conexão entre a comunidade escolar e a comunidade local. Assim, ao eliminar limites físicos, a escola torna-se uma continuidade natural da aldeia, promovendo um ambiente de aprendizagem integrado que transcende os confins tradicionais da sala de aula.

Em suma, a Escola Primária Anapati é um bom exemplo de como um estabelecimento de ensino pode ajudar na preservação dos saberes do meio em que está inserido e adquirir uma imagem de pertence e identidade.

Escola Primária Jadgal

A Escola Primária Jadgal, localizada em Seyyed Bar, Irão, é um projeto coordenado por Arash Aliabadi, do Daaz Office, e é fruto de uma encomenda feita pela organização não governamental Iran-e-Man, sensível ao desejo de os jovens da vila terem um espaço de aprendizagem, dada a sua inexistência no lugar.

O propósito seria construir uma escola com uma abordagem de desenvolvimento sustentável e que apresentasse uma forte relação com o contexto, incluindo a comunidade local. O complexo edificado é de piso térreo e está organizado por um muro circular, que o delimita e possui aberturas de diferentes tamanhos, para reforçar a relação com a envolvente e com a comunidade.

A escola foi pensada para cumprir o propósito de ser, não só um centro de educação, como um ponto de encontro da população. Para tal, o complexo engloba um parque infantil, um espaço multifuncional e uma biblioteca de acesso comum.

A solução arquitetónica procurou responder ao conceito “aprender juntos”. A escola é composta por quatro salas de aula, um espaço multifuncional, uma biblioteca e, além do pátio central circular, pequenos pátios resultantes da composição pavilhonar e do muro circular que a delimita. O conjunto dos espaços apresentam diferentes dimensões, de acordo com o programa que servem e foram projetados com a possibilidade de se conectarem entre si, e facilitando a relação direta os pequenos pátios referidos. Aliás, as relações interior/ exterior são possibilitadas por estes pátios comuns, que também permitem a realização de atividades ao ar livre.

As aberturas convidativas que o muro apresenta, como foi referido anteriormente, ao mesmo tempo que respondem à relação com o envolvente, também resultam em diferentes espaços para as crianças brincarem. (Fig. 23)

Pois bem, a Escola Primária Jadgal responde a princípios de forte relação entre a educação e a comunidade local, incentivando a cultura e reforçando as relações interpessoais. O projeto pretendia a criação de uma escola que nutrisse a criatividade e a liberdade, pois bem, a Escola Primária Jadgal respondeu a estas questões de uma forma notória.



Figura 24: O território como espaço de aprendizagem

2.4 O ensino no meio rural

Até à década 1970 a agricultura movimentava grande parte da economia e uma percentagem significativa da população vivia e trabalhava no campo. Com o intuito de diminuir a taxa de analfabetismo e fixar a população, o Estado Novo apostou em escolas no meio rural, que eram vistas como símbolos de progresso e âncoras para fixar a população em território rural. Desse modo, criou um programa de construção de escolas no espaço rural, do qual resultaram muitas e localizadas um pouco por todo o país. Contudo, com o passar dos anos, e como consequência do êxodo rural, muitas destas escolas acabaram abandonadas, ou seja, progressivamente, o ensino primário passou a ser associado a uma realidade maioritariamente urbana como, aliás, os restantes níveis de ensino.

A discrepância do abandono das escolas primárias entre contextos rurais e urbanos configura um tópico de relevância no âmbito sociopedagógico. No território rural, a diminuição da população devido à migração para centros urbanos tem-se traduzido, no campo da educação, numa diminuição nas taxas de inscrição, resultando no encerramento de grande parte do ensino básico nestes territórios devido à falta de alunos.

Em contrapartida, os ambientes urbanos, caracterizados por densidades populacionais mais elevadas, tendem a possuir uma infraestrutura escolar mais robusta, proporcionando uma maior variedade de opções e serviços educativos.

Porém, este preconceito não deve impedir que se revise a escola no espaço rural, para reforçar estratégias de revitalização destes territórios. Do mesmo modo, a predominância do modelo de ensino formal, não deve impedir que se pense na forma como o ensino pode fazer esse reforço, ou seja, colocar a hipótese de o modelo de ensino poder ser um fator acrescido de atratividade.

A presente dissertação defende que sim, que o modelo de ensino alternativo pode representar um contributo positivo para os territórios de baixa densidade. Além disso, é sensível ao facto de o modelo de ensino alternativo ser cada vez mais procurado. Pois bem, dadas as características dos métodos aplicados, esta dissertação defende também que a sua aplicação no espaço rural pode resultar numa relação de simbiose, isto é, a experiência educativa da criança pode ganhar com o contexto em que está inserida a escola, e a comunidade local pode ganhar, principalmente a nível de dinamização, com a presença de uma entidade tão ativa como uma comunidade de aprendizagem. A escola no espaço rural apresenta diversas vantagens relativamente ao meio urbano, sendo a primordial a possibilidade de configurar como espaço de ensino as próprias aldeias, em vez dos edifícios que lhe são afetos. Significa isto que as atividades pedagógicas podem-se estender pelo território onde se localiza, com interação com a população local e com contacto direto com o saber fazer e as tradições locais, permitindo às crianças aprender a valorizar e preservar paisagens culturais.

De facto, o “relevo” do rural influencia, de forma positiva, o desenvolvimento cognitivo e físico

dos estudantes. A criatividade é desenvolvida e estimulada, quando as atividades são adaptadas ao contexto em que têm lugar, por exemplo, em terrenos mais irregulares ou de declive mais acentuado, a criança tem oportunidade de explorar vários espaços naturais, fortalecendo a coordenação motora e a resistência física. Do mesmo modo, quando ocorrem em espaços ricos em atividade agrícola ou pecuária podem favorecer o entendimento do dia-a-dia rural, incentivando uma conexão mais profunda com o território. Estas “topografias” são desafiantes e fomentam a criatividade, por ser possível adaptar as atividades ao contexto.

Assim, a possibilidade de os alunos se deslocarem por aldeias, de o ensino se estender pelo território e de o processo educativo se expandir para além das “quatro paredes” das salas de aula, pode contribuir de forma significativa para a aprendizagem e para o reforço das relações interpessoais, dentro e fora da comunidade educativa. Esta interligação direta entre a comunidade educativa e a comunidade local revela-se igualmente benéfica na preservação da identidade cultural e dos saberes da aldeia. Além disso, promove ao mesmo tempo desafios construtivos no âmbito do espaço público. Esta abordagem win-win não apenas fortalece a dinâmica educacional, mas também estimula um ambiente propício à evolução social.

Na verdade, o ensino no espaço rural, pode caracterizar-se pela naturalidade das relações entre a escola e a comunidade, relações que se traduzem no reforço da autoestima das populações, proporcionando a sua apropriação e, desse modo, reforçando o sentimento de pertença. Para isso, é importante que a escola desenvolva projetos pedagógicos em articulação com a comunidade local.

Neste sentido, com a análise do trabalho desenvolvido pela associação Gerações Unidas para o Desenvolvimento de Ouguela (GUDO), Abílio Amiguinho (2008) conclui que a relação escola/comunidade pode ser intensificada pelo incentivo da participação de ambas as comunidades em atividades conjuntas. A GUDO é uma associação criada por professores locais e é um exemplo notável de colaboração em Ouguela, que mostra como a escola pode desempenhar um papel vital na promoção do desenvolvimento local, envolvendo-se tanto em iniciativas educativas como em ações comunitárias, através da formação de parcerias e da criação de sinergias entre diversos atores locais.

Por isto, Amiguinho (2005: pag.25) conclui que a atividade da GUDO foi “...porventura, um dos mais significativos exemplos de autêntica e genuína congregação de esforços e vontades, conducente à construção e ao desenvolvimento de parcerias, num ambiente de baixa densidade demográfica e relacional. A referência que lhe é feita revela o papel do professor e a emergência da escola como recurso e protagonista da intervenção local. [...] Vislumbram-se um trabalho socioeducativo, a animação comunitária e o desenvolvimento local, mas, principalmente, um conjunto de oportunidades para inovar, melhorando, o trabalho pedagógico. A escola, num quadro de desenvolvimento local, não deixa de instruir, qualificar e socializar [...], mas pode fazê-lo enriquecidamente, num contexto de promoção da cidadania e de instituição da escola num “elo

de política social” [...]”⁹

A interação geracional que estes métodos alternativos podem proporcionar, é também muito importante para que a escola no espaço rural possa cumprir um papel no reforço da atratividade destes territórios. Em suma, é importante que a comunidade local e a escolar andem de mãos dadas e a escola não ganhe uma imagem separatista do resto da aldeia.

A população idosa, que representa a maior percentagem nos territórios de baixa densidade, carrega saberes e tradições que importam manter vivos para que os lugares não percam a sua identidade. Para tal, é crucial que estes saberes sejam passados às gerações mais jovens. Porém, do mesmo modo que a população local tem um papel importante na aprendizagem das crianças, também as crianças podem ter um papel ativo na comunidade e ajudar, através de iniciativas e atividades escolares, a impulsionar o rural e dinamizar as aldeias, reforçando a autoestima e facilitando a passagem de saberes e conhecimento.

Desta forma, entende-se que o meio rural pode ser, ele próprio, um espaço de aprendizagem no seu todo, integrando no plano curricular não apenas os programas letivos, mas também programas e atividades relacionadas com as especificidades de cada lugar. Estudos na área da psicologia social comprovam que esta relação entre gerações pode ser muito positiva para os intervenientes. Como refere Natália Ramos (2005, p. 197) “A qualidade das interações no seio familiar e entre gerações constituem bases para a saúde mental e somática da criança e do adulto, para a transmissão e aceitação de valores, regras e obrigações, para a inserção social e profissional e para a vivência harmoniosa na família e na sociedade.”

Ora, partindo de uma perceção crítica da forma como a educação pode ser uma das respostas no combate ao problema dos territórios de baixa densidade, quando assente em métodos de ensino alternativos, o principal objetivo desta dissertação é a procura pela relação direta entre o espaço interior e exterior, não diferenciando a sala de aula da natureza. Perceber como é que a arquitetura responde a estes princípios é um entendimento da arquitetura enquanto serviços públicos.

Na realidade, esta hipótese tem casos exemplificativos, como, por exemplo, a Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras, que existiu até muito recentemente na aldeia do Rabaçal, Penela.

⁹ Amiguiño, A. (2005). Educação em meio rural e desenvolvimento local. Revista Portuguesa de Educação (18) pp 25/26





Figura 25: Paisagem dos Poios

II Contexto

Esta parte dedica-se à apresentação das terras de Sicó e está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo localiza Sicó e analisa a integração territorial desta região, com foco nas aldeias da RAC. Além desta análise, este capítulo também apresenta características da paisagem natural e da biodiversidade desta região, bem como de alguns dos elementos distintivos, como, por exemplo, os produtos endógenos e a arquitetura vernacular.

O foco do segundo capítulo são os desafios que Sicó enfrenta atualmente e que são semelhantes aos de outros territórios do interior do país, como referido na primeira parte. São analisados dados relativos à demografia, relevando os que respeitam às crianças, quais os serviços que Sicó tem para oferecer à população local, a que distância e com que facilidade se tem acesso a serviços mínimos, como é o caso da saúde e educação. Dada a sua importância para a vitalidade destas áreas do interior, este capítulo apresenta ainda as Associações Locais, mostrando a sua importância para o território, dadas as atividades que desenvolvem. Por fim, no terceiro e último capítulo, é analisado o Ensino em Sicó, com foco na oferta que existe atualmente e na arquitetura dos edifícios escolares.

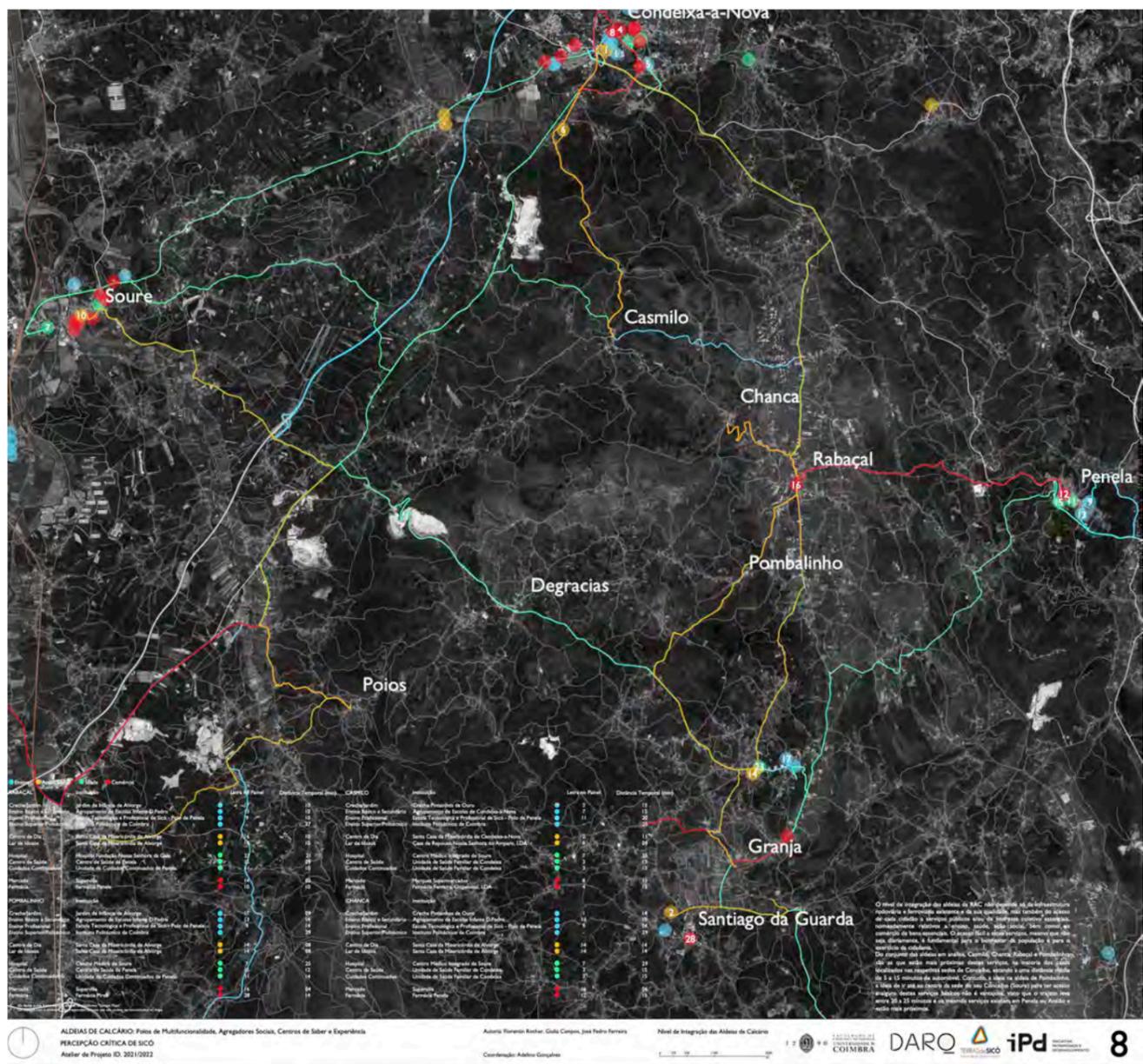


Figura 26: Integração da RAC no sistema urbano de Sico

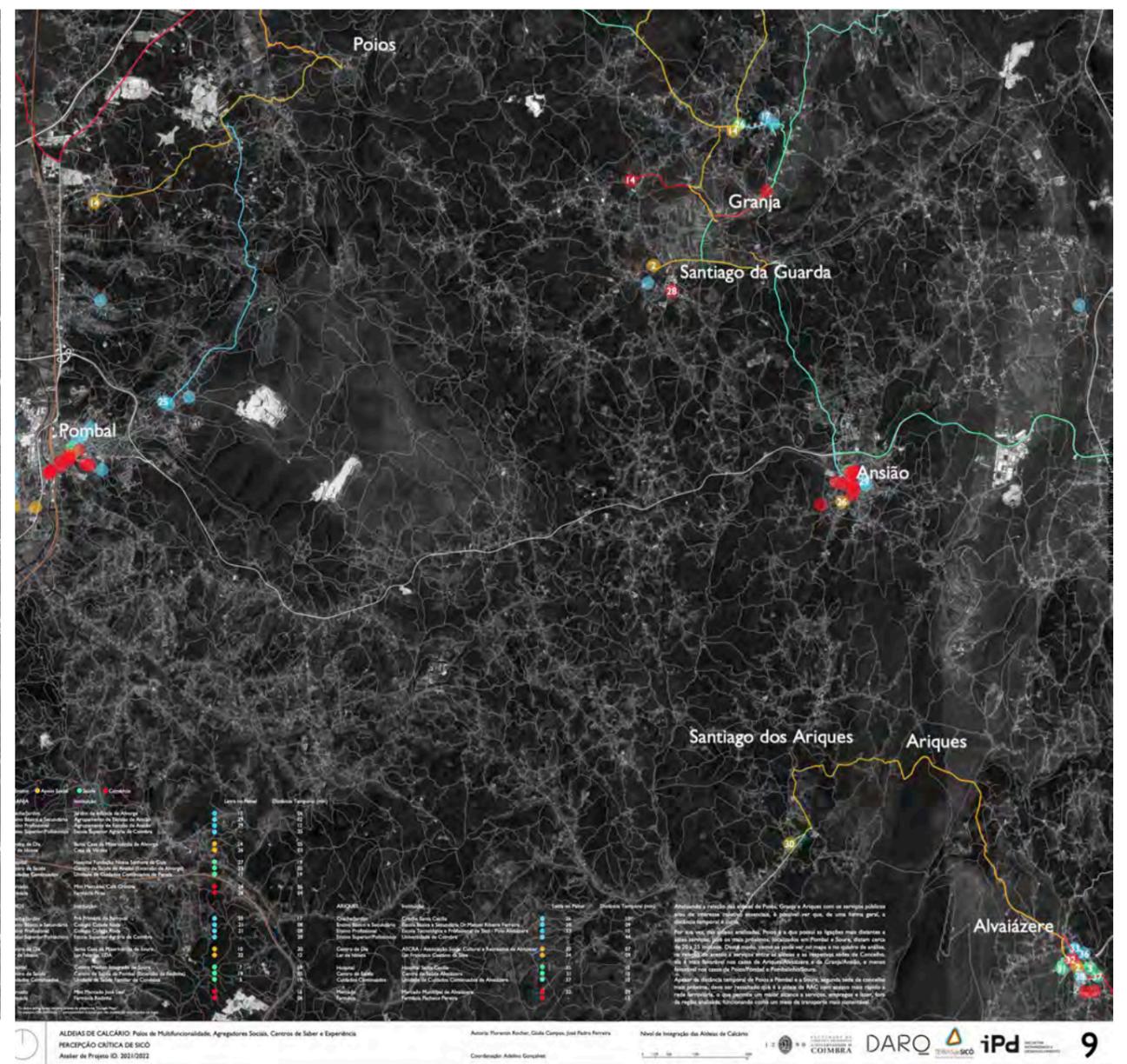


Figura 27: Integração da RAC no sistema urbano de Sico

1 Sicó: “Reino da Pedra”

O Maciço de Sicó é um território com cerca de 430 km² situado na zona centro de Portugal e que abrange 6 municípios que se localizam entre Coimbra, a norte, e Leiria, a sul: Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure. Trata-se de uma região maioritariamente agroflorestal marcada por paisagens cársicas resultantes do seu processo formação, que a moldou e resultou em fenómenos geomorfológicos que compõem um património natural de elevado valor, como, por exemplo, canhões fluvio-cársicos, campos de lapiás, dolinas e, no subsolo, algares e grutas. Destes fenómenos, alguns dos mais conhecidos são as Buracas de Casmilo, Condeixa-a-Nova, e o Canhão dos Poios, Pombal, que são pontos muito conhecidos pela prática de escalada.

Apesar de Sicó se caracterizar como um meio maioritariamente rural e de, à semelhança de outras zonas do interior, sofrer com os efeitos da desvitalização resultante do seu despovoamento, o território apresenta características que são uma mais-valia para a sua economia e fixação de pessoas, nomeadamente o fácil e rápido acesso aos principais centros urbanos referidos atrás, proporcionado pela infraestrutura rodoviária, designadamente as duas autoestradas que delimitam a região a nascente e poente, A1 e A13, e os itinerários complementares IC2, IC3 e IC8 que a atravessam. Aliás, no que diz respeito à rede de distribuição a nível local, é relevante o facto de as estradas regionais e municipais se encontrarem em muito bom estado, o que facilita a circulação dentro do território. No que diz respeito a infraestruturas e serviços de mobilidade, é ainda importante referir que a Linha do Norte atravessa a área poente do maciço de Sicó, com estações em Pombal e Soure.

Sicó é uma área montanhosa que, por resultar de um processo cársico, a vegetação aparece apenas em pequenas manchas. A falta de água que se faz sentir na superfície cria uma relação de simbiose entre a pedra e a flora, e as espécies autóctones são maioritariamente constituídas por Carvalho-Cerquinho, Azinheira, Oliveiras, embora existam povoados de Pinheiro e Eucalipto com alguma expressão. Esta característica dos solos representa uma condicionante para a agricultura, dada a baixa acumulação de terra. Porém, apesar das dificuldades associadas à agropastorícia, Sicó é uma região conhecida em Portugal, precisamente, pelos seus produtos endógenos, sobretudo o vinho, o azeite, o mel e o tão conhecido queijo Rabaçal.

Ora, de forma a poder cultivar estes solos, estes tinham de ser despedragados, para assim criar campos agrícolas, o que representa no caso de Sicó um dos elementos marcantes das suas paisagens: os muros de pedra seca. Assim, alguns terrenos passaram a ser cultivados e outros serviam para pasto, permitindo à população local o seu sustento, e os terrenos de cultivo e caminhos agroflorestais ladeados por este bem do património construído vernacular. De facto,



Figura 28: Muros de Pedra Seca



Figura 29: Muros de Pedra Seca, Pombalinho

o “vernáculo é o trabalho da gente, os utilizadores, sem ajuda dos projetistas. A arquitetura consciente é obra daqueles que projetam deliberadamente como arte, frequentemente para eles mesmos, e muitas vezes para os outros” (Warren; Fethi, 1982), pelo que constitui uma marca muito importante de Sicó enquanto paisagem cultural.

Os muros de pedra seca, utilizados maioritariamente na moldagem e divisão de terrenos, constituem um dos mais importantes valores a preservar. Por isso, sensível ao seu valor cultural, a Terras de Sicó tem em curso a preparação de um dossier para a candidatura da Arte de Construção de Muros em Pedra Seca. Maciço de Sicó a Património Cultural Imaterial da Humanidade. A abordagem para elaboração do dossier não é exclusiva, isto é, não se dedica aos muros de pedra seca considerados em si mesmos, mas como parte de uma paisagem cultural. Deste modo, o dossier de candidatura atende igualmente a todos os elementos do património construído vernacular em Sicó. Este património, apesar de integrar soluções construtivas e arquitetónicas que apresentam algumas semelhanças com as de outras regiões, apresenta também soluções únicas que, por isso, são distintivas. Estas soluções constituem a arquitetura vernacular local e segue o mesmo princípio construtivo dos muros de pedra seca e revela-se, maioritariamente, em habitações e casas de Eira.

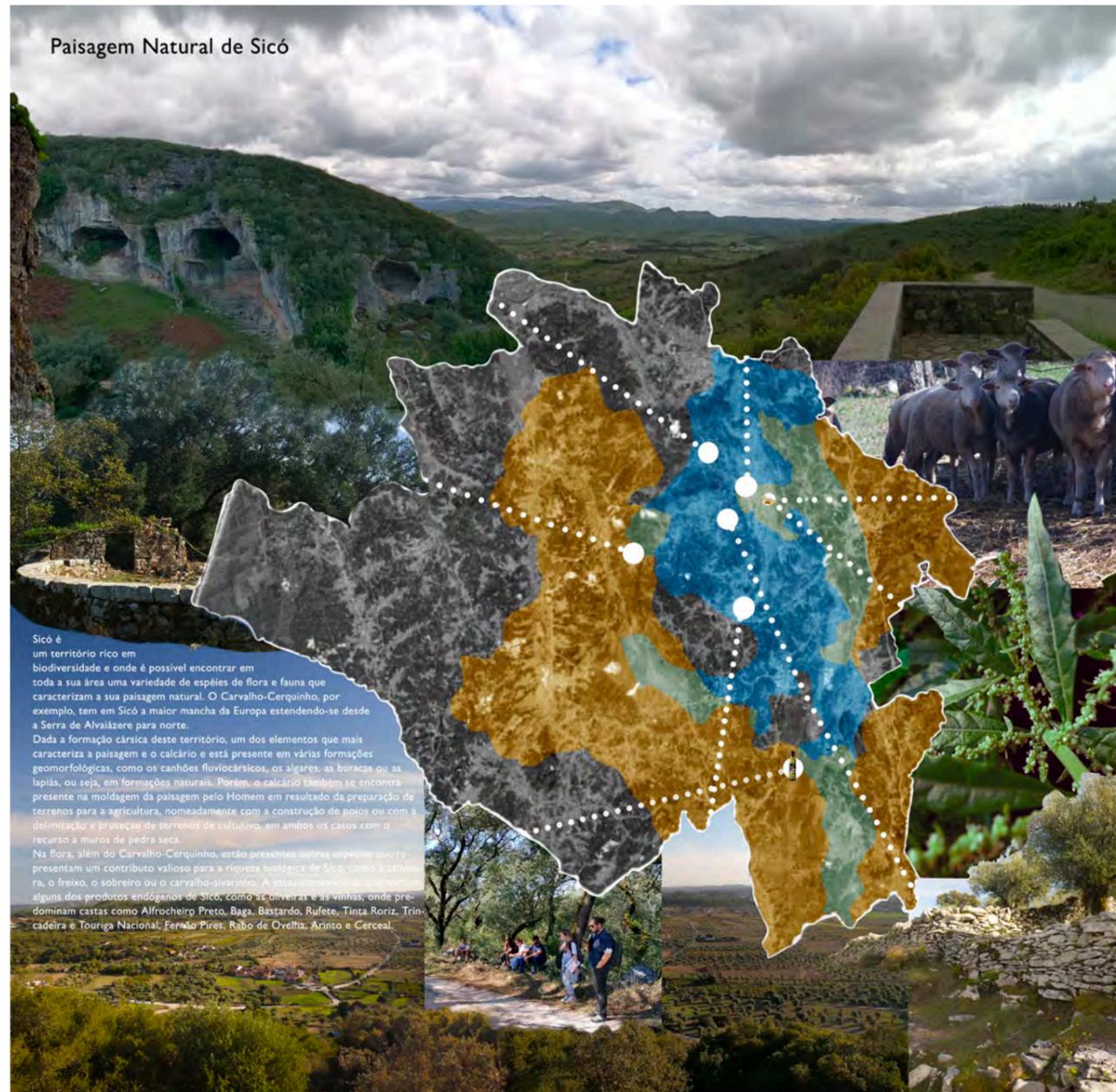


Figura 30: Conhecer a Paisagem Natural de Sicó



Figura 31: Conhecer a Paisagem Cultural de Sicó

1.1 Sicó Património

O maciço de Sicó é um cenário composto por um património natural e cultural diversificado. Esta região, caracterizada por uma paisagem serrana e com uma história rica, apresenta uma multiplicidade de elementos patrimoniais que espelham a relação entre o Homem e o meio ambiente.

No que diz respeito ao património natural, cativa-nos com as suas paisagens, que englobam os referidos canhões fluviocársicos, dolinas, algares, grutas ou campos de lapiás. Esta área é marcada pela biodiversidade rica, que abriga várias espécies de flora e fauna. A singularidade da sua topografia transformou-a num paraíso para entusiastas de escalada e caminhada, pelas Buracas do Casmilo ou pelo Canhão dos Poios e pelos trilhos que permitem explorar a sua natureza. A par temos ainda o Vale do Rio de Mouros, o Vale do Rio dos Poios e a Nascente de Anços.

Apresenta ainda uma ampla rede hidrográfica, embora seja importante destacar que, devido ao solo calcário da região, a maior parte da água flui subterraneamente, em vez de se manifestar em cursos d'água superficiais. Desta fazem parte cinco rios, o Rio Arunca, o de Anços, o Rio Corvo, o Dueça, o de Mouros e o Rio Nabão. A par, é ainda pontilhado por diversas dolinas que desempenham um papel vital no dia a dia da população local, já que são essenciais na produção agrícola, prática que marca este território.

Mas não é só de paisagem que é construído o património de Sicó. Evidências arqueológicas e locais de relevância, como o arqueossítio de Conímbriga, a Villa Romana no Rabaçal ou Complexo Monumental Santiago da Guarda, levam-nos numa viagem no tempo à ocupação romana que moldou esta região. Os vestígios permitem melhor compreender as interações dos antepassados e melhor conhecer a origem do território.

Igualmente antigas, mas mais recentes, as construções da linha defensiva do Mondego nos levam de volta à idade-média. Deste património localizado em Sicó, fazem parte, por exemplo, os Castelo de Penela e Germanelo.

Além deste património, é igualmente importante referir tradições de carácter religioso, romarias e os respetivos edifícios de carácter religioso espalhados pelas aldeias do território, que remetem para diferentes períodos da história de Portugal, e os quais podemos destacar a Capela da Sr^a da Estrela nos Poios, a Igreja de Santa Eufémia em Penela ou a capela Senhora do círculo em Casmilo.

É, ainda, importante referir a arquitetura vernacular, que é elemento distintivo da região e representa um dos principais valores a preservar, como se defende na presente dissertação.

Contudo, o património do maciço de Sicó não se restringe apenas às estruturas físicas. Expressões culturais, como diferentes saberes fazer, festividades populares, a gastronomia local e o artesanato, completam o mosaico patrimonial de Sicó.

Além disso, como é natural, as comunidades locais e o seu modo de vida são uma parte integrante dos patrimónios de Sicó. De facto, é a ligação intrínseca entre pessoas e o ambiente, as práticas agrícolas e pecuárias tradicionais, assim como os costumes transmitidos entre gerações, que compõe a identidade desta região.

Além de tudo isto, somos ainda presenteados com os produtos endógenos que Sicó tem para oferecer. Deles destaca-se o queijo Rabaçal, eventualmente o mais emblemático da região e mais conhecido a nível nacional. Mas também o conhecido Mel de Sicó, o vinho e o azeite, referido amiúde como o ouro de Sicó.

Assim, a Serra de Sicó apresenta-se como um território que concentra um valioso património natural, arqueológico, arquitetónico e cultural. Este património é uma janela para o passado e para a relação entre o ser humano e o mundo que o rodeia, contribuindo para a identidade local e para a valorização de uma herança.

	1981	2001	2011	2020
Portugal	9.833.014	10.356.117	10.562.178	10.297.081
Centro	2.301.514	2.348.397	2.327.755	2.223.308
Sicó	123.533	121.330	117.938	110.501
Alvaiázere	10.510	8.438	7.287	6.594
Ansião	15.446	13.719	13.128	12.050
Condeixa-a-Nova	13.257	15.340	17.078	17.814
Penela	8.023	6.594	5.983	5.392
Pombal	53.727	56.299	55.217	51.563
Soure	22.570	20.940	19.245	17.088

Figura 32: Tabela relativa à população residente

2 Desafios do território

Como foi mencionado na primeira parte desta dissertação, o meio rural em Portugal caracteriza-se atualmente como um “meio calmo”, onde o verde tem mais presença do que o construído. Quer dizer que está associado a uma vida mais calma, onde o tempo até parece ser maior. Além disso, é um tempo que pode ser preenchido pelas tradições e conhecimentos locais e, ainda, pela atividade agrícola. Porém, este tempo também é preenchido por cada vez menos pessoas e cada vez mais velhas, isto é, o êxodo rural perdura. Em contraste, o meio urbano parece estar a absorver toda a população e economia. É vibrante e jovem, e o verde não é uma dádiva, mas sim o que se consegue ter, sobretudo para fins lúdicos.

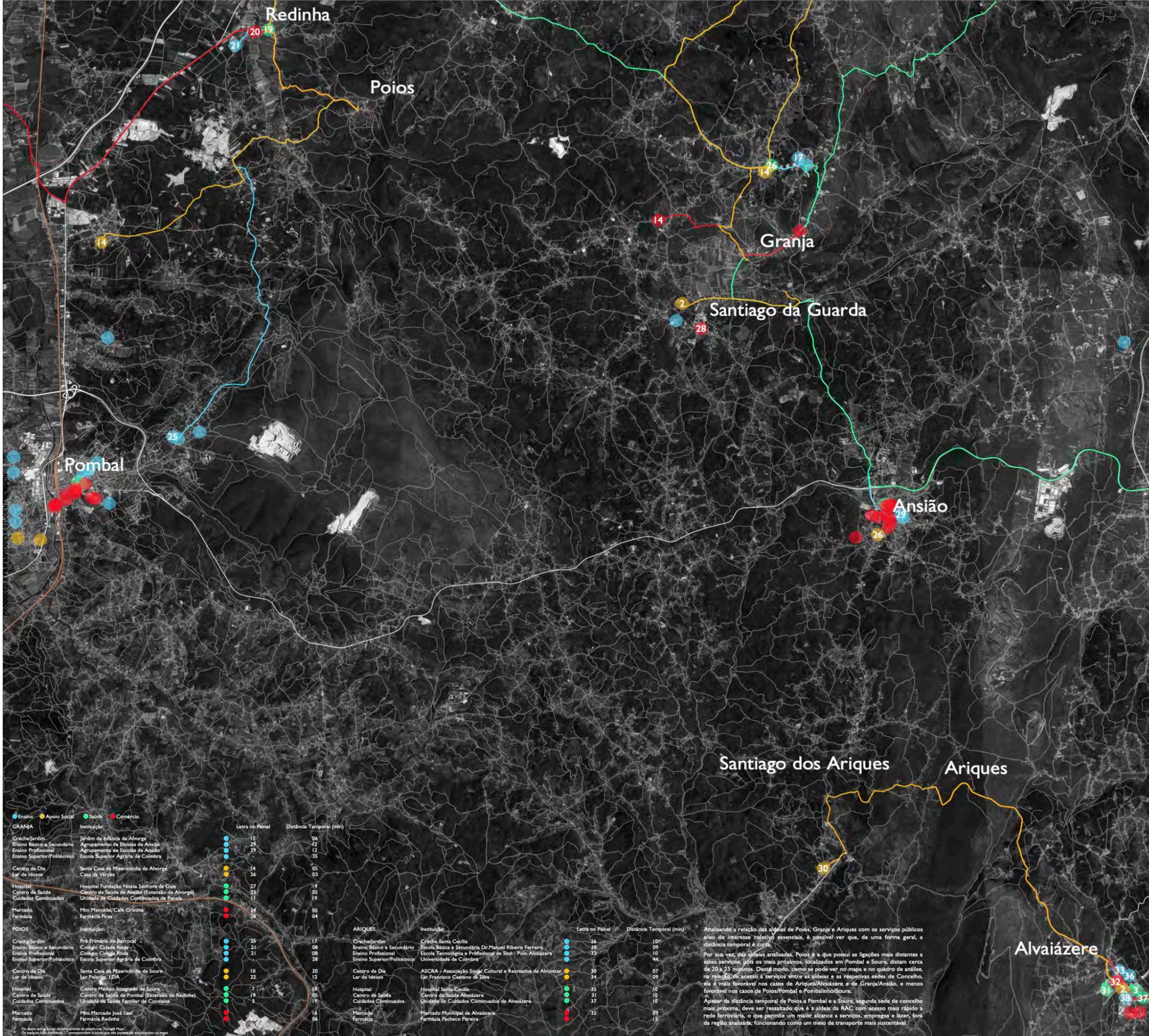
O maciço de Sicó espelha estas características do rural, por isso, sofre com as suas fragilidades. À semelhança de grande parte dos territórios do interior do país, Sicó sofre com a fraca densidade populacional, resultado não só da migração da população local para o meio urbano, como também da diminuição da taxa de natalidade.

Como se pode na figura 32, entre 2001 e 2020, Sicó sofreu uma perda demográfica substancial e atualmente o apresenta uma predominância de população envelhecida, consequência não só do aumento da esperança média de vida, como também da migração da população mais jovem, que parte à procura de oportunidades de trabalho. A indústria em Sicó é pouco desenvolvida e a economia local reflete esta fragilidade.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o território em estudo sofreu uma perda populacional que rondava os 8% em 2021, sendo os concelhos mais afetados, Alvaiázere com uma perda de 14,55% da população, Ansião com uma perda de 11,2% e Soure com 10,3%. Em contrapartida alguns concelhos tiveram um crescimento populacional, como é o caso de Condeixa-a-Nova, Pombal e Penela, que de 2019 a 2022 mostraram um crescimento populacional considerável.

Tendo em conta a proposta desta dissertação, o projeto de uma Comunidade de Aprendizagem numa aldeia de Sicó, importa analisar especificamente as tendências demográficas das crianças em Sicó. Deste modo, como se mostra na Figura 32, o número de crianças acompanha as tendências demográficas gerais população, ou seja, num plano geral, também diminuiu no último período censitário e é uma tendência que se pode verificar também nos últimos anos, isto é, entre 2019 e 2022. De facto, o número de crianças dos 0 aos 4 anos diminuiu, de 3772 para 3653, dos 5 aos 9, faixa etária que corresponde ao ensino primário, baixou de 4152 para 3919 e nas idades dos 10 aos 14, apenas os concelhos de Ansião, Pombal e Soure mostram perdas significativas.

Deste modo, conclui-se que o maciço de Sicó sofre de um problema de perda populacional que é expressivo e que, por isso, tem um impacto direto no desenvolvimento destes territórios.



Letra no Painel	Distância Temporal (min)
17	06
28	12
29	12
35	35
14	05
26	03
19	19
23	05
11	19
24	05
28	04
25	17
21	08
21	08
28	28
10	20
22	12
7	08
13	05
3	19
14	06

Instituição	Letra no Painel	Distância Temporal (min)
Creche/Jardim	26	10
Creche Santa Cecília	38	09
Ensino Básico e Secundário	38	09
Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira	37	10
Escola Tecnológica e Profissional de São - João - Poio Alvalázere	37	10
Escola Superior Politécnica	37	10
Escola Superior Agrária de Coimbra	37	10
Centro de Dia	30	07
Lar de Idosos	34	09
ASGRA - Associação Social Cultural e Recreativa de Almoeste	30	07
Lar Francisco Casiano da Silva	34	09
Hospital	35	10
Hospital Santa Cecília	31	10
Centro de Saúde	37	10
Centro de Saúde Alvalázere	37	10
Unidade de Cuidados Continuados de Alvalázere	37	10
Centro de Saúde Familiar de Condeixa	37	10
Mini Mercado	32	09
Mini Mercado José Louf	32	09
Farmácia	32	09
Farmácia Pecheco Pereira	32	09
Farmácia Piras	04	04

Analisando a relação das aldeias de Poios, Granja e Ariques com os serviços públicos e/ou de interesse coletivo essenciais, é possível ver que, de uma forma geral, a distância temporal é curta.

Por sua vez, das aldeias analisadas, Poios é a que possui as ligações mais distantes a estes serviços, pois os mais próximos, localizados em Pombal e Soure, distam cerca de 20 a 25 minutos. Desta modo, como se pode ver no mapa e no quadro de análise, na relação de acesso a serviços entre as aldeias e as respetivas sedes de Concelho, ela é mais favorável nos casos de Ariques/Alvalázere e de Granja/Ansião, e menos favorável nos casos de Poios/Pombal e Soure.

Apesar da distância temporal de Poios a Pombal e a Soure, segunda sede de concelho mais próxima, deve ser ressaltado que é a aldeia da RAC com acesso mais rápido a rede ferroviária, o que permite um maior alcance a serviços, empregos e lazer, fora da região analisada, funcionando como um meio de transporte mais sustentável.

Figura 33: Painel de acesso a serviços

Mas mais preocupante, é o facto de esta perda ser uma tendência instalada que se mantém muito, o que configura um dos principais desafios deste território.

Pois bem, no que diz respeito aos serviços de interesse coletivo, sobretudo de saúde, educação e comércio, a sua existência é crucial e que o seu acesso seja fácil, visto serem imprescindíveis no dia a dia do cidadão.

Neste seguimento, as aldeias de Casmilo, Chanca, Rabaçal e Pombalinho representam aldeias que têm estes serviços nas suas sedes de concelho, e a uma distância de 5 a 15 minutos de automóvel. Mesmo no caso da população de Pombalinho, que tem a sua sede de concelho (Soure) a 25 minutos, o acesso aos serviços mínimos é facilitado, dada a existência dos mesmos em Penela e Ansião, que se encontram mais próximas. À semelhança, temos as aldeias de Ariques e Granja, que, como mostra a figura 33, apresentam um acesso fácil e rápido a serviços mínimo, contrastando com Poios, que, para aceder aos serviços mais próximos, obriga a população a se deslocar até à sede de Concelho (Pombal) que se localiza a 25 minutos. No entanto, é importante entender que, apesar de Poios ser a aldeia com maior distância a serviços mínimos, é a que melhor e mais rápido acesso tem à rede ferroviária. Esta acessibilidade não só permite um maior alcance a serviços, como também a postos de emprego e a espaços culturais de lazer. Assim, apesar dos problemas do interior referidos serem também uma realidade nos Poios, nos últimos tempos, famílias jovens têm vindo a escolher esta aldeia para se fixarem, fazendo assim com que, entre 2019 e 2021, a população jovem/adulta e infantojuvenil nesta aldeia de Pombal, tenha aumentado.

Ora este é, quiçá, um dos maiores desafios do maciço de Sicó: a demografia. Para se inverter o quadro negativo que caracteriza demografia da região, é necessária uma visão integrada, ou seja, que seja consciente do facto de cada concelho não conseguir por si só reverter este cenário e aposte num espírito colaborativo e assente em práticas de governança. De facto, é necessário um trabalho colaborativo não apenas entre as autarquias, mas também entre estas e a sociedade civil.

No caso de Sicó é relevante o facto de existirem muitas associações locais, associações com diferentes fins ou propósitos. Entre essas associações, destaca-se a Terras de Sicó, Grupo de Ação Local, um projeto que visa o desenvolvimento de Sicó através da promoção de produtos endógenos, do turismo e da organização de novas oportunidades de mercado, influenciando positivamente a economia e a cultura local. Uma das iniciativas que esta associação tem no terreno desde 2019, e que é de importante destaque para esta dissertação, é o Plano Integrado de Intervenção Rede de Aldeias do Calcário: 6 Aldeias, 12 Experiências (RAC), que visa a valorização turística deste território. O projeto engloba as aldeias de Ariques, situada no município de Alvaiázere; Casmilo, localizada em Condeixa-a-Nova; Chanca, Penela; Granja, Ansião; Poios, em Pombal; e Pombalinho, Soure, e consiste na reabilitação urbana destas seis aldeias, reconhecendo-se o seu elevado potencial de desenvolvimento, intrinsecamente ligado

aos valores culturais e ambientais do território. Neste sentido, estão a ser delineadas estratégias de desenvolvimento local que visam revitalizar o território, salvaguardando a sua identidade, tanto ao nível da paisagem como dos produtos endógenos. Assim, a RAC pretende melhorar a qualidade de vida da comunidade local, e atrair visitantes e turistas interessados em explorar e apreciar as riquezas culturais e naturais da região, contribuindo, assim, para um desenvolvimento sustentável.

Deste modo, partindo do objetivo geral desta dissertação, de fazer face aos impactos do êxodo rural, é necessário apostar nestes territórios através de políticas que o valorizem, tendo sempre presente os valores arquitetónicos e os recursos locais que importam preservar, ou seja, que sejam políticas de base local.

Para tal, as associações anteriormente referidas desempenham um papel importante nos processos de transformação necessários e podem colaborar no cumprimento de objetivos importantes para a revitalização destes territórios, valorizando sempre os produtos endógenos e os saberes locais, a promoção da atividade turística e a criação de novos postos de emprego com o intuito de fixar pessoas.



Figura 34: Espaço de aprendizagem da Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras



Figura 35: Espaço de aprendizagem da Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras

3 O Ensino em Sicó

Levando em consideração que a presente dissertação trata o tema da Educação e propõe uma Comunidade de Aprendizagem em Sicó, nos Poios, é também importante analisar os dados relativos ao ensino neste território. Deste modo, como podemos observar na Figura 34, a oferta de ensino existente em Sicó vai desde o Pré-Escolar ao Ensino Secundário, num registo de ensino formal, sendo de registar um caso excepcional de ensino alternativo com a Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras (CAC), no Rabaçal, a única escola de ensino alternativo que existiu até muito recentemente neste território e cuja continuidade está em dúvida .¹⁰

A CAC começou por ter a sua base na aldeia Cerejeiras, Penela, mas quando o número de crianças aumentou, reinstalou-se no Rabaçal, Penela. Sensível à necessidade de mais e melhor espaço letivo, a Câmara Municipal de Penela disponibilizou o edifício da antiga escola primária do Rabaçal que então se encontrava em desuso. Assim, nasceu uma comunidade de aprendizagem que albergava ensino do 1º ano de escolaridade ao 4º ano e que se viria a tornar num exemplo de ensino alternativo no país, captando o interesse, tanto de famílias portuguesas como estrangeiras, havendo casos, relatados por educadores do estabelecimento, em que uma família iraniana se mudou para a região.

Ora, como o edifício da Escola do Rabaçal serviu inicialmente o programa de ensino formal, tinha características espaciais correspondentes. No entanto, estas não impediram que as práticas pedagógicas seguissem o método alternativo adotado.

Deste modo, ao entrar hoje na CAC somos confrontados com um complexo onde todos os espaços são considerados espaços de aprendizagem, e as salas de aula ditas “tradicionais” não apresentam mesas corridas viradas para um quadro ardósia. Ao invés, temos uma disposição de mesas em quadrado. As aulas são dadas de forma leve, os alunos não mostram receio em colocar questões, em dar uma resposta errada ou, por vezes, em brincar com os professores. Isto ajuda na inter-relação entre os alunos que, ao contrário do método formal, são incentivados a conversar e trocar informação. Nas paredes temos painéis com a divisão de tarefas, como por exemplo, regar as plantas e também cartazes sobre os projetos em desenvolvimento, já que cada criança é incentivada a propor projetos sobre assuntos de interesse pessoal. Por exemplo, se um aluno mostra interesse em arquitetura, o professor incentiva essa curiosidade e estimula-a, ajudando a criança a procurar um profissional da área e a organizar uma atividade letiva para que toda a comunidade educativa possa aprender com o convidado, sempre auxiliando a criança no processo e não tentando assumir o comando.

¹⁰ A Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras existiu até ao ano de 2022. Atualmente, a sua continuidade enquanto comunidade de aprendizagem, está em dúvida, devido a questões organizacionais relacionadas, grosso modo, com o número de alunos



Figura 36: Espaço de aprendizagem da Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras



Figura 37: Atividades de aula da Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras

Isso promove um ambiente de aprendizagem participativo e orientado pelo interesse do aluno.

Desta forma, à semelhança dos princípios aplicados no método alternativo descritos na primeira parte desta dissertação, a criatividade e a autonomia são exploradas e incentivadas aos alunos das Cerejeiras, através, por exemplo, da possibilidade dada a cada aluno de construir o seu próprio currículo, em conformidade com os seus interesses individuais. Neste seguimento, as crianças têm também a liberdade de organizar os seus próprios horários, sempre conscientes de que o plano curricular deveria ser cumprido. Outro princípio aqui aplicado e que se assemelha à proposta curricular de Montessori e de Waldorf, é a participação ativa das crianças nas decisões sobre as atividades letivas.

A relação com o exterior era muito valorizada e os alunos saíam, frequentemente, em visitas pela aldeia para conviver com a população local. O espaço público era visto como um espaço de aprendizagem.

As atividades são lecionadas em qualquer divisão do edifício escolar, provando que qualquer espaço poderia virar uma sala de aula.

A região de Sicó, embora tenha demonstrado uma resposta satisfatória ao ensino, tem historicamente predominado o ensino formal como principal abordagem pedagógica. No entanto, o caso das Cerejeiras emerge como um exemplo de como a implementação de princípios associados aos métodos alternativos pode conferir benefícios substanciais ao meio rural. Deste modo, o caso de estudo mostra que a relação criada entre a comunidade educativa e a comunidade local pode gerar uma simbiose altamente positiva, promovendo um ambiente de aprendizagem enriquecedor.

Assim, as Cerejeiras constituem um caso relevante para esta dissertação, uma vez que demonstram os resultados positivos que podem ser alcançados quando essas abordagens pedagógicas são aplicadas no contexto territorial.





Figura 38: Paisagem de Poios

II Contexto

Esta parte dedica-se à apresentação da proposta urbana e do projeto desenvolvidos no âmbito da dissertação, e está dividida em cinco capítulos: Sicó: cidade- região, Planos de Ação, Poios, Poios no Mundo e, por fim, Comunidade de Aprendizagem dos Poios.

O primeiro capítulo, Sicó: Cidade-Região, remete para a visão da região de Sicó como o sistema urbano polinucleado, no qual se baseia a estratégia Aldeias de Calcário: Polos de Multifuncionalidade, Aglutinadores Sociais, Centros de Saber e Experiência, e que foi objeto da Dissertação de Mestrado de João Pereira. Dedicar-se à apresentação do conceito geral do trabalho que teve início no ano letivo 2020/ 2021, no âmbito de Atelier de Projeto IIC, e que teve continuidade nos dois anos letivos seguintes.

Como o título indica, a estratégia desenvolvida baseia-se numa visão de Sicó como uma cidade-região, isto é, numa abordagem que considera a interligação dos vários elementos do seu sistema-urbano, abrangendo todos os núcleos, desde Pombal, a única cidade deste sistema, às aldeias que existem em todo o maciço de Sicó. Em suma, trata-se de uma visão do sistema urbano de Sicó como um sistema polinucleado no qual se pretende reforçar as relações interurbanas e rural/urbanas, uma medida prevista no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)¹¹.

O segundo capítulo dedica-se à apresentação dos Planos de Ação para as aldeias da RAC e que resultaram do trabalho desenvolvido nos anos letivos de 2021/2022 e 2022/2023 no âmbito dos Ateliers de Projeto ID e IID.

O foco do terceiro capítulo é a aldeia dos Poios, aldeia de intervenção da proposta desta dissertação. A sua apresentação e descrição detalhada e serve como ponte para o quarto capítulo que se dedica à apresentação da proposta de Plano de Ação desenvolvida pela autora desta dissertação e pela colega Andreia Guimarães. A estratégia defendida no Plano intitula-se Poios no mundo e sintetiza a ambição pretendida para os Poios no futuro.

Por fim, o quinto capítulo dedica-se à apresentação do projeto para a Comunidade de Aprendizagem dos Poios, com uma descrição detalhada do complexo edificado que dá resposta ao programa funcional e explicando as opções de organização de espaço e dos materiais e sistemas construtivos e adotados. Assim, percebemos como são implementadas no projeto questões analisadas nesta dissertação, relativas à importância do espaço no ensino e à valorização do património construído vernacular.

¹¹O PNPOT foi publicado com a Lei n.º 58/2007 e revisto com Lei n.º 99/2019, DR n.º 170/2019, Série I, 5/9/2019.



EIXOS ESTRATÉGICOS DE INTERVENÇÃO						
Criar sinergias e promover a multifuncionalidade	Reforçar e capacitar o associativismo	Valorizar o espaço público	Potenciar a sustentabilidade e o bem-estar da população	Valorizar o património cultural e natural	Desenvolver o turismo	Com a Cidade Região Sicó, as aldeias têm um crescimento contínuo e sustentável e veem reforçada a sua atratividade, valorizando o(s) património(s), as pessoas e os saberes.
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS						
Promover o agroturismo Promover o empreendedorismo agrícola	Reabilitar e requalificar as instalações das associações existentes	Promover investigação aplicada e direcionada à valorização da biodiversidade	Ordenar o estacionamento móvel	Reabilitação de edifícios e valorização de outros elementos construídos identitários que melhor representem a marca aldeias de calcário	Reforçar os apoios ao turismo e desportos de natureza	

Figura 39: Sicó: Cidade-Região

1 Sicó: Cidade- Região

Sicó é uma área que, ao longo dos últimos anos, tem sido objeto da implementação de estratégias de desenvolvimento de base local, desde logo as que foram criadas pelos respetivos municípios. Mas além destas estratégias assentes numa visão segmentada do território associada aos limites administrativos dos municípios, também têm sido implementadas estratégias baseadas no entendimento do maciço de Sicó como uma unidade territorial. É este o caso da Estratégia de Desenvolvimento Local: Terras de Sicó 2020, elaborada pela Terras de Sicó e que tem como principais objetivos o reforço da qualidade de vida e do desenvolvimento económico da região, apostando nos recursos naturais, na promoção de atividades turísticas e no apoio ao empreendedorismo, com a finalidade de dar resposta a problemas como a empregabilidade, a inclusão social e a sustentabilidade local.

Esta estratégia, a par com as outras referidas, tem contribuído para criação de uma marca Sicó que, apesar da sua projeção para o exterior e o seu aproveitamento para fins turísticos, tem resultados que ainda não conseguiram face aos problemas que existem nesta região e foram referido na parte anterior. Significa isto que é pertinente reforçar a estratégia de valorização da Sicó.

Então, os Ateliers de Projeto ID e IID, trabalharam num conjunto de propostas que visam, em conjunto, valorizar o território de Sicó e reforçar a sua atratividade, tanto para a visitaçao como para a instalação de novas atividades geradoras de emprego e/ou que fixem pessoas. As propostas feitas foram pensadas para funcionarem em rede, para assim reforçar a resiliência da região e promover, de forma integrada, os produtos endógenos, a paisagem natural e cultural, e, ainda, criar emprego.

Podemos descrever este conceito como um sistema urbano baseado nas conexões entre vários núcleos urbanos, muitos deles em espaço rural, e nos fluxos que ocorrem entre eles, por meio de uma estrutura em rede. Esse sistema integra a mobilidade de pessoas, bens, serviços e conhecimento. Vai além das fronteiras administrativas dos municípios que compõem o maciço de Sicó, defendendo um modelo em rede, no qual o meio rural e o meio urbano são entendidos como realidades interdependentes, que funcionam juntas e se influenciam mutuamente.

O objetivo principal da proposta para as Aldeias de Calcário é reforçar a coesão social e territorial do sistema urbano no qual a RAC está integrada. Isso visa então criar um território mais atrativo, com responsabilidades compartilhadas, custos e recursos compartilhados. Em última instância, procura-se, o próprio título da estratégia global denuncia, que as Aldeias de Calcário sejam reconhecidas como Polos de Multifuncionalidade, Aglutinadores Sociais, Centros de Saber e Experiência.

Desta forma, a estratégia resultou numa proposta para a resolução de problemas que o território apresenta, nomeadamente, mas assimetrias entre o interior e o litoral do país, como já foi referido na primeira parte desta dissertação. Assim, tendo sempre como base de trabalho as fragilidades e as forças do território, as duas turmas envolvidas na iniciativa De Volta ao Rural, defendem um olhar novo para o maciço de Sicó, entendendo-o como uma Cidade-Região, uma visão defendida por João Pereira (2022) e que é a base de trabalho de todos os envolvidos. A estratégia sintetizada por ele, defende os seguintes objetivos como principais áreas de atuação:

- Valorização do Espaço Público;
- Valorização do património cultural e natural;
- Estimular o desenvolvimento do turismo;
- Impulsionar a sustentabilidade e a qualidade de vida da população;
- Reforçar o associativismo;
- Promover a multifuncionalidade e criar sinergias.

Em conjunto, as intervenções necessárias para o cumprimento destes objetivos procuram responder à ambição para as aldeias de calcário,

como por exemplo, impulsionar o turismo agrícola ou enriquecer a biodiversidade local.

É também fulcral reforçar o associativismo e reforçar a atratividade das aldeias em estudo, para tal propõe-se renovar e melhorar os edifícios das associações locais, como explica a dissertação da colega Andreia Guimarães, e apostar na reabilitação da arquitetura local que pretendemos valorizar. A valorização do espaço público também estimula a atratividade local e para que tal possa ser cumprido, são propostas intervenções a nível de estacionamento, da reorganização da circulação automóvel e do desenho de alguns espaços públicos.

Com base nestas orientações e metas estratégicas, foram delineados Planos de Ação que englobam estratégias para as aldeias, intervenções em espaço público, reabilitações e propostas de novo edificado e que prometem trabalhar em conjunto para responder a esta visão que se pretende para o futuro de Sicó: Cidade-Região.

ARIQUES INTEGRA

Natureza | Cultura | Cidadania



■ Área urbanizada
■ Área florestal
— Nova via

O Equipamento de Apoio à visitação surge tendo em vista a atividade turística, numa ótica de lazer e usufruto do visitante, mas também no contributo económico e social na comunidade. Pretende-se que este seja um marco identitário pertencente à RAC e que contribua para a dinamização e conexão das aldeias. A escultura é construída com um dos produtos da região - o calcário e pretende ser acima de tudo um estímulo à marca e ao uso deste produto.

A escultura, conta com um espaço de repouso, de mostra de produtos da sub-região e informação geral de ajuda. No interior serão apresentadas as possíveis atividades desportivas, recreativas, ambientais e sociais existentes em cada aldeia e nas aldeias vizinhas. Prospera-se que quem visite o território influenciado pelo EAV visite todas as aldeias da RAC promovendo a integração destas e o desenvolvimento económico, social e turístico da região.

A localização desta construção na aldeia não foi bem ponderada, no entanto, reconhecendo a presença deste, o nosso principal objetivo pretende melhor integrá-lo na aldeia. Criando um espaço de receção para quem chega à aldeia pelo lado nascente, espaços de estar para maior proximidade ao visitante. Num primeiro momento propõe-se a alteração do pavimento da área envolvente ao equipamento em pedra calcária, prevendo uma unidade e coerência.

Ainda ao nível do espaço público, um dos objetivos desta proposta passa por integrar o peão no espaço urbano do peão. Percorrendo a importância das ruas no plano de Ariques, foi percebido que o uso de asfalto no trecho da CM1063 não faz sentido para a identidade da mesma, visto o caráter urbano que é atribuído pelo material, assim prevê-se a substituição por pedra calcária, como já existe nalgumas ruas da aldeia.

Ao intervir no espaço público destes lugares temos de ter sempre o peão em atenção. Lugares pouco desenvolvidos, com pouco tráfego automóvel não têm habitualmente um lugar formal para os peões ao longo da estrada. Através da nossa proposta pretendemos mostrar que é possível prever a deslocação de um peão e de um automóvel no mesmo eixo, sendo que cada um tem o seu espaço na via. No pavimento desenhou-se com pedra calcária de tonalidade diferente a linha que separa a área de circulação automóvel da área de "passoio". Pensamos que desta forma estamos a dar uma imagem ao espaço público de Ariques, ao mesmo tempo que contribuímos para o sentimento de maior segurança do caminhar.



O Equipamento de Apoio à visitação surge tendo em vista a atividade turística, numa ótica de lazer e usufruto do visitante, mas também no contributo económico e social na comunidade. Pretende-se que este seja um marco identitário pertencente à RAC e que contribua para a dinamização e conexão das aldeias. A escultura é construída com um dos produtos da região - o calcário e pretende ser acima de tudo um estímulo à marca e ao uso deste produto.

No início dos trabalhos esta peça já tinha esta localização definida, pelo que seria agora necessário trabalhar a sua implantação, dando-lhe alguma dignidade e propósito. Assim, sugere-se que junto deste elemento surja um espaço de lazer, com espaços de descanso, área de merendas, área de biotécrito.



Equipamento de Apoio à Visitação



Perfil da Rua



Espaço verde entre o limite das habitações e a via

Greija de escoamento

Culor de calcário (revestimento permeável)

Alimentação de água

Baite de granulometria "Tous renant"

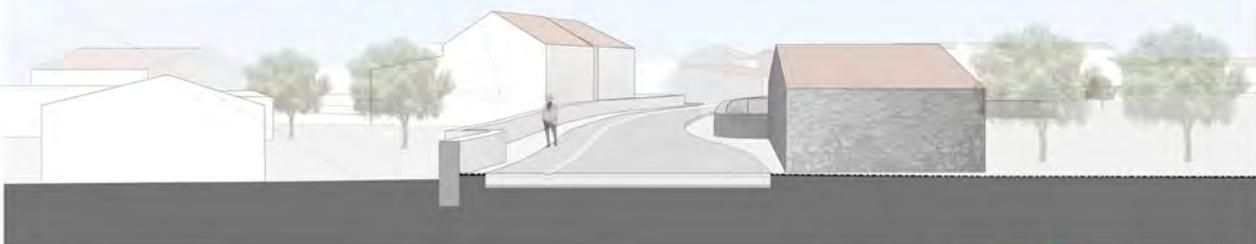
Dreno

Solo

A proposta do novo perfil da rua tem como objetivos permitir que o peão tenha um lugar onde possa Zambizar livremente e construir uma imagem de unidade para a Aldeia, deixando sempre que possível um espaço verde entre os muros de limitação de proximidade e a via. Pensamos que desta forma se domesticará o carácter mais urbano que a proposta de repavimento possa trazer.

A utilização de um material local, pedra calcária pretende ainda reforçar a importância de valorizar o que existe na região. A criação deste monte bege nas ruas entende-se por visível à praça que se criam junto ao Abrigo Carmelita e junto ao Equipamento de Apoio à Visitação (EAV), mostrando que estes dois fazem parte da aldeia.

Para além da alteração da imagem do espaço público de Ariques, a criação da nova via, sendo condicionada ao tráfego automóvel, propõe a circulação num único sentido nalgumas vias, como podemos constatar no esquema de setas inserido ao lado.



ALDEIAS DE CALCÁRIO: Pólos de Multifuncionalidade, Agregadores Sociais, Centros de Saber e Experiência
ARIQUES, ALDEIA LAR
Atelier de Projeto ID: 2022/2023

Artista: Gula Campos

Plano de Ação

Coordenação: Adélio Gonçalves



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

DARQ

TERAS&SC&O

iPd

03

Figura 40: Plano de Ação para Ariques

2 Planos de Ação

Como já foi mencionado no capítulo anterior, os focos de atuação para a concretização do tema proposto em Atelier de Projeto I derivam de uma série de metas estratégicas, incluindo a promoção do turismo rural e os desportos de natureza, bem como do empreendedorismo agrícola, que são integradas nos Planos de Ação de cada aldeia da RAC. Nestes Planos, é dada prioridade à reabilitação de edifícios que representem um valor arquitetónico a preservar e que são, de certa forma, uma imagem da RAC. Além disso, os Planos de Ação englobam a organização da circulação automóvel e criação de estacionamento.

Assim, os Planos de Ação incluem estratégias próprias que visam reforçar a atratividade de Sicó, através da valorização da paisagem cultural desta região. Para tal, são propostos programas de intervenção baseados nos recursos endógenos e em características específicas da região, nomeadamente no que diz respeito ao património construído vernacular, seja com intervenções em edifícios devolutos, seja com construção nova sensível aos valores e atributos deste património.

Neste seguimento, para a aldeia de Ariques, o respetivo Plano de Ação, intitulado de Ariques Integra, visa preservar e abraçar a identidade da aldeia através de programas que visam acolher o idoso e o peregrino. A estratégia proposta, desenvolvida pelas colegas Giulia Campos e Joana Ramos, em concordância com os objetivos traçados na estratégia Aldeias de Calcário: Polo Multifuncionalidade, Agregadores Sociais, Centros de Saber e Experiência, tem como principais metas, preservar o património construído; propor equipamentos direcionados não só à população sénior, como a visitantes; promover a fixação de novos moradores e incentivar e melhorar a estadia de peregrinos.

Neste contexto, os projetos propostos pelas duas colegas e que integram o Plano de Ação, cooperam entre si para responder ao mesmo propósito, embora os seus públicos-alvo diverjam. Assim, temos uma proposta voltada para o peregrino, com a criação de um Abrigo Carmelita, e outra voltada para população sénior, uma Aldeia Lar. Servindo simultaneamente estes dois núcleos funcionais, o Plano de Ação integra ainda um Complexo Multifuncional, um Restaurante, um Centro Médico, com uma ala de Fisioterapia, que são programas que podem ser acedidos por toda a comunidade local e vizinha.

Desta forma, na concretização do Plano de Ação proposto para Ariques, é reabilitado um conjunto edifícios devolutos que representam património construído vernacular da aldeia, nomeadamente para dar resposta ao programa do complexo multifuncional. De igual modo, a concretização do Plano é feito igualmente com propostas de novas edificações, embora procurando que sejam sensíveis àquele património.

ESPAÇO PÚBLICO

As intervenções no espaço público da aldeia da Chanca visam, além da valorização deste território e das suas valências, proporcionar um lugar mais dinâmico, que estimule o espírito de comunidade, contribuindo para uma aldeia mais unitária e coesa. As ações mais significativas têm lugar no NEP – Núcleo de Espaço Público, com o objetivo de potencializar este setor importante de chegada a sul à aldeia, requalificando o espaço existente e transformando-o num local de lazer e reunião da comunidade local.

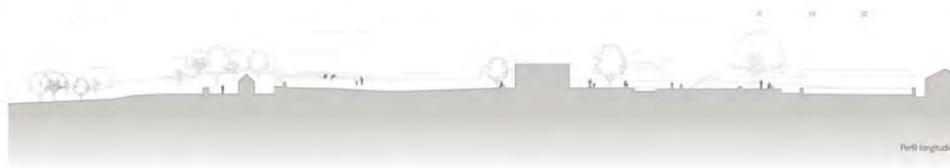
Neste sentido, propõe-se três principais ações:

1. A redefinição dos sentidos de circulação automóvel e a repavimentação das ruas interiores, com a inserção de passeios e adoção de um perfil-tipo – esta ação visa a transformação da imagem deste lugar, acentuando a imagem da pedra calcária, e a limitação da circulação automóvel no miolo da aldeia.
2. A reabilitação da zona de chegada à aldeia, através de uma reforestação da zona envolvente com flora endógena e da inserção do EAV – Equipamento de apoio à visita, em confronto com a eira quadrada existente.
3. A requalificação do espaço do parque infantil e envolvente à capela, incluindo a criação de um novo palco, junto à entrada sul – esta ação tem como principais objetivos o melhoramento dos lugares de convívio, proporcionando melhor qualidade nos espaços para a realização de eventos e encontros intergeracionais.

Procura-se assim potencializar todo o espaço existente, reforçando a imagem cultural da RAC, recorrendo à pedra calcária como principal elemento caracterizador, e em concordância com os objetivos definidos para o plano de ação.



ALDEIAS DE CALCÁRIO Pólo de Multifuncionalidade, Agregadores Sociais, Centros de Saber e Experimentação
 Plano de Ação - Espaço Público - CHANCA, PASSAR, CLUTURA E INTERMÓNIO
 Autor: Ana Pereira
 Combinação: Adílio Gonçalves
 DARQ
 TERREUSCO
 iPD



ESPAÇO PÚBLICO

Definição dos espaços públicos:
 Criação e desenvolvimento de dois espaços públicos, com duas praças públicas com tratamento de solo e tratamento com pequenas estruturas arquitetónicas, mobiliário e condições de iluminação.
 Promoção da biodiversidade através da alternância entre vegetal.

MOBILIDADES

Definição da mobilidade:
 Requalificação do pavimento de ruas automóveis e de passeios;
 Criação de via única no centro da aldeia para favorecer a circulação e outros meios de transporte como bicicletas
 Criação de dois estacionamentos e de duas estruturas para as bicicletas.

Qualidade dos espaços públicos reflecte o bem-estar e o bom viver em espaço, urbano ou rural. Neste caso, o projecto de requalificação destes espaços visa otimizar as circulações e libertar espaço para peões, marcando-os com um espaço vegetal que melhora a qualidade visual, auditiva e ecológica. Para além disso, os espaços são enriquecidos com leves intervenções artísticas (1). O equipamento de apoio à visita integra-se na estrutura deste espaço.

Com sentido único no centro da aldeia permitem criar um espaço para os residentes na escolha de outras opções como passeios. As vias de sentido único são favorecidas, e o espaço é suficiente o estacionamento é permitido na área, também acrescentado um sistema de recuperação de águas pluviais que otimiza o uso e armazenamento deste valioso recurso.

O uso da praça pública perto da igreja favorece o vínculo entre os residentes e a vida coletiva da aldeia (2). O segundo espaço público melhorado com um palco onde as festas da aldeia são realizadas. Este consegue ser um espaço que também incentiva os residentes a integrarem-se e socializarem com os restantes habitantes da aldeia (3). O desenho do espaço público na existente habitação propriedade da Sra. Susana com a possibilidade de ser também exterior, proporciona um espaço de estar para residentes e dinamiza toda a área. Ao mesmo tempo, permite e convida os pedestres a usufruir do espaço (4).

O espaço de um centro de acolhimento turístico permite receber turistas e os caminhanes. Estão igualmente previstas estruturas anexas (5).
 O espaço público é também um ponto importante para a frequência dos espaços públicos.



Figura 41: Plano de Ação para Chanca

Figura 42: Plano de Ação para Casnilo

Para a aldeia da Chanca, Penela, a estratégia defendida intitula-se Chanca: Paisagem, Cultura e Património. O Plano elaborado pelos colegas Ana Pereira, Gonçalo Pereira e Florentin Rocher que, após uma análise do território de Sicó e da aldeia, entenderam que o principal objetivo é valorizar os elementos naturais e culturais que constroem a paisagem cultural de Sicó. Neste seguimento, o Plano de Ação procura destacar o território e os seus recursos, através de uma abordagem que pretende não só promover a identidade da aldeia, mas também fortalecê-la, tornando-a mais dinâmica e contribuindo para um sentimento de pertença mais robusto. Assim, foram propostos 3 núcleos funcionais que, à semelhança de Ariques, pretende trabalhar em conjunto. O primeiro, Núcleo de Espaço Público (NEP), localizado numa das entradas da aldeia, pretende afirmar-se como um espaço de convívio de lazer e é proposto a par com a Quinta da Chanca, um complexo de alojamento local que, pela sua singularidade, estabelece uma ligação direta com a aldeia e a população local. É também proposto o Núcleo de Valorização da Paisagem Cultural (NVPC) que ambiciona ajudar na valorização do património local, e tem como público-alvo não só os visitantes, como a população local, entendida como principal ator deste núcleo. Por fim, temos o Núcleo de Saúde e Bem-Estar (NSB), um centro de tratamento, focado na saúde mental, mais especificamente doentes de Alzheimer.

De forma a ir ao encontro da estratégia geral, a par com os 3 núcleos propostos, o Plano de Ação de Chanca propõe ainda a requalificação das vias de trânsito, a revitalização das entradas da aldeia e, por fim, algumas intervenções em espaço público que influenciam diretamente a atratividade da aldeia, nomeadamente a reabilitação de um parque infantil que servirá não só como espaço para as crianças, mas também como ponto de encontro e convívio de toda a população local.

Já para a aldeia de Casmilo, o Plano de Ação proposto pelos colegas André Correia e Matthias Voulouzan, assume uma abordagem integrada, que procura a valorização do património construído local e dos valores naturais da região. Além disso, pretende apostar na promoção do turismo em Sicó e na integração dos praticantes de desportos de natureza, como é o caso da escalada nesta aldeia em específico, pela presença das conhecidas Buracas do Casmilo.

Deste modo, integra a proposta de criação de uma cooperativa agrícola comunitária, cujo programa integra uma área produtiva, mas também uma área comercial, nomeadamente com uma loja e um restaurante. Por sua vez, ao procurar reforçar a integração do desportista, o Plano de Ação promove a ligação entre o turismo e as atividades desportivas, com uma interação dinâmica entre os visitantes e os recursos naturais da área. Esta ligação é potencializada com a criação de um Centro de Escalada Indor, projeto do colega André Correia, que se localiza na área nascente da aldeia, requalificada como parque.

A valorização do turismo em Sicó, por sua vez, surge como um impulso para a economia local e divulgação da região. No sentido de exaltar o património construído local, os projetos propostos refletem um compromisso com a preservação da identidade arquitetónica da aldeia. Deste

GRANJA

COLIVING & COWORKING

Plano de Ação para Granja

O Plano de Ação para a aldeia procura salientar e usar valências da Granja e do seu território a favor do mesmo, numa estratégia geral para SICO e para a RAC. A aldeia de Granja tem atualmente entre 10 a 15 habitantes, ou seja, este pequeno núcleo apresenta muitos dos problemas mais óbvios destes núcleos urbanos em espaço rural.

creditamos ser possível transformar Granja como aldeia do coliving e do coworking, e desse modo, combater o até mesmo reverter este cenário, com o reforço da atratividade da aldeia. Para o que é proposto:

- um Centro de Coworking;
- uma Cooperativa de Habitação e Produção Agrícola;
- um Centro de Cuidados Básicos (proposto pelo plano de ação para Aniques e uma proeminência deste trabalho estratégico na rede).

a aldeia é atualmente uma realidade bipolar com um núcleo mais antigo, originário, que se formou ao longo de um eixo, que liga a entrada, no extremo poente e onde se localiza o Paço dos Sultas, até a um dos seus pontos mais importantes, o cimo do monte onde se localiza a Capela da Nossa Senhora da Orada.

o outro polo é um pequeno aglomerado de construção mais recente (séc. XX ou superior), localizado no lado nordeste da aldeia e ao longo da Rua da Fonte Nova. Como se percebe está parada pelo caráter e tempo de construção, por olivais e terrenos agrícolas (e até mesmo pelo próprio Plano Diretor Municipal de Anísio que denomina este espaço como Área de Habitação Dispersa por oposição ao outro aglomerado inserido como Espaço Urbano de Baixa de Densidade), terçados apenas por um caminho em terra batida e uma estrada asfaltada que serve essencialmente o tráfego que vem do ibical para Santiago da Guarda e para o Outeiro, com os seus moinhos e excelente miradouro para a aldeia de Granja e para o resto do vale.

O Plano de Ação não vê sentido nesta bipolarização e por isso procura capacitar a aldeia de aguentar os impactos dos projetos feitos anteriormente, aliado a uma urbanização para essa nova realidade associada também ao projeto da Cooperativa de Habitação que se servirá igualmente de plataforma de revitalização da aldeia.

Objetivos:

- Requalificar o espaço público; Intervenção na entrada da aldeia e na zona da Capela da Nossa Senhora da Orada;
- Requalificar a pequena rede viária; Repavimentação da aldeia em cubo de calcário - Ver 'Corte B em Painel 4);
- Limitação da velocidade na aldeia; Eixo antigo da aldeia como via de sentido único;
- Acentuar a sua integração no território;
- Reforçar a coesão da aldeia;

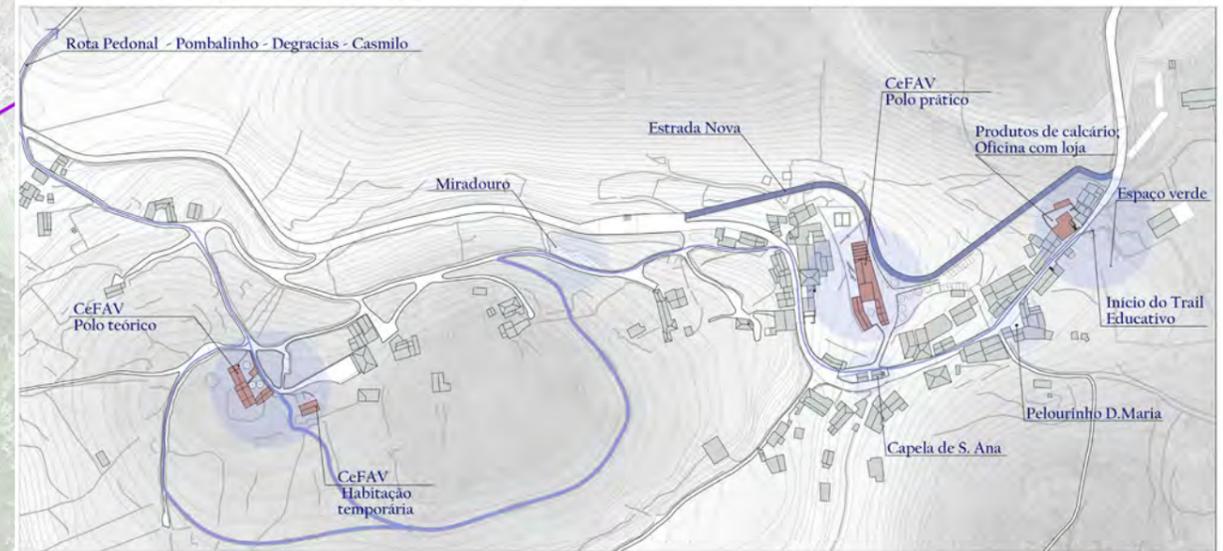


Este espaço é muito importante para a aldeia e o espaço onde se encontra implantada a Capela da Nossa Senhora da Orada, é um espaço onde tem costume acontecer uma romaria em honra de Nossa Senhora da Orada na quinta-feira de Ascensão, dia do feriado municipal de Anísio, também conhecido para Granja como, o Dia da Espiga onde as famílias passeiam e almoçam debaixo dos carvalhos e uma pequena festa, em junho, daquelas tipicamente rurais e populares.

O Plano de Ação reconhece a importância deste espaço para a aldeia e vai requalificar este espaço estendendo o pavimento pelo o muro de pedra seca que circunscrevem um espaço já usado (pela famílias que vão para debaixo dos carvalhos), renovando aquele equipamento de palco, armários e sanitário, e fazendo uma pequena estrutura de madeira multifuncional a noroeste (para servir de bar nas festas por exemplo), e providenciando mobiliário urbano como mesas e bancos.



PLANO DE AÇÃO - POMBALINHO



Como forma de dar resposta ao plano de Ação proposto pelo grupo de trabalho a intervenção na aldeia de Pombalinho, intervenção individual proposta passou pelo redesenho da estrada principal M563, foi criada uma via nova que circunda a aldeia de Pombalinho a norte para criar um fluxo automóvel mais fluido e seguro para os peões, com a proposta de um passeio para ambas as faixas. A proposta de desenho para o caminho pedonal tem em mente apenas a troca da calçada para tornar a rua mais nivelada e sem buracos. Em frente ao polo prático da CeFAV é desenhado o espaço público com a criação de estacionamento automóvel ao longo da rodovia nova como elemento de apoio a CeFAV, junto deste polo ainda é criado um largo que serve como um primeiro local de receção aos alunos e visitantes do Museu de Arquitetura Vernacular e Património Construído.

O projeto trabalha ainda na zona mais a ceste da aldeia na parte mais alta da aldeia com a implementação do polo teórico do CeFAV, que realita duas habitações devolutas e respetivos anexos com o apoio de duas habitações temporárias para formadores. Neste local não existe uma intervenção profunda em termos de desenho de espaço público para não alterar em demasiado a identidade do Pombalinho.

Como forma de apreciar a identidade das aldeias de Calcário, propomos a criação de uma rota educativa. Desta forma tentamos promover a caminhada entre aldeias e atrair mais turistas de uma forma saudável. O início desta rota acontecerá em frente a Casa parvoial nas ruínas históricas do Paço dos Almadas. O seu rumo seguirá a estrada principal da aldeia que depois encontrará um novo rumo junto a bifurcação já existente entre percurso automóvel e o início de caminhos pedonais que já existiam na aldeia antes da estrada municipal rodoviária.

Ao longo destas rotas pedonais, propomos um local de descanso e contemplação da vista que existe na aldeia virada para Norte. Durante o percurso existirão placas com informações históricas sobre a aldeia, sobre a identidade calcária da região e sobre as reabilitações que o grupo propõe para Pombalinho. No início do trilho e pelas ruínas históricas, foi decidido criar um espaço público verde. Do outro lado da rua haverá um edifício com uma oficina e uma loja no primeiro andar. Produzirá produtos de calcário e lembranças com produtos locais característicos destas aldeias de calcário. No segundo andar do edifício, foi decidido criar dois apartamentos. Este local vai destacar o material importante para a área, criar novos empregos e atrair potenciais compradores.



ALDEIAS DE CALCÁRIO | Planta 1:1000 - Perfil 1:1000
ATELIER DE PROJETO I1D - CONSTRUÇÃO DO EDIFICADO I

AUTORIA | MARCELO FRANCISCO DOS REIS GONCALVES
ANNA OMOCHOWSKA
COORDENAÇÃO | JADELINO GONCALVES | JORGE CARVALHO



Figura 43: Plano de Ação para Granja

Figura 44: Plano de Ação para Pombalinho

modo, é proposta a criação de um espaço de apoio ao visitante, dotado de áreas de descanso, cafetaria e zonas polivalentes, que converge para uma experiência turística mais rica.

Estas intervenções não apenas enriquecem a aldeia de Casmilo, mas também servem como modelos paradigmáticos para o desenvolvimento sustentável e integral das restantes localidades rurais em estudo.

Para Granja, o Plano de Ação intitulado Granja Coliving & Coworking, elaborado pelos colegas José Ferreira e Ana Neves, ambiciona tirar partido de mais-valias da aldeia em seu benefício, nomeadamente a sua proximidade a eixos viários principais e complementares, a uma estação da Linha do Norte (Pombal) e a paisagem do vale do Rabaçal, dominada pela presença de Oliveiras. Esta aldeia é uma das que apresenta problemas mais sensíveis do território, já que a sua população é uma das mais reduzidas de todo o conjunto da RAC.

A Granja é um lugar que se divide em duas partes. O primeiro, um núcleo mais antigo onde se localiza um edifício em ruína que se destaca pela sua dimensão e importância histórica, o Paço dos Jesuítas e a Casa Museu dos Fósseis, antiga. Este núcleo estende-se por uma via que dá acesso à Capela de Nossa Senhora da Orada, outro elemento deveras importante por motivos religiosos, mas também pela estatuária e frescos que guarda. O outro núcleo, com construção mais recente, situa-se a nordeste do núcleo mais antigo. Neste contexto, o Plano de Ação tem como propósito reforçar a coesão da aldeia e configurá-la, como indica o nome da estratégia defendida no respetivo Plano de Ação, numa aldeia Coliving e Coworking, com o intuito de reforçar a atratividade da aldeia e reverter os efeitos claros do êxodo. Com este propósito em mente, o Plano prevê a instalação de um Centro de Coworking com a reabilitação do Paço dos Jesuítas, a criação de uma Cooperativa de Habitação e Produção Agrícola e, ainda, um Centro de Cuidados Básicos de Saúde pensado para apoio ao peregrino – dado que a aldeia é atravessada pela Rota Carmelita e pelos Caminhos de Fátima e de Santiago –, mas que pode servir a população em geral.

Em Pombalinho, outra aldeia da RACA para a qual foi preparado um Plano de Ação, desta feita pelos colegas Marcelo Cancela e Anna Dmochowska, é notória a concentração de muros de pedra seca, o que, como já foi referido anteriormente nesta dissertação, representa um bem que a Terras de Sicó e Municípios parceiros pretendem inscrever na Lista de Património Cultural Imaterial da Humanidade. Tendo isto em consideração, o Plano de Ação tem como objetivo primordial a valorização do património construído vernacular de Sicó e, conseqüentemente, as intervenções propostas pretendem ser exemplares do cumprimento deste objetivo.

Deste modo, o Plano propõe a criação de um Centro Formativo em Arquitetura Vernacular (Ce-FAV), projeto proposto pelo colega Marcelo Cancela, que pretende reforçar o papel da aldeia na valorização dos patrimónios de Sicó, também desempenhado pelo Laboratório do Património,



A proposta de intervenção para o espaço público surge da necessidade de proteção do peão e melhoria da imagem da aldeia. Nesse sentido, serão feitas as seguintes intervenções:

1. o eixo principal sofrerá alterações a nível de circulação do trânsito, mantendo apenas o sentido Norte-Sul por forma que a via seja mais larga assim como os passeios, protegendo os ocupantes do espaço público e também os peregrinos que estão a atravessar a Rota Carmelita;
2. Uma vez retirado o sentido Sul-Norte do eixo principal, propomos a criação um novo eixo, que passa a Este do Rabaçal, para substituir sentido em falta.
3. Ainda no eixo principal, serão criados de ambos os lados passeios e do lado direito uma ciclovia, com uma elevação da estrada, e servirão tanto para a circulação segura dos ocupantes diários, como para os peregrinos caminhantes e peregrinos ciclistas que estejam a atravessar a Rota Carmelita;
4. A estrada que leva a Penela, irá ser alargada e também vai conter passeio e ciclovia;
5. Irão ainda ser implantadas passadeiras/lombas de 150m em 150m com o intuito da redução da velocidade dos veículos, evitando situações perigosas para o caminhante e ciclista, e ainda ajudar na redução do ruído no interior do Rabaçal, uma vez que o trânsito terá de circular mais vagarosamente;
6. As vias de circulação secundárias irão ser repavimentadas utilizando a pedra calcária como material, por forma a valorizar este recurso natural do local, contrariamente aos dois principais eixos que serão também requalificados, mas manter-se-à o asfalto.



RABAÇAL RESILIENTE

Espaço Público



ALDEIAS DE CALCÁRIO: Polos de Multifuncionalidade, Agregadores Sociais, Centros de Saber e Experiência
Atelier de Projeto II D. 2022/2023

Autoria: Alexandre Pinto e Diana Cunha
Coordenação: Adelino Gonçalves

1 2 3 4 5 6 7 8 9 0
FACULDADE DE ENGENHARIA E TECNOLOGIA UNIVERSIDADE D
DARO
iPd INICIATIVA PATRIMÓNIO

Corte pelo eixo principal | 1/

Figura 45: Plano de Ação para o Rabaçal

um organismo local com esse mesmo fim e que integra igualmente as propostas do Plano de Ação.¹²

O CeFAV tem um núcleo teórico e um prático que servem o programa de “escola”. De uma forma complementar, o programa do CeFAV integra ainda um espaço museu e um pequeno núcleo de habitação temporária para formadores. Excetuando a área do pólo prático, que integra uma construção nova, o complexo do CeFAV resulta da reabilitação de edifícios devolutos e que constituem bons representantes do património construído vernacular de Sicó.

Neste Plano de Ação, é também sugerida a criação de uma rota dos muros de pedra seca, tendo como ponto de partida a aldeia de Pombalinho, no espaço defronte do Laboratório do Património.

Por último, o Plano de Ação propõe uma intervenção nas vias públicas com o intuito de reforçar a segurança do peão. Para tal, é criada uma via de trânsito que circunda a aldeia num dos sentido de circulação, vinculando a estrada principal M563 que atravessa a aldeia, ao sentido oposto. Deste modo, liberta-se espaço da via para o peão e quando necessário para assegurar bolsas de estacionamento.

Por fim, temos a aldeia do Rabaçal para a qual o Plano de Ação propõe a estratégia Rabaçal Resiliente.

Esta aldeia é conhecida, sobretudo, para dois motivos diversos: a Villa Romana do Rabaçal e o Queijo Rabaçal. Pois bem, a estratégia defendida no plano de ação para a aldeia baseia-se precisamente nestas duas forças do território de Sicó, e as propostas que tiram partido delas pretendem reforçar a atratividade do Rabaçal para a fixação de pessoas e de novas atividades.

Assim, após uma análise minuciosa da aldeia, os colegas Alexandre Pinto e Diana Cunha, propõe um Plano de Ação que visa recuperar a identidade da aldeia e enfrentar as suas fragilidades, tirando partido das suas qualidades, como é o caso do património natural e cultural. Para tal, propõe a requalificação do eixo principal de forma a melhorar a segurança dos peões e sugerem um novo eixo que ajudará na diminuição do tráfego automóvel. É também proposta a criação de um Laboratório de Investigação, um novo Museu da Vila Romana do Rabaçal e um Grupo Agrícola de Sicó que contará, não só com uma queijaria, mas também com um Centro Interpretativo do Queijo Rabaçal. Estas propostas em conjunto dinamizarão a aldeia e responderão à estratégia geral, preservando a sua identidade.

¹² O laboratório do património é uma proposta de Inês Gouveia, do Atelier de Projeto IIC de 2020/ 2021.

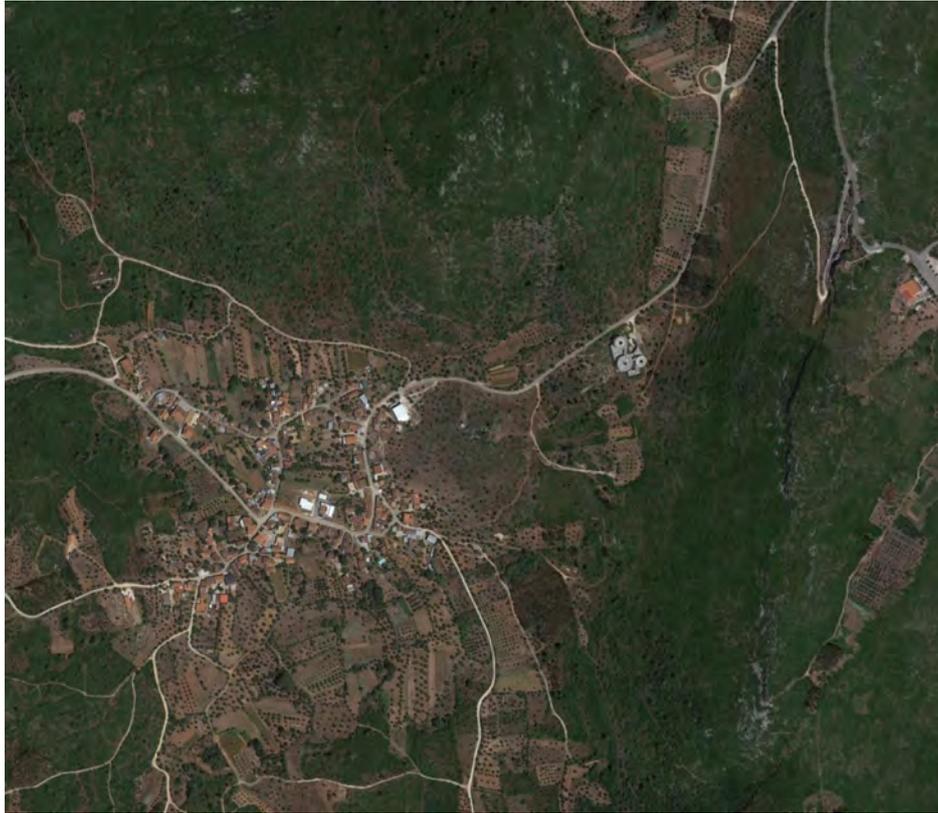


Figura 46: Fotografia satélite dos Poios (2021)



Figura 47: Planta do Sistema Construtivo Dominante da aldeia dos Poios

3 Poios

Quando nos aproximamos Poios, deparamo-nos com uma paisagem verdadeiramente magnífica, que exerce um impacto visual marcante devido à imponência das encostas e à vastidão do território. As vistas são uma autêntica obra-prima da natureza. Este local de destaque convida a apreciar a beleza e a diversidade da natureza em todo o seu esplendor. Apresenta características geomorfológicas distintivas na região e que se caracteriza como um desfiladeiro fluvio-cársicos que quebra a continuidade da Senhora da Estrela. Este desfiladeiro, com as suas formas alongadas, desempenha um papel crucial ao interromper a continuidade topográfica na escarpa da Senhora da Estrela. Além disso, facilita a transição altimétrica entre o Planalto de Degraças-Alvorge e a secção mais baixa do Vale do rio Anços. Esta configuração morfológica revela a influência dinâmica e modeladora da água ao longo de períodos geológicos, resultando numa paisagem que ostenta características únicas e contribui para a complexidade e diversidade do cenário local.

Poios, localizada na área norte do município de Pombal, é a aldeia a aldeia escolhida para intervenção direta defendida nesta dissertação. Caracterizada por uma serenidade rural, a aldeia é um dos poucos casos do maciço que revela um crescimento populacional nos últimos anos, em oposição a grande parte das aldeias referidas no capítulo anterior. Por si só, esta dinâmica demográfica, na qual o grupo etário infantil tem alguma expressão, despoletou a investigação centrada no ensino no espaço rural e foi enriquecida por outras características da aldeia.

A vitalidade social de Poios é notória, nomeadamente, pela existência de uma associação de moradores, a Estrela Poiense, que é um polo de interação da comunidade, sobretudo aos fins de semana e durante as épocas festivas. Por isso, é importante salvaguardar e exaltar os valores intrínsecos à comunidade. A produção tradicional de azeite e vinho, perpetuada por uma comunidade resiliente, realça a importância da valorização das tradições enraizadas. Contudo, apesar da dedicação à preservação do património local, Poios enfrenta desafios relativamente à preservação da arquitetura vernacular.

Muitos dos edifícios devolutos que, na sua maioria, possuem soluções arquitetónicas e construtivas com características tradicionais singulares (figura 47), são representantes dignos da arquitetura vernacular da região e têm, por isso, uma importância enorme. Destes edifícios, muitos são antigas habitações e casas de eira, e o seu estado de conservação permite perceber que a sua reabilitação é viável. Aliás, tendo em conta que Poios é a aldeia com o maior número de casas de eira de toda a RAC, este património merece uma atenção particular.

Entre os elementos notáveis de Sicó já referidos, temos a emblemática Capela da Senhora da Estrela, localizada na Serra de Sicó, um reflexo da devoção e fé que molda a história local. Para além do propósito religioso da Capela, o lugar em que se localiza desempenha também um papel importante na aldeia, constituindo um ponto de referência tanto para visitantes como para residentes. De facto, trata-se de um miradouro desde o qual se pode observar o Baixo-Monde-



Figura 48: Vale dos Poios



Figura 49: Nossa Senhora da Estrela

go, sendo possível ver a Figueira da Foz, Montemor-o-Velho Coimbra e Soure.

Poios é também um local de eleição para a prática de atividades desportivas, destacando-se a escalada no Vale dos Poios. Trata-se de um fenómeno natural do Maciço de Sicó, um canhão fluvio cárstico, que foi esculpido ao longo dos anos sobretudo pela ação da água.

A aldeia dos Poios apresenta uma série de fenómenos naturais que contribuem significativamente para a construção da sua imagem distintiva, sendo crucial a sua valorização e preservação. Estes elementos naturais, não só desempenham um papel intrínseco na estética da aldeia, como também constituem recursos de elevado valor para atividades turísticas e de desporto, como caminhadas ou a escalada. A possibilidade de visitar estes fenómenos proporciona uma experiência enriquecedora e, conseqüentemente, promove oportunidades para um turismo de experiência e, assim, associado a atividades educativas.

Na Senhora da Estrela, que representa o pináculo da aldeia, encontra-se a falha da Senhora da Estrela que é um dos principais acidentes morfológicos da região. Emerge de uma forma abrupta na paisagem e impactante àqueles que se aproximam do Maciço de Sicó. Esta formação rochosa assume a forma de uma muralha, com uma elevação vertical de cerca 200 metros e é marcada pela sua “crista” vertical e, principalmente, pelas buracas que se encontram nela incrustadas.

Adicionalmente, Poios é reconhecida pelos seus trilhos, destacando-se a Rota dos Poios, um percurso com uma história milenar, evidenciada por painéis do Paleolítico superior, que tem início no centro da aldeia e finaliza na capela da Nossa Senhora da Estrela. Estes percursos não só enriquecem a experiência dos visitantes, como também contribuem para a preservação da paisagem natural da região.

Deste modo, Poios revela-se um território rico em história, cultura, arquitetura singular e práticas desportivas. A investigação aprofundada destes aspetos promove um entendimento mais profundo da sua essência, enriquecendo a valorização e preservação deste território.

OBJETIVOS

- DINAMIZAÇÃO ECONÓMICA DA ALDEIA
- REFORÇO DAS RELAÇÕES INTERCOMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS
- REQUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

PROJETOS ESTRUTURANTES

- POLO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIO
- COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

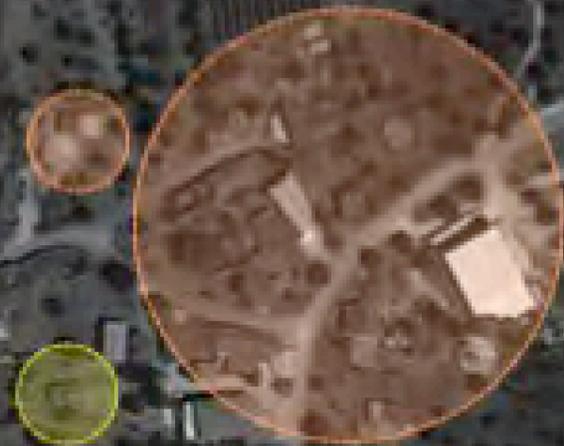


Figura 50: Localização Projetos estruturantes para o Plano de Ação dos Poios

4 Poios no Mundo

Para que se cumpram os objetivos da estratégia Aldeias de Calcário, foi preparado um Plano de Ação para a aldeia dos Poios, a par com a colega Andreia Guimarães, baseado na visão Poios no Mundo.

O título escolhido para este Plano de Ação, Poios no Mundo, remete para a vontade que a Comunidade de Aprendizagem e, de forma proeminente, o Turismo de Base Comunitária, proposto por Andreia Guimarães, têm de conectar a aldeia ao mundo exterior. Por um lado, a Comunidade de Aprendizagem, fortalece os laços educativos e sociais locais, criando assim, uma base sólida para a interação global. Por outro, o Turismo de Base Comunitária respeita a identidade da aldeia e apresenta-a ao mundo como um destino único. Deste modo, Poios no Mundo não é apenas o nome do Plano de Ação, é uma visão e uma promessa de ligação da aldeia com o mundo, destacando-a e integrando-a numa comunidade mais ampla.

Esta visão baseia-se numa estratégia multifacetada com o propósito de reforçar a revitalização da aldeia como um todo. Com uma abordagem centrada na dinamização sociocultural da aldeia, o Plano procura o reforço das relações, tanto intercomunitárias como intracomunitárias, e a requalificação do ambiente construído.

A abordagem relativa à dinamização sociocultural reflete uma vontade de revigorar o ambiente local, apostando nos domínios cultural e social que constroem a identidade de Poios, por meio da promoção de eventos, workshops, colaborações institucionais e empreendimentos educativos, contribuindo para a vida em comunidade. Simultaneamente, a procura pelo reforço das relações inter e intracomunitárias, representa um papel fundamental na criação de laços colaborativos, através de espaços e oportunidades propícias à cooperação entre a aldeia em estudo e as restantes do território.

Neste contexto, o Plano propõe, para o espaço público, intervenções que pretendem a criação de espaços de encontro e reforçar a segurança do peão., através da repavimentação da via pública, trocando o alcatrão por cubo de calcário de 10x10cm e alargando os passeios, repavimentando-os com microcubo de calcário de 5x5cm, e reestruturando a direção de trânsito, priorizando o uso do peão em detrimento do automóvel, como pode ser observado na imagem x.

Relativamente à requalificação do ambiente construído, o plano concretiza esforços na melhoria das infraestruturas e no crescimento da imagem da aldeia. Esta vertente engloba intervenções que visam o aprimoramento da arquitetura vernacular que é de grande importância preservar, ou seja, propõe a reabilitação de algumas Casas de Eira escolhidas pela colega Andreia Guimarães, como podemos ver na imagem x, bem como a reabilitação do edifício da Associação Estrela Poiense, e ainda a reabilitação de uma habitação e de uma casa de eira para uso da proposta Comunidade de Aprendizagem dos Poios. Esta otimização do ambiente construído,

Uso Indiferenciado

Agroflorestal

Sentido Automóvel Único

Duplo sentido automóvel

Sentido automóvel único



não só contribui para o aumento da qualidade de vida dos residentes, como também atrai visitantes.

Neste contexto, o Plano de Ação propõe, ainda, 2 grandes grupos de intervenções: no espaço Público e de instalação de 2 polos de atividades, um dirigido ao turismo base comunitária e o outro dirigido ao ensino, como referido anteriormente.

Pois bem, relativamente ao espaço público importa dizer que as principais preocupações residirão na criação de espaços de encontro e no reforço da segurança do peão. Deste modo, em ambas as entradas da aldeia é a proposta uma requalificação integrada, que conjuga o edificado dos 2 pólos de atividades referidos. Com isto, o Plano pretende igualmente afirmar as entradas na aldeia. De que modo? Com a proposta da Comunidade de Aprendizagem dos Poios, na entrada Poente e o Polo de Turismo de Base Comunitária na entrada Nascente. Estes dois projetos, para além de contribuírem ativamente para os objetivos da proposta geral, ainda revitalizam as entradas dos Poios.

É fundamental compreender que, para que o objetivo da estratégia seja alcançado, é imperativo diversificar os recursos além da agricultura e do património histórico das zonas rurais.

Deste modo, após a concretização do Plano de Ação, Poios experimentará modificações no tráfego viário, as estradas ganharão uma identidade mais acolhedora, enquanto o espaço público será revitalizado, acentuando a valorização da paisagem. A estratégia não contribui apenas para o desenvolvimento económico local e para a criação de empregos, mas também dinamiza a aldeia, tornando-a mais atrativa para o estabelecimento de residentes.

Em conjunto com os restantes Planos de Ação anteriormente descritos, para as demais aldeias da RAC, a estratégia Poios no Mundo pretende posicionar Sicó como um modelo exemplar na resolução dos problemas atualmente enfrentados pelo território rural.

Em suma, a convergência destes objetivos interligados, pretende conferir aos Poios uma transformação significativa, proporcionando a emergência de uma aldeia revitalizada, coesa e profundamente atrativa. Assim, Poios no Mundo pretende garantir um futuro para a aldeia na qual a sua identidade particular prospere.



Figura 52: Edifício em ruína



Figura 53: Edifício em ruína



Figura 53: Edifício da antiga escola primária dos Poios



Figura 54: Edifício da antiga escola primária dos Poios



Figura 55: Casa da Eira a intervir



Figura 56: Casa da Eira a intervir na entrada Nascente

5 Comunidade de Aprendizagem de Poios

Propósito e Implantação

Como já foi referido, o ensino sofreu com a desvitalização do mundo rural. Nos últimos anos a imagem da escola rural sofreu um impacto, sendo agora associada a uma ideia de atraso, em contraste com a escola urbana, que parece ser mais atual. A presente dissertação pretende questionar esta visão, já que os seus preconceitos afetam o rural no seu todo. Assim, procura mostrar como o espaço rural pode influenciar, positivamente, a educação e como esta pode beneficiar o espaço rural. Defende-se, então, que uma aposta no ensino no espaço rural pode contribuir para a construção de uma nova imagem dos territórios de baixa densidade, e reforçar a sua atratividade para a fixação de pessoas.

Assim, propõe-se a criação de uma Comunidade de Aprendizagem de Poios (CAP), um polo de ensino alternativo que considera a aldeia no seu todo como espaço de aprendizagem e pretende ser um veículo de mudança e renovação, consolidando-se numa visão ambiciosa que excede as fronteiras da educação convencional, já que se propõe a seguir métodos de ensino alternativos. Esta abordagem sustenta-se num conjunto de objetivos proeminentes e voltados para os aspetos sociais, educacionais e territoriais da aldeia.

O primeiro propósito da CAP é a sua aspiração em se tornar um símbolo de prosperidade dos Poios, através da criação de um ambiente educacional que visa valorizar e preservar as tradições locais, a riqueza natural e cultural e ambiciona fomentar um sentimento de pertença que se reflita em todo o território.

A par, pensa-se que a sinergias entre a CAP e a Comunidade de Aprendizagem de Casmilo, proposta na já defendida dissertação de mestrado da colega Inês Bailão, confira a Sicó o estatuto de um modelo exemplar no domínio do ensino alternativo e, quiçá, inspirar a reativação da Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras. Assim, a proposta pretende cimentar Sicó como um epicentro de inovação educativa, onde os valores da comunidade local se encontram em simbiose com os da comunidade educativa.

No cerne desta abordagem, está a valorização do território, dos seus saberes e valores, em cumprimento do Plano de Ação. A CAP pretende incorporar as características distintivas do meio rural, de forma a reinventar a prática escolar, promovendo a ligação entre o saber académico e as tradições locais, já que um dos pilares desta visão abarca a proteção e a exaltação da paisagem e dos valores arquitetónicos (e não só) de Sicó. Assim, a proposta visa estabelecer uma relação harmoniosa entre a aprendizagem e o ambiente envolvente. A CAP encontra, assim, uma forma de expressão na colaboração entre a comunidade local e a escolar. Através da criação de atividades, workshops e projetos conjuntos, pretende-se potenciar um sentido de comunidade fortalecido e coeso, que promove a partilha de experiências e saberes entre diferentes gerações.



Figura 57: Entrada Poente de Poios

Além dos objetivos previamente delineados, a CAP pretende também diluir os limites do edifício escolar convencional, aspirando que toda a aldeia seja vista como um espaço de aprendizagem. Esta visão pressupõe uma transformação do conceito de educação, onde cada recanto da aldeia, desde os campos até às ruas, é encarado como uma oportunidade de aprendizagem e descoberta. O ambiente rural, com as suas particularidades, é encarado como um recurso pedagógico singular, capaz de enriquecer a experiência de aprendizagem dos alunos. Assim, defende-se que a ruralidade, as práticas agrícolas tradicionais, os saberes locais e os laços comunitários, podem ser incorporados nas dinâmicas de ensino-aprendizagem, permitindo que os alunos desenvolvam uma compreensão mais holística do mundo que os rodeia.

Desta forma, a CAP posiciona-se como uma base de fixação de pessoas, tendo como desígnio criar emprego e inverter as tendências de desertificação da área rural em estudo. Por via da inovação educativa, pretende atrair visitantes e fixar pessoas, transformando-a numa força que reforçará a atratividade da aldeia.

Neste âmbito, a CAP nasce como um projeto de envergadura, cujo conjunto de objetivos reflete a sua ânsia de modelar o futuro educacional na aldeia e no território de Sicó. Ao preservar e projetar tradição e inovação, pretende criar um legado sustentável, moldado por uma identidade resiliente e uma visão compartilhada de prosperidade. Assim, a CAP consagra-se como uma promessa de futuro, onde a interdependência entre a educação e a comunidade converge para a prosperidade de ambos.

Para dar resposta ao programa funcional da CAP, são propostos dois edifícios novos e a reabilitação de outros três que se encontram devolutos e foram escolhidos com critério. Destes, três são exemplos de arquitetura vernacular de Sicó, um património de relevância inquestionável que o Plano de Ação para Poios pretende valorizar.

O núcleo central deste complexo educacional localiza-se na entrada poente dos Poios (figura 57) e integra um edifício novo, o edifício de uma antiga habitação e uma casa de eira (a azul), dois daqueles exemplos de arquitetura vernacular que são reabilitados, e ainda o edifício da antiga escola primária da aldeia (a vermelho).

Este encontra-se atualmente ao abandono e assume um papel simbólico neste projeto. De facto, a sua reabilitação reveste-se por uma conotação poética, simbolizando um regresso do ensino local e da escola ao meio rural. Além disso, este edifício não só colabora para homenagear a memória coletiva, como também, pelo seu programa servirá, para integrar a comunidade local na CAP e trabalhar para a dinamização do território.

Na entrada oposta da aldeia, uma outra casa de eira, esta uma construção nova próxima ao edifício da Associação da Estrela Poiense, serve igualmente o programa do Polo de Turismo de Base Comunitária, conseqüentemente, responde às necessidades de ambos os programas, surgindo como um testemunho de cooperação comunitária e da capacidade de criar espaços multifacetados.

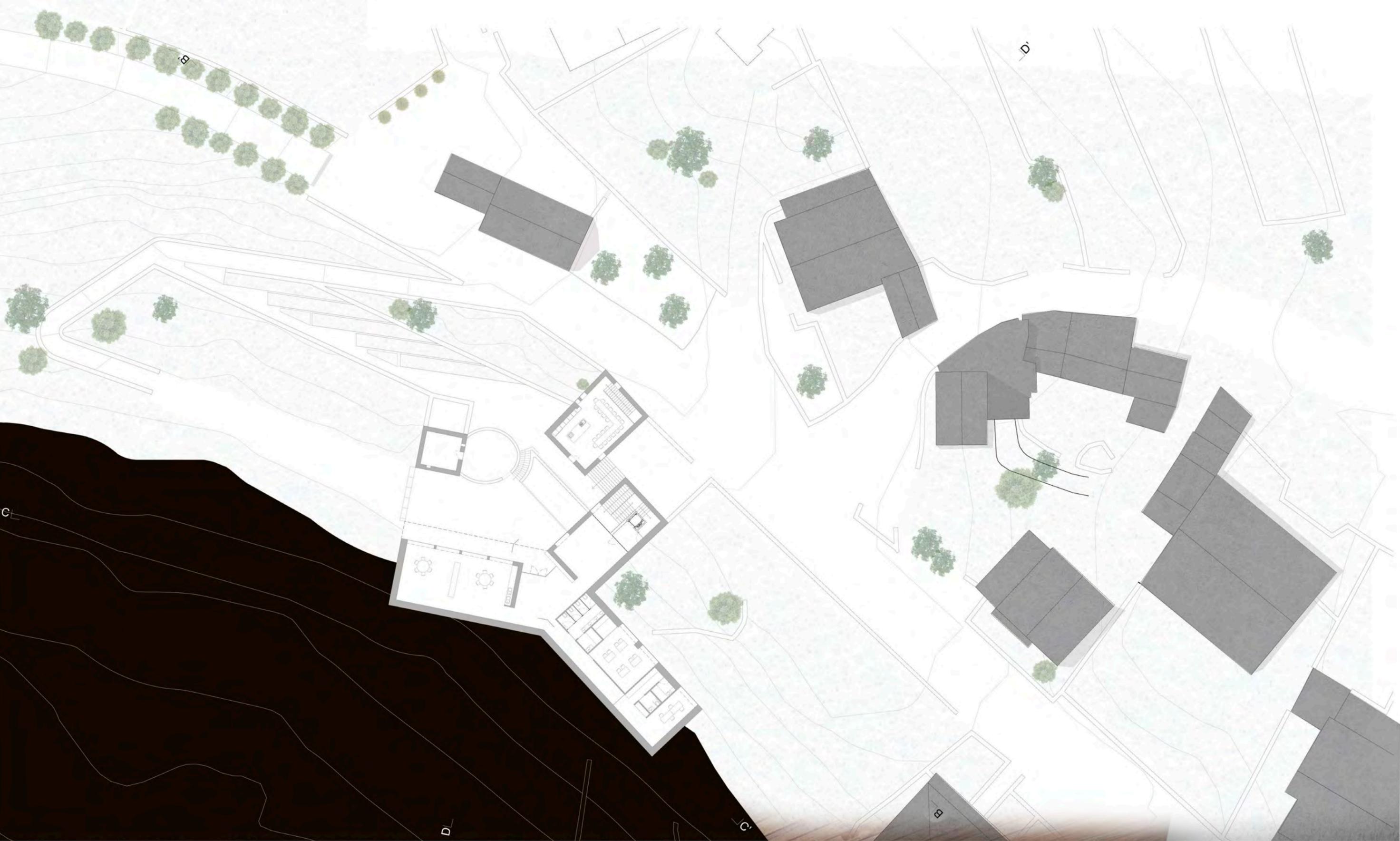


Figura 59: Planta de 1º Piso da CAP



Figura 58: Planta de implantação da CAP



Figura 60: Edifício principal do complexo da CAP

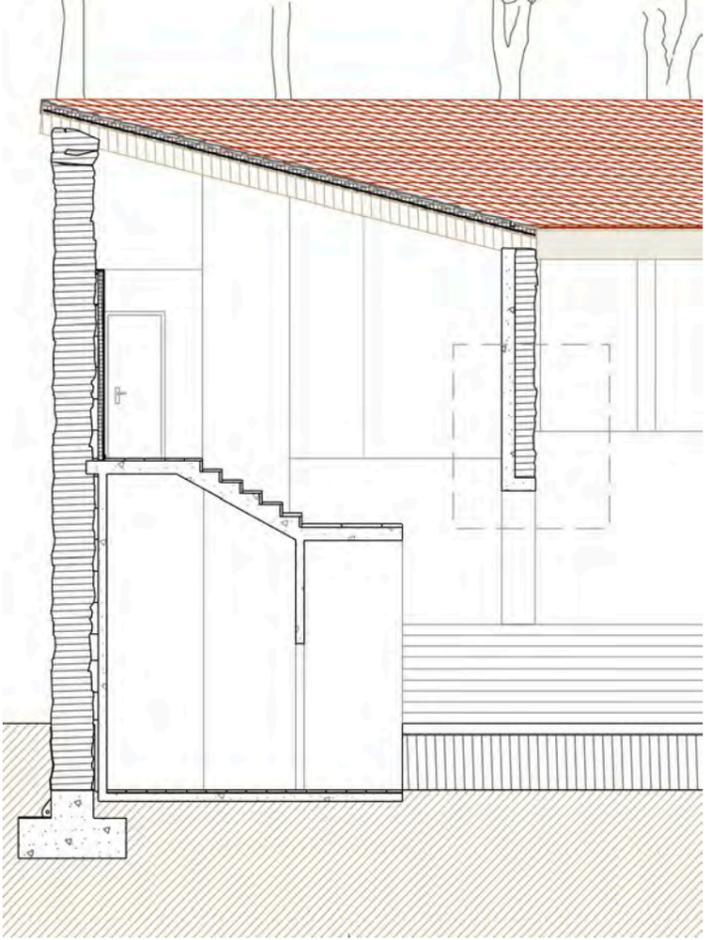


Figura 61: Corte tipo do edifício principal do complexo da CAP

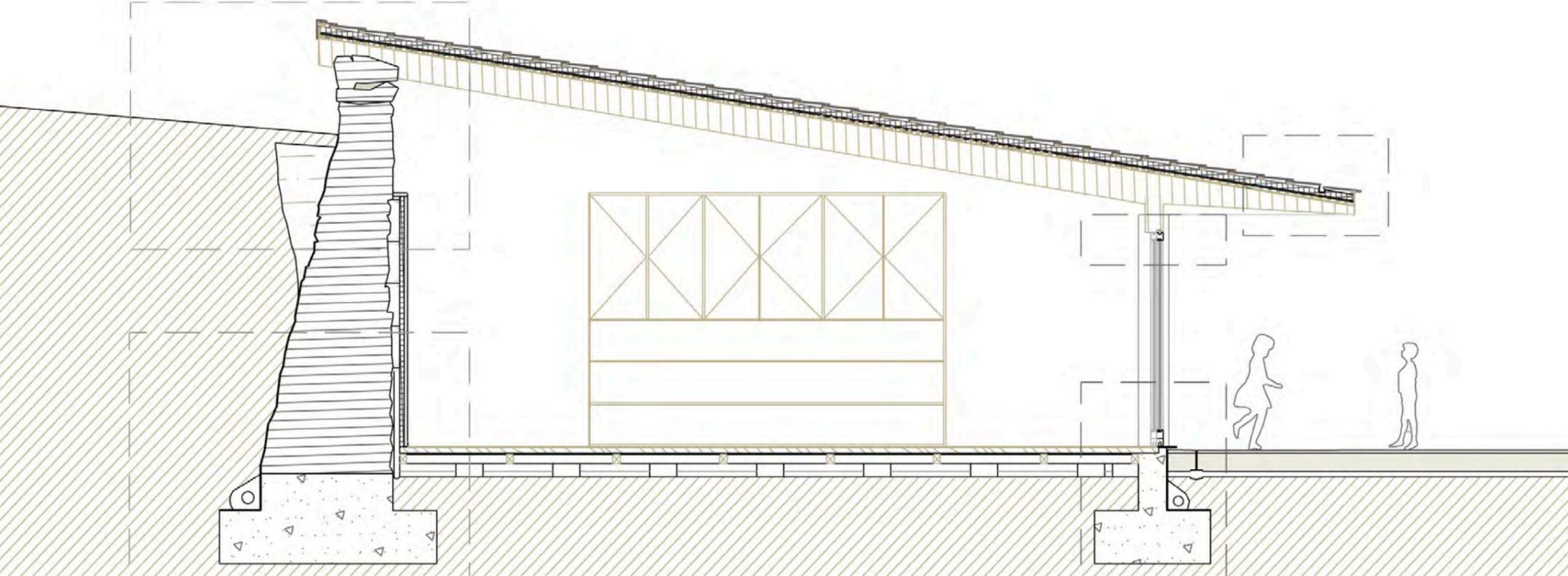
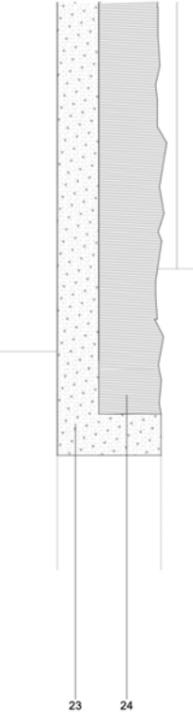


Figura 62: Corte tipo do edifício principal do complexo da CAP



- 23- Betão
- 24- Pedra calcária

Figura 63: Pormenor construtivo alçado

Programa funcional e escolhas construtivas

O núcleo principal da CAP, é constituído por 3 edifícios, um novo e dois reabilitados. O edifício novo é destinado a albergar os espaços dedicados à aprendizagem no seu sentido mais convencional, e foi projetado cuidadosamente para se integrar numa topografia com um declive pronunciado. A solução adotada permite que, apesar das suas dimensões, o edifício se integre. O seu programa funcional organiza-se em dois pisos, sendo o piso térreo destinado principalmente à função de entrada, ligada a um pátio com acesso desde a Rua Nossa Sr.^a da Estrela. Esta entrada permite o acesso ao primeiro piso, que desempenha o papel central na Comunidade de Aprendizagem.

Neste piso, o programa organiza-se em três corpos distintos. O corpo situado a Poente (figura 60 a laranja) abriga espaços de ensino maiores e apresenta-se como um open space, onde o mobiliário desenha os próprios espaços, permitindo aos educadores e às crianças que os adaptem às atividades. O corpo central (assinalado a amarelo) comporta um espaço multiusos que segue a mesma tipologia organizacional do corpo anteriormente falado, apesar de apresentar uma dimensão menor. É também este o espaço com ligação direta à caixa de escadas. O terceiro (vermelho) engloba uma área administrativa, uma sala de aula com características mais convencionais e instalações sanitárias.

Os dois primeiros corpos são envidraçados na fachada norte e abraçam o exterior, o pátio central onde se localiza a Casa da Eira, reabilitada para criar um espaço de ensino. A entrada principal do edifício está situada neste pátio central e é, ela também, envidraçada.

O interior do edifício é revestido a gesso cartonado e o pavimento é madeira maciça para que o conforto das crianças seja assegurado.

Como referido antes, este edifício localiza-se numa topografia com um declive pronunciado. Deste modo, o conceito em que é baseada a sua organização é de um “edifício-muro”, isto é, apoia-se num muro de suporte, em pedra calcária local. A estrutura da cobertura é de madeira, assim como os caixilhos. No interior, tanto a madeira como parte da alvenaria do muro em pedra calcária são visíveis. (Fig.z 59)

No corpo central, é adotada uma estrutura de betão revestida com alvenaria em pedra calcária e, com o intuito de assumir esta diferença, o betão é aparente no vão de entrada e no espaço das escadas e do ascensor, acessível desde um pequeno pátio confinante com a Rua da Nossa Senhora da Estrela, este pavimentado a microcubo, acompanhando os passeios da rua. (Fig. 61 e 62)

Por sua vez, o pátio principal, localizado na cota superior, e pavimentado a saibra, oferece duas

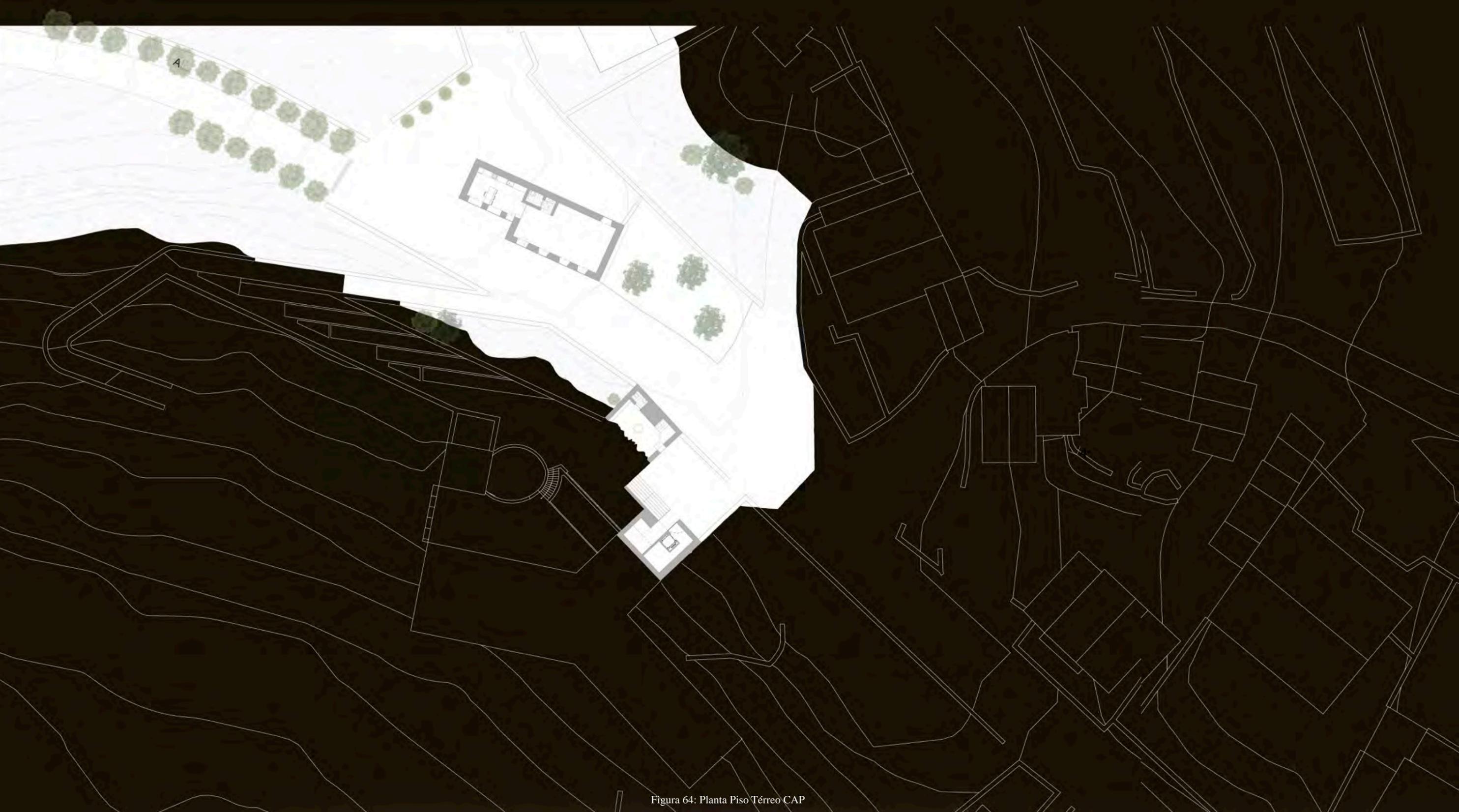


Figura 64: Planta Piso Térreo CAP



Figura 65: Alçado da antiga escola primária

opções de acesso: uma desde Rua da Nossa Senhora da Estrela, através de um percurso pedonal; e outra desde um patamar intermédio de umas escadas exteriores lançadas desde outro pátio referido antes e que leva também às hortas pedagógicas e à antiga habitação, agora reabilitada para servir como refeitório da CAP e que é um espaço que incentiva as crianças a participar nas atividades de culinária.

Na reabilitação proposta, as paredes existentes da antiga habitação são mantidas, embora sejam feitas algumas intervenções que visam assegurar o melhor desempenho térmico do edifício, bem como o dimensionamento adequado dos espaços do refeitório. Para isso, recorre-se a soluções construtivas que respeitam a arquitetura tradicional, enquanto respondem às exigências atuais de isolamento térmico e acústico. No caso da cobertura, ela é inteiramente renovada, com uma estrutura em madeira e revestida com telha cerâmica.

Uma característica fundamental desta comunidade de aprendizagem, em linha com os princípios orientadores do funcionamento das atividades letivas no ensino alternativo, é a possibilidade de todos os espaços serem propícios à aprendizagem, permitindo que as atividades se realizem em qualquer área do complexo, tanto no interior como no exterior.

Essa abordagem simbiótica reflete a relação de interdependência positiva entre a comunidade escolar e a comunidade local, onde ambas se influenciam mutuamente. Pois bem, o edifício da antiga escola, situado em frente ao complexo principal da CPA (Fig. 64), é igualmente intervencionado e propõe-se que seja um espaço para uso da aldeia. Assim, o projeto propõe a criação de um espaço multifuncional que, além de proporcionar o dinamismo da comunidade local, assume um papel crucial como ponto de encontro entre a escola e a aldeia. Este espaço, pretende-se que desempenhe um papel central para a realização de workshops e outro tipo de atividades coletivas, que possam integrar as crianças da CAP.

O projeto deste espaço incorpora uma cozinha comunitária e uma área ampla, multifuncional, capaz de responder ao programa referido. Deste modo, este edifício atua como um facilitador de encontros e interação entre a escola e a aldeia, contribuindo, assim, para o reforço dos laços comunitários.

Em relação aos aspetos construtivos, o projeto de reabilitação do edifício da antiga escola mantém as paredes estruturais. As principais alterações ocorrem no interior, com a criação de um espaço amplo, em detrimento da compartimentação que ainda possui.

No que diz respeito à escolha de materiais, esta foi feita considerando as diferentes atividades que terão lugar no edifício e procurando proporcionar um ambiente versátil e funcional, enquanto prioriza o conforto. A harmonia entre a seleção de materiais e a finalidade do espaço é um elemento essencial para garantir a eficácia do projeto.

Deste modo, a escolha de rebocar o edifício e pintar na cor bege, em vez de manter a sua cor original, reflete uma decisão estratégica de criar um diálogo mais coeso entre todos os ed-



Figura 66: Planta da reabilitação da antiga escola primária



DEMOLIDO
CONSTRUIDO

Figura 68: Vermelhos e Amarelos

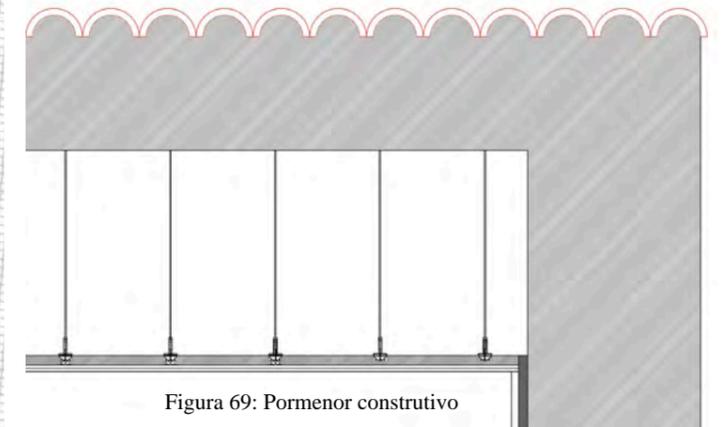


Figura 69: Pormenor construtivo

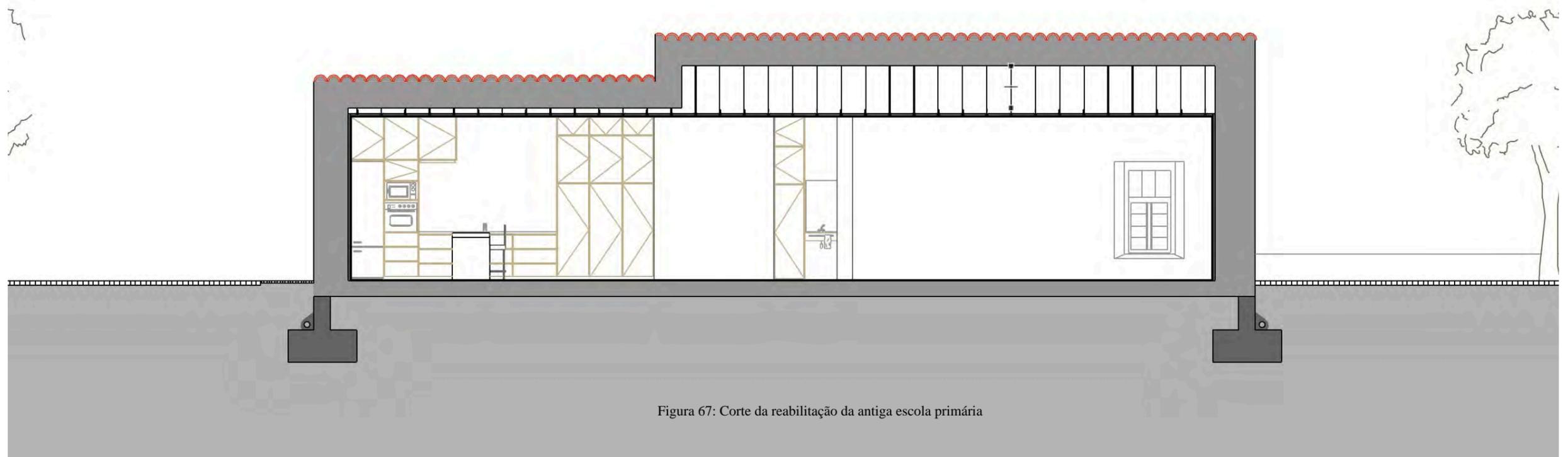


Figura 67: Corte da reabilitação da antiga escola primária

edifícios do complexo, mostrando uma consideração pela estética e a harmonia. Ao optar por uma tonalidade unificada, tanto na antiga escola como na reabilitação da antiga habitação que se encontra em frente, também agora rebocada e pintada a bege, promove-se uma coesão entre diversas estruturas. No interior, o edifício foi pensado de forma a proporcionar conforto e eficiência. Deste modo, as paredes são revestidas com placas de gesso cartonado, e é aplicado um novo isolamento para que se garanta uma boa térmica no edifício. O ambiente é luminoso graças, não só aos grandes vãos que são mantidos, mas também à escolha de pintar as paredes de branco, intensificando a ideia de espaço amplo e com luz. Esta preocupação com o detalhe estende-se também para os pavimentos, onde a escolha do material baseou-se no conforto que se pretende no edifício. Assim, na cozinha e nas casas de banho optou-se por um cerâmico, em contraste com o espaço de atividades onde se exige um maior conforto e, é por isso, revestido a pavimento em madeira. Por fim, a caixilharia mantém o seu desenho original, mas é agora em madeira para que converse com os restantes edifícios do complexo.

Em suma, ao proporcionar espaços versáteis e acolhedor, onde a educação, todo o tipo de atividades e interações possam ocorrer, o complexo da CAP assume-se como um recurso valioso para a aldeia dos Poios e um contributo para a sua vitalidade.

Por fim, na entrada nascente dos Poios, propõe-se a construção de uma casa de eira, junto da Estrela Poiense. Embora o edifício seja parte integrante de um pólo de turismo de base comunitária gerido pela Estrela Poiense, é igualmente parte do programa da CAP. Desse modo é um espaço de interação entre o visitante, a comunidade local e as crianças. Para essa interação ter lugar, o projeto do edifício contempla cafetaria, estantes com livros e sala.

O edifício foi concebido para servir um programa que visa atender às necessidades da comunidade local, ou seja, um espaço que compreende uma área multifuncional destinada a encontros sociais, equipada com uma cafetaria para momentos de convívio, e um local dedicado ao acesso a livros e conhecimento.

Nas opções construtivas, foi primordial conservar as características distintivas da arquitetura vernácula local, neste seguimento, as particularidades tradicionais foram preservadas, conferindo uma identidade própria à estrutura. No entanto, realizaram-se melhorias internas para otimizar o conforto térmico e acústico, garantindo um ambiente mais propício e adaptado às necessidades atuais. Já no exterior, merece destaque a parede voltada para a Estrela Poiense. Esta superfície foi rebocada num tom terracota, conferindo-lhe um apelo estético e convidativo. A abordagem do revestimento foi cuidadosamente pensada de forma a desenhar o espaço exterior compreendido entre os dois edifícios, atribuindo-lhe um ambiente atrativo, e convidativo.

Considerações finais

A análise dos binómios rural / urbano e litoral / interior foi fundamental para a trajetória desta dissertação, que tem como base um enquadramento articulado para o desenvolvimento do maciço de Sicó, respondendo ao desafio lançado pela iniciativa De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?

Este enquadramento assenta no reconhecimento do património e dos recursos de Sicó, abrangendo a sua população, como as suas principais forças e resultou de uma análise desse território, desvendando as suas vulnerabilidades e as forças. Com essa análise, que incluiu o contacto direto com as pessoas da região e com os principais agentes para o seu desenvolvimento, as Câmaras Municipais, tornou-se evidente que o desenvolvimento desta região passa pelo reforço da sua integração territorial, e que gira em torno da satisfação das necessidades da comunidade e do fomento de conexões inter e intracomunitárias. Assim, a estratégia proposta, Aldeias de Calcário: Polos de Multifuncionalidade, Agregadores Sociais, Centros de Saber e Experiência, visa reforçar a atratividade do território para a fixação de novas atividades e de pessoas, e assenta na conceção de Sicó como uma “cidade-região”.

Os Planos de Ação que procuram passar esta estratégia para o terreno trabalham de forma interligada, procurando ampliar a fusão do património e da comunidade, e promovendo a coesão social e territorial. Tornou-se também evidente que, para as estratégias de cada um dos 7 Planos de Ação obterem os resultados pretendidos, era necessário entender e realçar os aspetos distintivos que diferenciam os territórios rurais dos domínios urbanos. Assim, entende-se que é a questão da qualidade que deve emergir, como o aspeto fulcral que deve abraçar todas as intervenções nestes territórios, ao invés da quantidade.

A presente dissertação acredita no potencial do ensino alternativo e das comunidades de aprendizagem para a dinamização do meio rural. Num esforço para abordar os desafios persistentes que têm afetado estas regiões, a dissertação propõe uma abordagem educativa- a Comunidade de Aprendizagem dos Poios (CAP) - como um meio para revitalizar e dinamizar, tanto o ambiente educacional como o social.

O foco central desta investigação é o ensino e o papel que pode representar no desenvolvimento do espaço rural, portanto, as crianças são o público-alvo da intervenção proposta. Contudo, a proposta transcende os limites geracionais, impactando de forma abrangente toda a comunidade local através da arquitetura da CAP.

Alcançando-se os objetivos da CAP, antecipa-se uma melhoria significativa na atratividade da

aldeia dos Poios no seu todo. O impacto positivo da proposta deverá refletir-se na melhoria da autoestima da comunidade local, uma vez que a implementação de um programa educativo inovador pode promover uma maior sensação de valor e relevância.

A abordagem defendida para a instalação da CAP também contribuirá para a preservação e valorização do património natural e edificado da aldeia, promovendo um equilíbrio harmonioso entre a herança cultural e as aspirações futuras. Assim, a CAP também poderá desempenhar um papel fundamental na contínua transmissão dos saberes tradicionais da região ao longo das várias gerações.

Assim, esta dissertação realça a proposta da CAP como uma abordagem inovadora e promissora para o desenvolvimento rural, destacando o ensino alternativo como uma ferramenta impulsionadora. Por meio desta abordagem, a aldeia não enfrenta apenas as suas fragilidades e ameaças, mas também emerge como um local onde o ensino, o conhecimento, a cultura e a identidade prosperam em harmonia, beneficiando tanto as gerações presentes como as futuras.

O projeto abraça construção nova e a reabilitação de vários edifícios, alguns com soluções arquitetónicas e construtivas que representam o património construído vernacular de Sicó. Assim, pretende ser um exemplo de boas práticas de arquitetura, criando uma simbiose entre o passado e o presente, e realçando como a arquitetura pode influenciar positivamente as comunidades, através de uma abordagem virada para o desenvolvimento.

Em suma, a presente dissertação apresenta-se como um exercício de arquitetura relevante, que procura enfrentar o(s) problema(s) do território, através de uma abordagem inovadora. Deste modo, a proposta, não só aborda questões urgentes, como também ultrapassa os limites convencionais, procurando um caminho para a resolução destes desafios, por intermédio da educação.

Bibliografia

- Alves, M. G. & Varela, T. (2012). Construir a relação escola-comunidade educativa: uma abordagem exploratória no concelho de Almada. *Revista Portuguesa de Educação*, 25 (2), 31-61. <https://doi.org/10.21814/rpe.3001>
- Amiguinho, A. (2005). Educação em meio rural e desenvolvimento local. *Revista Portuguesa Da Educação*, 18 (2), 7-41. <http://www.scielo.mec.pt/pdf/rpe/v18n2/v18n2a02.pdf>
- Amiguinho, A. (2008). Escola em meio rural: uma escola portadora de futuro? *Revista Educação*, 33 (1), 11-32. <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/16/28>
- Cunha, L. (2003). Maciço de Sicó. Valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local.
- Canário, R. (2003). Escola rural: pensar o educativo, o social e o político. *Aprender*, 28, 96-102
- Canário, R. (2008). Escola rural: de objeto social a objeto de estudo. *Revista Educação*, 33 (1), 33-44. <https://doi.org/10.5902/19846444>
- Canário, R. (2000). A escola no mundo rural. Contributos para a construção de um objeto de estudo. *Revista Educação, Sociedade e Culturas*, (14), 121-139. <https://www.fpce.up.pt/ciie//revis-taesc/ESC14/14-7-canario.pdf>
- Pereira dos Santos Ferreira da Costa, P. (2017/2018) A autoconstrução em meio rural nos anos 70 e 80. Projeto de reabilitação da Casa do Rebordinho. 27-59
- Dinis, Raquel; Cunha, Teixeira, Ricardo Cunha; Pacheco, Sónia. (2019). Os Princípios Orientadores do Método de Singapura e a Aprendizagem da Matemática no 1º Ciclo do Ensino Básico. *Jornal das Primeiras Matemáticas*, (13), 5-36
- Ferrão, J. (2000). Relações entre mundo rural e mundo urbano. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 45-54. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612000007800006>
- Lupion, Bruno. (2021). Como funciona o Sistema Educacional na Alemanha. DW. <https://www.dw.com/pt-br/como-funciona-o-sistema-educacional-na-alemanha/a-59002478>
- Mazza, G. (2020). Ambiente, Identidade e Despovoamento na Serra de Sicó. In R. Jacinto (Ed.), *Iberografias 38 - As Novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa: Cooperação e Desenvolvimento*. (pp. 199- 215). Centro de Estudos Ibéricos. <https://pt.scribd.com/document/467528259/Iberografias-38>

Ramos, Natália. (2005). Relações e Solidariedade Intergeracionais na Família: Dos Avós aos Netos. Revista Portuguesa da Pedagogia, 39(1), 195-216

Robinson, Sir Ken. (2013). How to escape education's death valley. [Vídeo]. TED.
<https://www.youtube.com/watch?v=wX78iKhInsc>

Robinson, Sir Ken. (2007). Do Schools kill Creativity? [Vídeo]. TED.
<https://www.youtube.com/watch?v=iG9CE55wbtY&t=9s>

Santos, Regina Ângela Esteves da Justa. Trajetórias Profissionais de Formadoras de Professores: O contributo do modelo de formação de Lauro de Oliveira Lima (Dissertação de mestrado). Universidade de Lisboa, Lisboa.

Vargas, Sonia Maria (2003). Processos de formação e aprendizagem no meio rural: o continuum família-escola. 95-96

Índice de Figuras

Figura 1: Fotografia da autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 2: Autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 3: Fotografia da autoria da autora da dissertação numa aula de atelier de projeto IID 2021

Figura 4: Fotografia da autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 5: Retirado de <https://www.publico.pt/2023/02/19/economia/noticia/habitacao-inacessivel-retrato-territorio-portugues-2038873>

Figura 6: Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=cnxQkWA09LE>

Figura 7: Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=cnxQkWA09LE>

Figura 8: Retirado de <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/06/ensino-primario.html> Figura 9:

Retirada de <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2012/06/ensino-primario.html>

Figura 10: Retirada de <https://etcetaljornal.pt/j/2021/10/educacao/>

Figura 11: Retirada de https://www.facebook.com/montessoriporto/photos?locale=pt_PT

Figura 12: Retirada de https://www.facebook.com/montessoriporto/photos?locale=pt_PT

Figura 13: Retirada de https://www.facebook.com/montessoriporto/photos?locale=pt_PT

Figura 14: Retirada de <https://www.archdaily.com/922324/montessori-school-estudio-transversal>

Figura 15: Retirada de <https://www.archdaily.com/922324/montessori-school-estudio-transversal>

Figura 16: Retirada de <https://www.facebook.com/escolabasicadaponte/photos>

Figura 17: Retirada de <https://www.facebook.com/escolabasicadaponte/photos>

Figura 18: Retirada de <https://www.archdaily.com.br/br/972491/escola-primaria-alto-anapati-semillas>

Figura 19: Retirada de <https://www.archdaily.com.br/br/972491/escola-primaria-alto-anapati-semillas>

Figura 20: Retirada de <https://www.archdaily.com.br/br/972491/escola-primaria-alto-anapati-semillas>

Figura 21: Retirada de <https://www.archdaily.com.br/br/974979/escola-primaria-jadgal-daaz-office>

Figura 22: Retirada de <https://www.archdaily.com.br/br/974979/escola-primaria-jadgal-daaz-office>

Figura 23: Retirada de <https://www.archdaily.com.br/br/974979/escola-primaria-jadgal-daaz-office>

Figura 23: Retirada de <https://casadeaprendizagens.com.br/experiencias-investigativas/o-estudo-do-meio-na-zona-rural>

Figura 25: Fotografia da autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 26: Autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 27: Autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023 dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 28: Fotografia da autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 29: Fotografia da autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 30: Autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 31: Autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 32: Retirada de INE - Recenseamentos gerais da população e Estimativas anuais da população residente

Figura 33: Autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 34: Retirada de https://www.facebook.com/profile.php?id=100064897275112&sk=photos&locale=en_GB

Figura 35: Retirada de https://www.facebook.com/profile.php?id=100064897275112&sk=photos&locale=en_GB

Figura 36: Retirada de https://www.facebook.com/profile.php?id=100064897275112&sk=photos&locale=en_GB

Figura 37: Retirada de https://www.facebook.com/profile.php?id=100064897275112&sk=photos&locale=en_GB

Figura 38: Fotografia da autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 39: Autoria dos alunos de atelier de projeto IIC 2020/2021

Figura 40: Autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023 dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 41: Autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 42: Autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 43: Autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 44: Autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 45: Autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 46: Imagem retirada do GoogleEarth

Figura 47: Planta da autora da dissertação

Figura 48: Imagem retirada do <https://www.cm-pombal.pt/vale-do-poio-novo-do-poio-velho/>

Figura 49: https://www.facebook.com/municipiopombal/posts/bom-dia-pombal-redinha/1752765091589092/?locale=ms_MY

Figura 50: Planta da autora da dissertação

Figura 51: Fotografia da autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 52: Fotografia da autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 53: Fotografia da autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 54: Fotografia da autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 55: Fotografia da autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 56: Fotografia da autoria dos alunos de atelier de projeto I/II-D 2021/2022/2023

Figura 57: Imagem do GoogleEarth

Figura 58: Imagem de autor

Figura 59: Imagem de autor

Figura 60: Imagem de autor

Figura 61: Imagem de autor

Figura 62: Imagem de autor

Figura 63: Imagem de autor

Figura 64: Imagem de autor

Figura 65: Imagem de autor

Figura 66: Imagem de autor

Figura 67: Imagem de autor

Figura 68: Imagem de autor

Figura 69: Imagem de autor

ANEXOS

Anexo 1: Dossier do Ateliê de Projeto D

Anexo 2: Paineil A0 Plano de Ação *Poios no Mundo*

Anexo 3: Paineil A0 Plano de Ação *Poios no Mundo*

Anexo 4: Paineil A0 Proposta individual para a *Comunidade de Aprendizagem de Poios*

Anexo 5: Paineil A0 Proposta individual para a *Comunidade de Aprendizagem de Poios*

Anexo 6: Paineil A0 Proposta individual para a *Comunidade de Aprendizagem de Poios*

Anexo 7: Paineil A0 Proposta individual para a *Comunidade de Aprendizagem de Poios*

Anexo 8: Paineil A0 Proposta individual para a *Comunidade de Aprendizagem de Poios*

Anexo 9: Paineil A0 Proposta individual para a *Comunidade de Aprendizagem de Poios*

Anexo 10: Paineil A0 Proposta individual para a *Comunidade de Aprendizagem de Poios*

De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?

Atelier de Projeto I – 2021.2022

Adelino Gonçalves
amsg@uc.pt

ÂMBITO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO-PRÁTICO. 3

PROBLEMA(S). 4

QUESTÕES. 10

CONTEXTO E MÉTODO. 11

ANEXOS. 22

Vistas aéreas e fotografias das aldeias

BIBLIOGRAFIA. 35

GLOSSÁRIO. 36

SUGESTÃO DE TRAJETO PARA VISITAS. 37

A abordagem política e económica que há décadas impera tomou o rural periférico e marginal, nomeadamente em relação a muitas das dinâmicas económicas globais. É necessário prosseguir uma intervenção que assuma a centralidade do rural, recuperando algumas das realidades sociais e económicas que ainda o caracterizam, procurando a sua afirmação numa estratégia de desenvolvimento, renovada e renovadora, e contrariando as adversidades. [...] A maior proximidade a centros urbanos e outras condições específicas de atratividade local podem criar condições favoráveis à instalação de “novos residentes” [...], gerando efeitos sensíveis na economia [...] e determinando maior heterogeneidade, por contraste com sociedades locais com uma clara predominância de antigos residentes, mais homogéneas e, em geral, com um processo de declínio mais acentuado.

ANIMAR (2013: 6, 12)

2

ÂMBITO E ENQUADRAMENTO TEÓRICO-PRÁTICO

De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional? é uma iniciativa de investigação aplicada em curso desde 2020, no âmbito de um protocolo de cooperação institucional celebrado no mesmo ano entre a Universidade de Coimbra e a Terras de Sicó, Associação de Desenvolvimento.

No âmbito desta iniciativa foi lançada em 2020 uma linha de investigação homónima que tem a região de Sicó como território de ação e que se irá estender pelos anos letivos 2021/2022 e 2022/2023. Nela serão desenvolvidos os trabalhos conducentes à preparação das dissertações de Mestrado Integrado em Arquitetura (mIA) das/os estudantes inscrita/os nas unidades curriculares Atelier de Projeto I em 2021/2022 e, em 2022/2023, em Atelier de Projeto II, Laboratório de Projeto e Seminário de Investigação.

Deste modo, os trabalhos que se realizarão a partir do ano letivo 2021/2022 com base num exercício de Atelier de Projeto I intitulado *Aldeias de Calcário: polos de multifuncionalidade, aglutinadores sociais e centros de saber e experiência*, irão densificar a investigação já desenvolvida em 2020/2021 pela/os estudantes das unidades curriculares Atelier de Projeto IIC, Laboratório de Projeto IC e Seminário de Investigação - PL3, com base no exercício *Aldeias de Calcário. Estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana no espaço rural de Sicó*.

Este dossier apresenta o PROBLEMA científico da iniciativa de *De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?* e discute algumas questões que dele emergem e podem constituir a base teórica para a definição de temas específicos para dissertações de estudantes inscrita/os em Atelier de Projeto ID. O dossier apresenta também o território de ação da iniciativa – CONTEXTO – e o MÉTODO para os trabalhos conducentes a estas dissertações de mIA.

Estes trabalhos serão desenvolvidos nos 4 semestres do 2.º ciclo do mIA, nos anos letivos 2021/2022 e 2022/2023, com o seguinte plano geral:

- 1.º Semestre. Análise do território de ação e de instrumentos de gestão territorial e Antepiano.
- 2.º Semestre. Planos de Ação para aldeias e projeto de edifícios e espaços públicos. Escalas de representação 1:5000 a 1:200. Projeto de Tese.
- 3.º Semestre. Planos de Ação para aldeias e projeto de edifícios e espaços públicos até escalas de representação 1:50/1:20. Fundamentação e explicação das soluções de plano e projeto.
- 4.º Semestre. Síntese de Planos e de Projeto. Tese.

PROBLEMA(S)

Coesão territorial; Valorização dos territórios de baixa densidade; Desenvolvimento de núcleos urbanos no espaço rural

A iniciativa de investigação aplicada *De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?* assenta na problematização dos territórios de baixa densidade, entendendo que o desenvolvimento territorial deve ser conduzido por políticas integradas de base local que valorizem o capital social e os recursos endógenos destas regiões, na medida em que constituem uma base fundamental para a resiliência e reforço da coesão territorial.

A partir do ano letivo 2021/2022, esta problematização será feita a partir de um exercício de Atelier de Projeto ID que tem a região de Sicó como território de ação e como objetivo central a criação de propostas de intervenção no espaço físico e no quadro socioeconómico das aldeias que compõem a Rede de Aldeias de Calcário¹ (RAC), visando o reforço da sua atratividade tanto para a visitação turística, como para a residência e instalação de novas atividades e serviços.

Estas propostas deverão ser dadas através de Planos de Ação, um

¹ A Rede de Aldeias de Calcário: 6 Aldeias, 12 Experiências, resultou, em 2019, da candidatura de um Plano Integrado de Intervenção apresentada pela Terras de Sicó ao Valorizar – Programa de Apoio à Valorização e Qualificação do Destino, que visa apoiar o investimento na qualificação do destino turístico Portugal.

4



para cada aldeia, onde deverão ser organizadas propostas de requalificação do sistema de espaço público e previstos projetos que deem resposta a diferentes programas funcionais, preferencialmente com a reabilitação de edifícios, mas também com edifícios a construir de novo. Estes programas deverão ser definidos pela/os estudantes, em diálogo com os moradores das aldeias, com a Terras de Sicó e com cada uma das Câmaras Municipais parceiras desta associação de desenvolvimento.

A pertinência da investigação que tem vindo a ser desenvolvida desde 2020 no âmbito desta iniciativa, assenta no objetivo político da coesão territorial assumido, em Portugal, em 2016 sob a forma de programa de política² e reforçado em 2019 com a 1.ª revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território³ (PNPOT), ambos em linha com o Tratado de Lisboa (2007).

A complexidade deste político obriga a uma visão holística e integrada do território, para melhor definir as ações e projetos a levar a cabo para atenuar as disparidades entre regiões. O problema é complexo, mas o método para lidar com ele reúne consensos, defendendo-se que aquelas ações e projetos devem ser implementados através de sistemas de gestão territorial baseados nas ideias de **cooperação** e **complementaridade**. Só

assim poderão ser alcançados alguns dos principais objetivos estratégicos dos instrumentos de política que defendem a coesão do território e procuram fazer face aos impactos negativos da urbanização pulverizada do território que se processou desde a segunda metade do século XX, com maior intensidade na periferia das cidades a partir do final da década de 1980.

Dada a desagregação do território que resultou deste modelo de desenvolvimento territorial ao longo da segunda metade do século XX, hoje é necessário (re)pensar o futuro do território, com uma atenção particular para os territórios mais fragilizados, visando a sua integração. Para isso, é fundamental a criar soluções resilientes que recorrem “...a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna”, tal como é assumido no PNPOT. De facto, uma vez que os problemas que carecem de solução não dizem respeito a realidades estáticas que se possam delimitar, mas dizem antes respeito a realidades dinâmicas que se pautam nas relações funcionais entre diferentes núcleos urbanos, mais ou menos próximos, os problemas de cada região, de cada cidade ou de cada município, não se resolvem sem o diálogo e as relações entre regiões, cidades e/ou municípios.

² Com a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 225/2016](#) de 24 de novembro, que publica o Programa Nacional para a Coesão Territorial.

³ Publicado pela Lei n.º 99/2019, Diário da República n.º 170/2019 de 5 de setembro.

Assim, para o reforço da coesão territorial, têm de concorrer medidas de política diversificadas – de modo a dar resposta aos desequilíbrios e fragilidades que se instalaram no país – tanto nos domínios social, económico e natural, como nos domínios funcional e das práticas de governo e gestão do território⁴.

Estes desequilíbrios e fragilidades são particularmente sensíveis no caso dos territórios de baixa densidade e, de um modo particular, dos núcleos urbanos em espaço rural, sobretudo os núcleos secundários (pequenas vilas e aldeias), pois foram vítimas da “litoralização” do país e quem mais sofreu com políticas fracas que não evitaram a migração da população para os centros urbanos principais, nem a concentração das principais atividades económicas nesses mesmos centros, sobretudo nos que se localizam na fachada atlântica.

Como consequência, estes territórios foram-se esvaziando. Esvaziaram-se tanto de pessoas como de atividades e as medidas de política que foram criadas antes para travar esta fragilização não foram bem-sucedidas. Mesmo as que foram criadas quando os

⁴ Estes domínios de intervenção são assim descritos no PNPOT (2019:127): a) Natural - otimização e adaptação, dinamizando a apropriação e capitalização dos recursos naturais e da paisagem; b) Social - educação, qualificação e inclusão da população, e acesso aos serviços públicos e de interesse geral; c) Económico - inovação, atratividade e inserção de Portugal nos processos de globalização, aumentando a circularidade da economia; d) Conetividade - reforço das interligações, aproximando indivíduos, empresas e instituições, através de redes e serviços digitais e de uma mobilidade que contribua para a descarbonização; d) Governança Territorial -

6

processos migratórios desde o campo para a cidade e para o estrangeiro se começaram a revelar problemáticos. Tal foi o caso das medidas adotadas na década 1930 para fixar a população rural com a valorização da produção agrícola, como as que se traduziram na criação de Colónias Agrícolas⁵.

Mas o mesmo insucesso se verificou mais tarde, a partir da década de 1980, com o processo de “resignificação” do mundo rural através da atribuição de valores socioculturais associados à defesa do ambiente e à proteção e valorização do(s) património(s), como foi o caso do plano das Aldeias Históricas. De facto, a “turistificação” das aldeias não criou os impactos desejados e a sangria populacional não estancou.

Mais recentemente, nas últimas décadas do século XX e de forma paradoxal, a par da infraestruturização do interior do país (rede viária, saneamento, eletricidade, etc.), a rede de equipamentos e serviços públicos sofreu processos de encerramento, sobretudo nas últimas duas décadas.

cooperação e cultura territorial, capacitando instituições e promovendo a descentralização e a desconcentração, e uma maior territorialização das políticas.

⁵ As Colónias Agrícolas foram uma iniciativa da Junta de Colonização Interna, um serviço do Ministério da Agricultura criado em 1936, com a missão de estudar e solucionar os problemas agrários do país, igualmente com o objetivo de contrariar as dinâmicas de migração da população desde os pequenos aglomerados rurais, para as principais cidades do país na época.

Assim, a população do mundo rural ficou desamparada de serviços de proximidade. Além disso, a população destes territórios diminuiu e envelheceu. Muito.

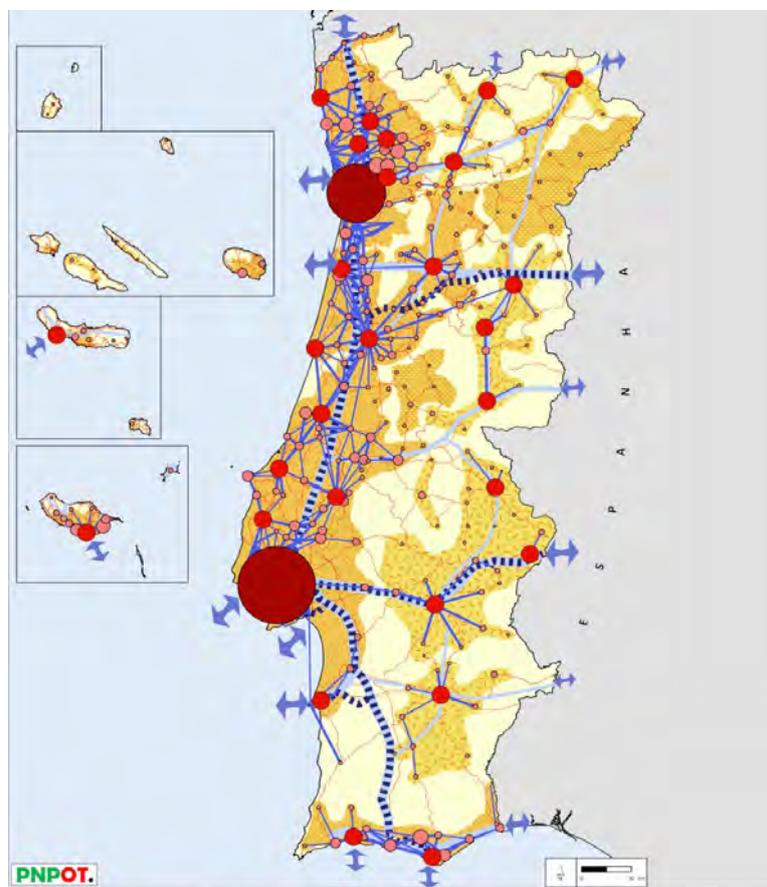
Por tudo isto, a sustentabilidade do território nacional depende de políticas fortes que façam face aos desequilíbrios que se instalaram desde a segunda metade do século XX e promovam, de forma efetiva, o reforço da coesão territorial.

Na última década foram criadas políticas com este objetivo e as mais recentes estão expressas na revisão do PNPOT (2019), na revisão do Programa para a Valorização do Interior⁶ (2020) e no Programa Nacional para a Coesão Territorial (2016).

As linhas de ação destes planos são diversas e visam, em termos gerais, “valorizar” o interior e os territórios de baixa densidade. Mas o interior e os territórios de baixa densidade não são homogéneos e tanto existem núcleos urbanos em espaço rural profundamente segregados, como existem outros que podem tirar vantagens decorrentes da sua localização geográfica, nomeadamente, a proximidade a centros urbanos principais, como as sedes de municípios ou capitais de distrito, e a facilidade de acessos proporcionada pela proximidade a eixos rodoviários principais e secundários.

⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020, Diário da República n.º 62/2020, Série I (27/03/2020), 16-32.

7



SISTEMA URBANO DO MODELO TERRITORIAL



A estes fatores vantajosos associados à localização geográfica, podem ainda juntar-se outros, como o que estão associados ao património cultural, ao património natural e recursos endógenos das regiões em que se inserem.

Em alguns contextos, a integração destes pequenos núcleos numa rede urbana mais vasta já existe, mas é ténue. São sistemas urbanos que configuram uma cidade regional, embora (ainda) não sejam formalmente considerados como tal. São antes considerados áreas ou regiões funcionais para as quais atuam Comunidades Intermunicipais e incluem, articulados entre si, vários núcleos urbanos (principais e secundários), espaços suburbanos, rurais agrícolas e rurais não agrícolas. Porém, o modelo de gestão territorial usado continua agarrado a práticas excessivamente baseadas na regulamentação da ocupação do solo.

Nestes casos, as divisões administrativas podem representar uma dificuldade para o reforço da coesão dessas regiões, se os modelos de governo não se adaptarem e/ou não forem sensíveis às interdependências de todo o mosaico de núcleos urbanos que os compõem.

Deste modo, no que diz respeito à valorização dos territórios de baixa densidade e/ou do mundo rural, não se trata necessariamente de defender um regresso ao rural, mas antes de **afirmar o rural como uma centralidade.**

8



Ora a valorização preconizada naqueles instrumentos de política nacionais para os territórios de baixa densidade e, de um modo geral, para o mundo rural, é configurada como um desenvolvimento económico e social, com criação de emprego, com o reforço da autoestima das populações e comunidades rurais e a valorização do património cultural e natural.

E a arquitetura? Como é que pode contribuir para a concretização destes objetivos?

9



QUESTÕES

O debate de muitas questões suscitadas pelo Problema de investigação, constituirá a base teórica para a definição de temas específicos para os projetos e as dissertações de mestrado de estudantes de Atelier de Projeto ID (2021/2022), Atelier de Projeto IID (2022/2023) e Laboratório de Projeto ID (2022/2023).

Para o desenvolvimento territorial defendido nos instrumentos de política para a coesão territorial, muitos dos processos que é necessário implementar, implicam intervenções diretas no quadro económico das regiões e lugares vítimas da sua segregação ao longo de décadas. Mas isso bastará para resolver problemas como o despovoamento do interior e, em termos gerais, dos núcleos urbanos em espaço rural dos territórios de baixa densidade? Bastará para reforçar a atratividade de núcleos urbanos em espaço rural para novos residentes?

O nível de exigência para a qualidade de vida das populações, cada vez mais informadas, é maior e as questões que carecem de respostas são diversificadas. Para encontrar respostas e soluções resilientes para muitas dessas questões, a arquitetura terá um papel determinante.

- Ainda existe uma distinção clara entre o mundo rural e o mundo urbano? Onde é que começam e acabam as cidades? Quais são os seus limites espaciais e os limites das suas relações funcionais com o(s) sistema(s) urbano(s) em que se integram?
- O mundo rural é todo igual ou o rural é plural?
- A proximidade de núcleos urbanos em espaço rural a núcleos urbanos mais desenvolvidos, configura um quadro conceptual particular para planear o seu desenvolvimento?
- A valorização do interior e dos territórios de baixa densidade, significa o mesmo, em termos operacionais, em todas as regiões?
- A arquitetura tradicional no espaço rural, por constituir um património construído vernáculo, é um dos elementos diferenciadores dos territórios de baixa densidade. Como é que ela pode ser valorizada e (re)integrada no desenvolvimento local, sem pôr em causa a sua significância cultural?
- Qual é a visão oficial/ real que existe para a valorização do interior? Estão previstas estratégias para a requalificação do espaço físico dos núcleos urbanos em espaço rural? Qual é o papel da arquitetura e do urbanismo nessa valorização?
- ...

10

CONTEXTO E MÉTODO

...é possível defender que os meios urbanos serão uma ponte entre as áreas rurais e o mundo exterior, tanto mais eficiente quanto conseguirem transformar-se em focos de uma cultura de ruralidade suscetível de contribuir não só para consolidar a visão patrimonialista atualmente dominante, mas, também, para a ultrapassar, reintroduzindo a componente produtiva com a centralidade que esta merece.

João Ferrão (2000:53)

Investigador Coordenador, ICS-UL

11



Poios, Pombal. 2020

A reflexão crítica proposta para a problematização de núcleos urbanos em espaço rural, será feita, no ano letivo 2021/2022, através do exercício **Aldeias de Calcário: polos de multifuncionalidade, aglutinadores sociais e centros de saber e experiência.**

O contexto de fundo do exercício é o conjunto de medidas e ações para o desenvolvimento das regiões do interior planeadas pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior, no âmbito do Programa Nacional para a Coesão Territorial (2016). Com as iniciativas políticas de implementação deste Programa, pretende-se fazer face aos desequilíbrios territoriais resultantes da “litoralização” do país e de um modelo de desenvolvimento demasiado focado nos principais centros urbanos, que resultaram num cenário em que as regiões do interior enfrentam graves processos de desvitalização, despovoamento, envelhecimento e empobrecimento.

Os impactos resultantes da marginalização do interior no desenvolvimento da sua rede urbana média/ secundária e, de um modo particular, dos seus núcleos rurais, são conhecidos há muito e deram lugar a processos de intervenção continuada em algumas regiões do país, nomeadamente no centro-interior, como é exemplo do programa das Aldeias de Xisto, cujo planeamento se iniciou em 2000 e a sua implementação se fez a partir de 2002. Porém, apesar dos esforços já empreendidos, o declínio

12

prossegue e o seu controlo requer abordagens inovadoras, tanto no que diz respeito às soluções, como no que diz respeito ao método para a sua operacionalização.

O desafio é afirmar a centralidade do rural, tirando partido dos valores e dos recursos endógenos, incluindo, naturalmente, as pessoas.

Cada caso é um caso e muitas respostas têm de ser dadas com esta consciência, ou seja, não impondo soluções-tipo eventualmente bem-sucedidas em alguns casos, mas antes procurando entender as especificidades (dos problemas e dos desafios) de cada núcleo urbano.

Existem pequenos núcleos desprovidos de serviços de proximidade (públicos ou privados), mas guardam saberes e tradições com um grande valor social e cultural. Outros existem cuja demografia está em perda e o espaço construído não é amigável, mas tem características que podem ser melhoradas e constituir forças de atração. Existem também outros que são atravessados por rotas de património cultural ou natural, mas os benefícios que têm proporcionado, não têm impedido a sua progressiva desvitalização.

Por fim, também existem territórios em que a sua rede urbana, principal e/ou secundária, partilha características comuns (positivas e/ ou negativas) e por isso as soluções podem e/ou devem ser

partilhadas ou a sua implementação deve ser feita em rede, ou seja, de forma integrada.

Nas zonas de mais baixa densidade, por viverem no limiar da sustentabilidade, a exigência de visões integradas é particularmente importante e carece, por um lado, de uma evolução do governo local no sentido da governança em rede, e, por outro lado da instalação de práticas socioeconómicas de “colaboração”, “cooperação” e “cocriação”.

Património(s) partilhado(s); proximidade a centros urbanos

de maior dimensão; dinamismo socioeconómico; e empreendedorismo, são argumentos importantes para a definição e implementação das estratégias necessárias, ou seja, de estratégias integradas e/ou integradoras.

Este tipo de visão já existe para a globalidade do território nacional e está plasmada no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, revisto em 2019 em estreita articulação com o Programa Nacional para a Coesão Territorial. Nestes programas, são várias medidas e ações previstas que concorrem no sentido de mudar o paradigma do desenvolvimento territorial: antes focado nos principais centros urbanos e assente em visões bipartidas (centro vs. periferia; litoral vs. interior), pretende-se que evolua no sentido da gestão de redes ou da gestão em rede, com base nas

13



Algar do Carvalho, Penela. 2008

nas ideias de **complementaridade** e **partilha**.

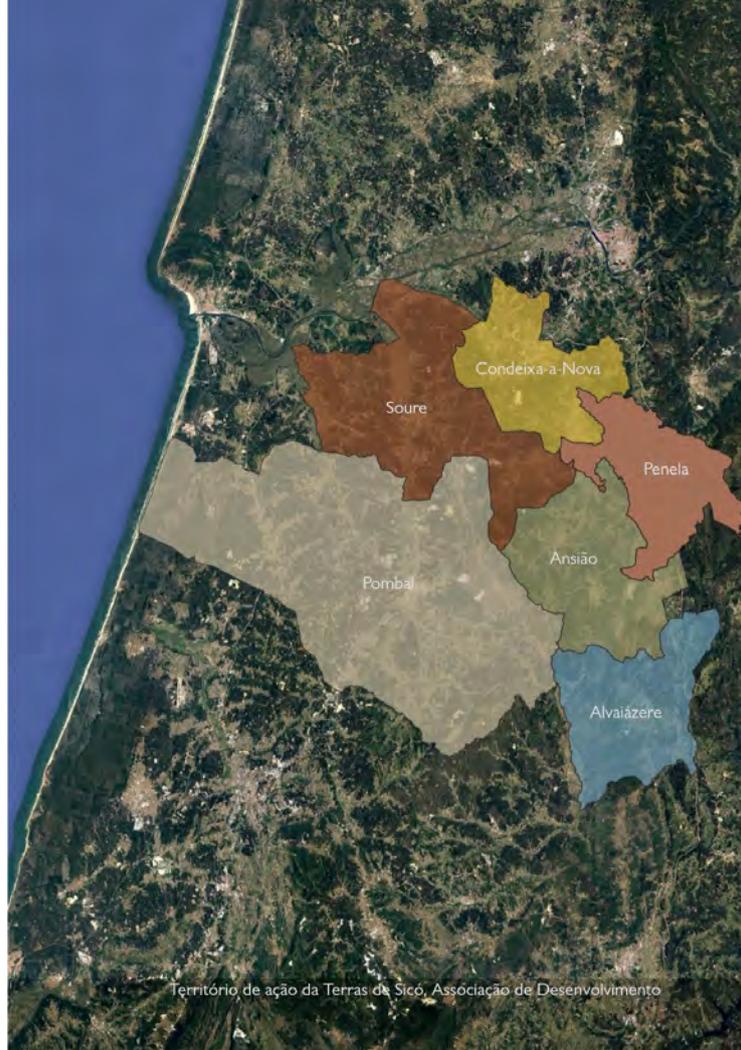
Em linha com os objetivos traçados nestes programas nacionais, têm sido elaboradas, nas últimas décadas, estratégias e planos de ação locais, em resultado da iniciativa de comunidades intermunicipais e/ ou de associações de desenvolvimento local.

Como exemplo, podem ser referidos na região centro alguns planos desenvolvidos pela Associação de Desenvolvimento [Terras de Sicó](#) para o seu território de intervenção, que corresponde ao conjunto das áreas dos municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure.

Trata-se de um território marcado por património cultural e natural com grande expressão em todos os concelhos, desde o facto de todos os municípios integrarem a Rede Natura 2000 Sicó-Alvaiázere, com importantes referências no que diz respeito à conservação da biodiversidade, até às marcas da romanização que nele existem e onde sobressaem o arqueossítio de Conimbriga (Condeixa-a-Nova), o Complexo Monumental de Santiago da Guarda (Soure) e a Villa Romana do Rabaçal (Penela).

Em conjunto com o Paul de Arzila (Coimbra/Condeixa-a-Nova/Montemor-o-Velho) e o Paul da Madriz (Soure), todo(s) o(s)

14



Património(s) presente(s) neste território constituem importantes fatores de atratividade turística e têm estado na base de muitas ações desta Associação de Desenvolvimento.

Ora com o objetivo de valorizar estes patrimónios, a Terras de Sicó elaborou em 2019 o Plano Integrado de Intervenção (PIA) "Rede de Aldeias de Calcário: 6 Aldeias, 12 Experiências" (RAC), um plano centrado na criação e promoção de produtos/conteúdos turísticos, com ações organizadas em função de diferentes tipos de objetivos e segundo dois eixos de intervenção: 1) Consolidação do produto turístico e desenvolvimento de ferramentas de apoio à visita; 2) Promoção e divulgação do produto turístico.

As ações previstas nestes eixos de intervenção vão desde um processo de cocriação de 12 experiências — uma por cada mês do ano, como um conjunto de atividades de "descobertas em Sicó (de cogumelos, grutas e cavernas, do vinho e das vindimas, etc.), —, até à implementação de um programa de promoção junto de agentes turísticos regionais, bem como o alargamento da rede de parcerias.

No conjunto das ações previstas nestes dois eixos de intervenção,

o grande ausente é o espaço construído dos núcleos visados.

É verdade que o reforço da atratividade desta região passa pela criação e da divulgação das forças deste território, porém, as suas fraquezas — que existem e

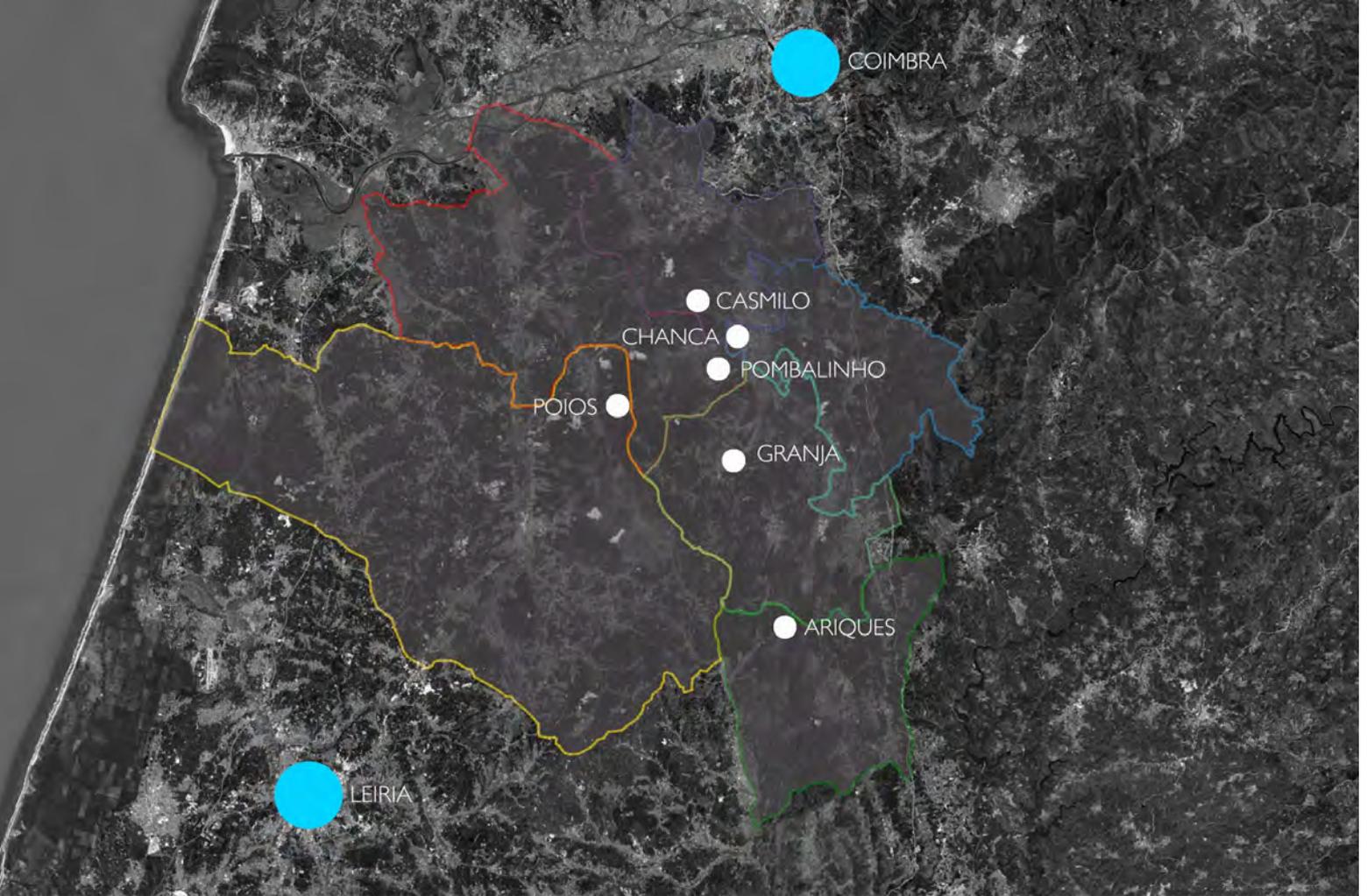
são variadas — não são serão debeladas apenas com a divulgação das atrações turísticas e com a garantia de serviços que assegurem uma visita qualificada.

A melhoria do espaço construído das aldeias também é necessária. Muito!

Os produtos turísticos que as terras de Sicó e estas aldeias têm para oferecer são diversos e tanto suportam atividades de experiência, como atividades de lazer e cultura. Por isso, o tempo das visitas turísticas é variável. De qualquer forma, justificam o investimento no setor da hotelaria e da restauração. Com diferentes figurinos, esse tipo de oferta já existe em todo o território de intervenção da Terras de Sicó, porém, ele pode ser reforçado e contribuir tanto para a (re)qualificação do espaço construído, como para a criação de emprego e reforço de relações interurbanas.

Os impactos das atividades associadas ao turismo na economia de cada aldeia e da Rede podem ser diretos e dependem do nível de integração das comunidades locais. Porém, deseja-se que se instalem outros impactos que se influenciem mutuamente e tenham reflexos, por exemplo, na demografia, na melhoria da qualidade de vida dos residentes — dos que já existem e/ ou que venham a existir — e na qualidade do espaço construído de cada aldeia.

Com um de cada município parceiro da Terras de Sicó, as 6 aldeias



da RAC são: Ariques (Alvaiázere), Casmiolo (Condeixa-a-Nova), Chanca (Penela), Granja (Ansião), Poios (Pombal) e Pombalinho (Soure).

Além dos valores associados ao património cultural e natural, esta rede beneficia de outros fatores que podem contribuir para o reforço a sua atratividade, nomeadamente, o facto de ser atravessada e servida por importantes eixos rodoviários, principais e complementares, que garantem bons níveis de acesso regional, nacional e internacional (a Espanha). Além deste fator, beneficia também das boas condições físicas do território (solos e recursos hídricos) que proporcionam bons níveis de produtividade agrícola. Por fim, a sua localização central entre duas Comunidades Intermunicipais (CIM): a CIM da Região de Coimbra e a CIM da Região de Leiria.

A CIM de Coimbra apresentava em 2019 um efetivo populacional de mais de 433 mil habitantes. Por sua vez, a CIM de Leiria apresentava no mesmo ano um pouco mais 284 mil habitantes, perfazendo um total de cerca de 718 mil habitantes. No que diz respeito à evolução da população residente nestas CIM, é assinalável a tendência de diminuição registada desde 2001, com uma perda total de mais de 42 mil residentes, o que acresce importância à (re)qualificação da sua rede urbana, principal e secundária, para reforçar a sua atratividade.

Municípios	2001	2019	(variação)
Classe etária			
Alvaiázere	8419	6612	- 1807
0-14	1101	623	- 478
15-64	4832	3884	- 948
>65	2486	2115	- 371
Ansião	13709	12188	= 1521
0-14	1912	1193	- 719
15-64	8647	7567	- 1080
>65	3151	3313	+ 162
Condeixa-a-Nova	15420	17665	+ 2245
0-14	2300	2488	+ 188
15-64	10203	11715	+ 1512
>65	2918	3463	+ 545
Penela	6571	5418	- 1153
0-14	837	573	- 264
15-64	3955	3220	- 735
>65	1779	1626	- 153
Pombal	56271	51573	= 4698
0-14	8862	6068	- 2794
15-64	36214	32725	- 3489
>65	11196	12780	+ 1584
Soure	20877	17199	- 3678
0-14	2547	1837	- 710
15-64	13104	10155	- 2949
>65	5226	5208	- 18
TOTAIS	121267	110655	- 10612
0-14	17559	12782	- 4777
15-64	76955	69266	= 7689
>65	26756	28505	+ 1749

Evolução da população residentes dos municípios parceiros da Terras de Sico

Ainda a este respeito, é relevante o facto de as tendências demográficas do conjunto de municípios que compõem as duas CIM, apresentarem diferenças que se traduzem na existência de municípios em perda e de municípios com ganhos.

No primeiro caso, dos municípios com perda de população, Coimbra e Pombal apresentam as maiores perdas desde 2001: de 14315 e de 4698, respetivamente. No segundo caso, os municípios com ganhos populacionais, no mesmo período, são 5 os municípios que apresentam aumentos: da CIM-RC, Condeixa-a-Nova e Lousã, respetivamente com mais 2245 e 1317, respetivamente; e da CIM-RL, Batalha, Leiria e Marinha Grande, com mais 873, 4932 e 2736, respetivamente.

Neste contexto, como forças de uma estratégia de desenvolvimento desta região, sobressaem as condições físicas do território, que permitem a produção de bens agroalimentares variados e de qualidade, e que justificam o reforço na promoção deste setor de atividade. Além disso, as características paisagísticas e o(s) património(s), cultural e natural, apresentam motivos e valores que justificam o reforço no *touring* cultural e no turismo de natureza.

Por sua vez, os níveis de acessibilidade e mobilidade proporcionados pela rede viária e pelo sistema de transportes coletivos, permitem que todo o sistema urbano das terras de Sicó

e, de modo particular, as Aldeias de Calcário, possam capitalizar a proximidade a núcleos de serviços e atrações com efeitos multiplicadores, como são, por exemplo, os casos de Coimbra (saúde, ensino, I&D, turismo, comércio), Figueira da Foz (turismo de sol e praia, desporto), Leiria e Marinha Grande (indústria e agropecuária).

Neste quadro de inserção territorial, o sucesso da Rede de Aldeias de Calcário passará pelo reforço da sua coesão e este objetivo poderá alcançar-se com a implementação das ações e medidas previstas no PIA, incluindo a criação de serviços/ equipamentos de interesse coletivo, a par da melhoria global do ambiente construído das aldeias.

Complementarmente e com o mesmo objetivo, será importante prover cada aldeia de Planos de ação, ou seja, instrumentos de apoio à gestão urbana com o objetivo de assegurar a qualidade e coerência do ambiente construído.

Este é o **contexto** de reflexão do exercício Aldeias de Calcário: polos de multifuncionalidade, aglutinadores sociais e centros de saber e experiência.

O grande **objetivo** do exercício é o reforço da atratividade das 6 aldeias através da melhoria global do espaço construído, da criação de serviços/ equipamentos de interesse coletivo e de instrumentos de apoio à gestão urbana.

18

O **método** assenta numa leitura crítica das condições reais/ atuais de cada aldeia, bem como numa leitura crítica da visão estratégica elaborada pela Terras de Sicó para toda a Rede, bem como da estratégia proposta, no ano letivo 2020/2021, pelo grupo de estudantes de Atelier de Projeto IIC, Laboratório de Projeto IC e Seminário de Investigação - PL3.⁷

O território de Sicó, no seu todo, será objeto de análise por toda/os a/os estudantes, para construir uma perceção crítica das suas características e cada aldeia será objeto de estudo de, pelo menos, 2 estudantes cujos trabalhos serão organizados assim:

- Os trabalhos de um estudante incidem na melhoria do sistema do espaço construído (espaço público e área não edificadas e/ou urbanizadas), podendo incluir, entre outras propostas a definir caso-a-caso, projetos de requalificação de espaços públicos, mobiliário urbano, sinalização e *lettering*;
- Os trabalhos do outro estudante dizem respeito ao projeto de equipamentos/ serviços de interesse coletivo, preferencialmente de reabilitação de edifícios existentes, mas com a possibilidade de serem propostos novos edifícios.

Estes dois tipos de projetos deverão ser enquadrados por Planos de Ação para cada aldeia, para os quais já existem propostas feitas pelo

referido grupo de estudantes de Atelier de Projeto IIC, Laboratório de Projeto IC e Seminário de Investigação - PL3. Existe a possibilidade de os Planos de Ação serem a base de trabalho de dissertações de mestrado.

Existe também a possibilidade de serem elaborados trabalhos com outros temas e outras perspetivas que abordem questões de interesse comum a todas as aldeias – nomeadamente de “guião” ou “regulamento” para operações urbanísticas, incluindo edificação – ou questões de interesse ao território no seu todo, como proposta relativas a desportos da natureza, caminhadas e peregrinação, etc.

Para a realização destes trabalhos no ano letivo 2021/2022 decorrerá um conjunto de ações que envolverão as principais partes interessadas, desde logo a Terras de Sicó, mas também as Câmaras Municipais parceiras, Juntas de Freguesia e/ ou outras organizações que representem as comunidades visadas.

Estas ações desenrolar-se-ão num calendário a divulgar atempadamente e serão organizadas tematicamente em 3 grupos: *conhecer, propor, divulgar*. Com as atividades a realizar, serão proporcionados contactos e a discussão de ideias com todos os envolvidos, para o que se conta com o apoio logístico da Terras de Sicó.

⁷ A estratégia desenvolvida por este grupo de estudantes, cujo nome dá o título ao

<http://www.patrimonios.pt/iniciativa-de-volta-ao-rural-ou-como-reforcar-a-coesao-da->

No primeiro grupo de ações – **conhecer** – decorrerão:

- Visitas de estudo às 6 Aldeias de Calcário e a outros pontos importantes do território de Sicó para, a par da consulta bibliográfica, dos instrumentos de gestão territorial e de projetos ou programas de desenvolvimento local, construir-se um conhecimento crítico das suas características (forças, oportunidades, fracas, ameaças);
- Palestras por especialistas nas temáticas implicadas nos trabalhos a desenvolver;
- A execução de maquetes à escala 1:10.000 e 1:2.000.

O segundo grupo de ações – **propor** – diz respeito ao desenvolvimento das propostas de anteprojecto(s) e/ ou plano(s) para as aldeias, que deverão ser representadas em painéis e em maquete(s) em escalas que variam entre 1:1000 e 1:200. No decorrer dos trabalhos deverão ser feitas visitas pontuais às aldeias para avaliar a viabilidade e pertinência das propostas.

Por último, o terceiro grupo de ações – **divulgar** – diz respeito à apresentação e discussão dos trabalhos com a participação de representantes da Terras de Sicó, das Câmaras Municipais parceiras da associação e com de moradores das aldeias.

20



FASEAMENTO – CONHECER & PROPOR

Fase I – PERCEÇÃO E AVALIAÇÃO CRÍTICA

É uma fase dos trabalhos que decorrerá no 1.º semestre e corresponde ao estudo e caracterização da situação atual do território de intervenção e das aldeias, no que diz respeito ao suporte físico (urbanizado e natural), a aspetos de ordem funcional (usos do solo, mobilidade, serviços, etc.) e a aspetos de ordem sociocultural (demografia/população, património, atividades culturais, associativo, etc.).

É uma fase de trabalho em grupo e, para o território no seu todo e para cada aldeia individualmente, deve ser representada em painéis com bases cartográficas de escalas variáveis (1/10.000 a 1/2.000), uma avaliação crítica:

- a) das redes e infraestruturas (rede e hierarquia da rede viária; estacionamento; transportes coletivos; etc.)
- b) de condicionantes no uso e ocupação do território;
- c) dos elementos de conformação do sistema de espaço público e do edificado das aldeias (usos ou ocupação; tipologia funcional; tipo de sistema construtivo)
- d) do(s) património(s) e valores paisagísticos.

Fase II – PROPOSTA(S)

Corresponde à elaboração dos Planos de Ação das aldeias e dos anteprojetos de arquitetura para instalação de novos programas funcionais e/ou requalificação do sistema de espaço público, e devem ser apresentados por um conjunto de painéis que deverá integrar escalas de representação variáveis e qualquer outro tipo de representação ou ilustração gráfica (realidade virtual, fotomontagem, esquisso, etc.).

Além destes trabalhos, as/os estudantes devem elaborar um relatório de fundamentação e explicação das propostas que deverá integrar o Projeto de Tese a desenvolver no 2.º semestre, com base seguinte estrutura:

Parte 1. Enquadramento, Contextualização, Síntese da leitura crítica do território e das aldeias.

Parte 2. Ambição, Objetivos Estratégicos e Objetivos Específicos

Parte 3. Apresentação das intervenções/projetos que concretizam os objetivos

Parte 4. Proposta – “Programas, plantas, cortes e alçados”

Parte 5. Figuras/Ilustrações

Parte 6. Referências bibliográficas, fontes documentais, créditos.

21

142



SEMINÁRIO | Setembro, 23 | Sala Gomes Teixeira, dMAT.UC
Conhecer os recursos e valores de Sicó

INICIATIVA DE VOLTA AO RURAL OU COMO REFORÇAR A COESÃO DA CIDADE REGIONAL?

- 14h30 **ABERTURA**
Adelino Gonçalves e Margarida Relvão Calmeiro ^I, David Leandro e Rui Fernandes ^{II}
- 14h45 **A ecologia da paisagem da serra de Sicó e o seu papel como construção cultural**
Pedro Bingre do Amaral ^{III}
- 15h15 **Castelos e muralhas do Mondego à rota Carmelita: estratégia de cooperação em turismo cultural**
Ivânia Monteiro ^{IV}
- 15h45 **Viver nas aldeias da serra de Sicó**
Ricardo Almendra ^V
- 16h15 Intervalo
- 16h30 **Construção vernácula: a importância da sua reabilitação e seu contributo para o desenvolvimento sustentável**
Catarina Mouraz ^{VI}
- 17h15 **A arte de construir em calcário**
Raimundo Mendes da Silva ^{VI}
- 17h45 **DEBATE**
- 18h30 **Encerramento**

I - Universidade de Coimbra: Departamento de Arquitetura / Iniciativa Patrimónios e Desenvolvimento
IV - Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego
VI - Universidade de Coimbra: Departamento de Engenharia Civil / Iniciativa Patrimónios e Desenvolvimento-

II - Terras de Sicó
III - Instituto Politécnico de Coimbra
V - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território



SEMINÁRIO | Setembro, 28 | Sala Gomes Teixeira, dMAT.UC

Projetar o território e paisagem de Sico

INICIATIVA DE VOLTA AO RURAL OU COMO REFORÇAR A COESÃO DA CIDADE REGIONAL?

- 14h30 **ABERTURA**
Adelino Gonçalves e Margarida Relvão Calmeiro ^I, David Leandro e Rui Fernandes ^{II}
- 14h45 **A Coesão Territorial**
Vitor Campos ^I
- 15h15 **Abordagem LEADER: desenvolvimento rural e coesão territorial**
Luis Chaves ^{III}
- 15h45 **A dimensão cultural, natural e paisagística da Paisagem Protegida de Sico**
Helda Ramalho ^{IV}
- 16h15 Intervalo
- 16h30 **A Programação da Reabilitação Urbana nas Aldeias de Calcário - Desafios e Propostas num Contexto de Integração Territorial**
Renato Dias e Vilma Silva ^V
- 17h15 **DEBATE**
- 18h **Encerramento**
David Leandro e Rui Fernandes

^I - Universidade de Coimbra: Departamento de Arquitetura / Iniciativa Patrimónios e Desenvolvimento

^{II} - Terras de Sico

^{III} - Minha Terra - Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local

^{IV} - H Land

^V - TERRITÓRIO XXI - Gestão Integrada do Território e do Ambiente

POIOS NO MUNDO

Poios no Mundo visa um plano de ação que tem como principais objetivos a valorização do património vernáculo construído e a fixação de pessoas na aldeia.

O projeto urbano passa por propostas de requalificação do espaço público, valorizando o uso do peão em detrimento do automóvel e a instalação de atividades e serviços que fixem pessoas na aldeia: uma Comunidade de aprendizagem e um Polo de Turismo de base Comunitária. Desse modo, Poios passará a ter novos sentidos de transit, tomando a via pública mais segura para o peão, as estradas da aldeia terão uma nova imagem, mais convidativa e o espaço público ganhará uma nova presença, valorizando, assim, a paisagem.

A estratégia contribuirá de forma positiva para a economia de Poios, criando novos postos de emprego e dinamizando a aldeia. A par com os Planos de ação propostos para as restantes aldeias da RAC (Rede de Aldeias de Calcário), a seguinte estratégia pretende colocar Sico no mapa como um bom exemplo de resolução para as problemáticas que o meio rural enfrenta actualmente, nomeadamente a migração para os meios urbanos.

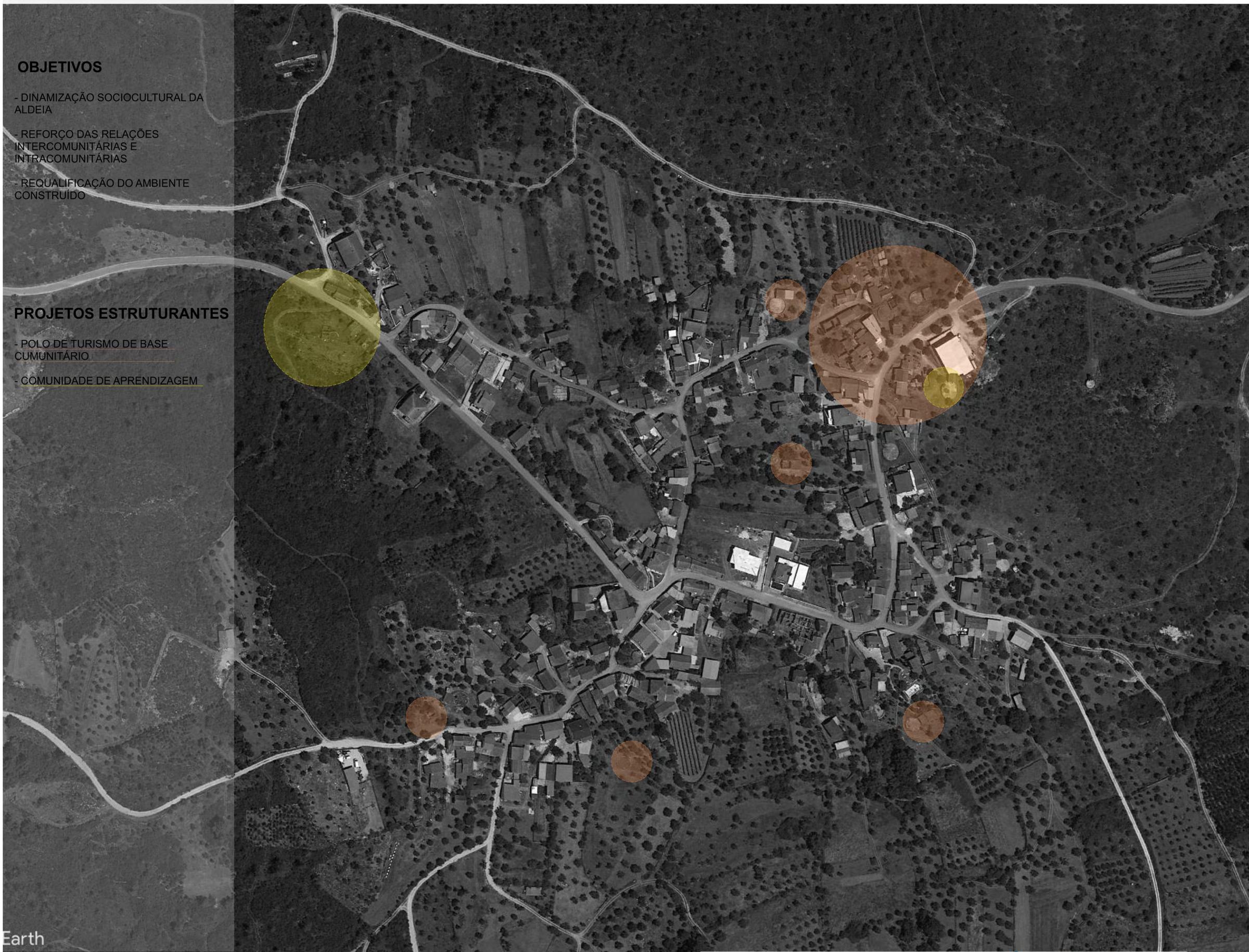


OBJETIVOS

- DINAMIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DA ALDEIA
- REFORÇO DAS RELAÇÕES INTERCOMUNITÁRIAS E INTRACOMUNITÁRIAS
- REQUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

PROJETOS ESTRUTURANTES

- POLO DE TURISMO DE BASE CUMUNITÁRIO
- COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM



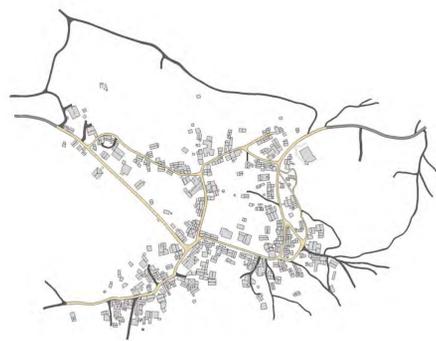
Earth

Espaço Público

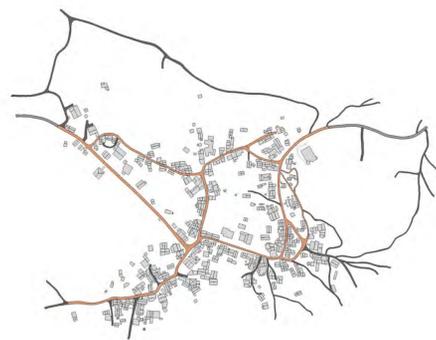
Para a concretização da estratégia para Poios, o Plano de Ação integra um conjunto de intervenções de requalificação do espaço público que visam o reforço da segurança do peão e a melhoria geral do quadro físico da aldeia.

Entres estas intervenções contam-se: reordenamento do tráfego automóvel, o reperfilamento de vias, repavimentação das ruas e a definição de normas para as novas construções. O reperfilamento de vias e o ordenamento do tráfego automóvel proposto traduz-se na criação de vias com sentido único de circulação, o que reduz a intensidade de tráfego no núcleo central da aldeia. Com esta proposta pretende criar-se condições para o uso do espaço público em segurança. Para reforçar as características das vias dedicadas ao peão, o Plano de Ação propõe a substituição de pavimentos, usando materiais e soluções arquitetónicas pensadas em função dos peões e da ligação das aldeias ao território cársico onde se localizam, ou seja, com uma presença clara de pedra calcária da região, reforçando a marca “Aldeias de Calcário”.

Por fim, os dois projetos estruturantes, a Comunidade de Aprendizagem e o Polo de Turismo de Base Comunitária, resultam na caracterização das duas entradas de Poios.



Repavimentação das vias em pedra calcária

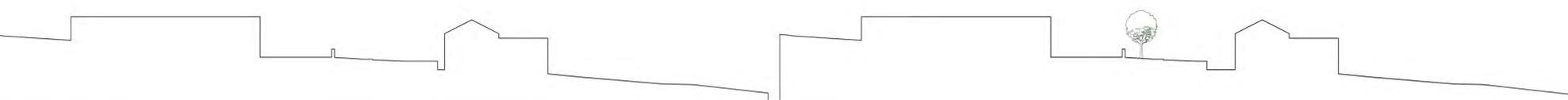


Sentido Automóvel Único (Organização da aldeia)

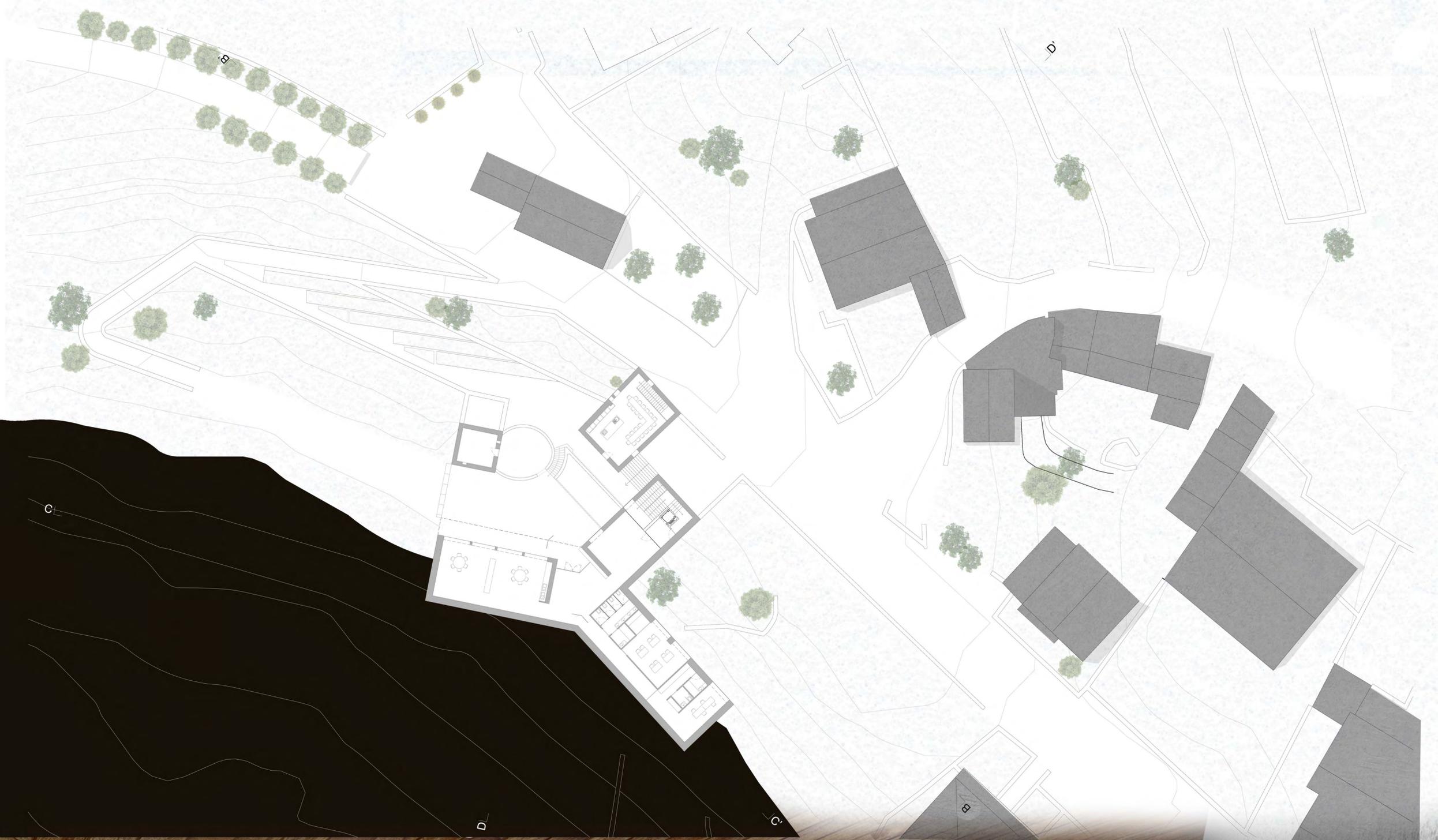


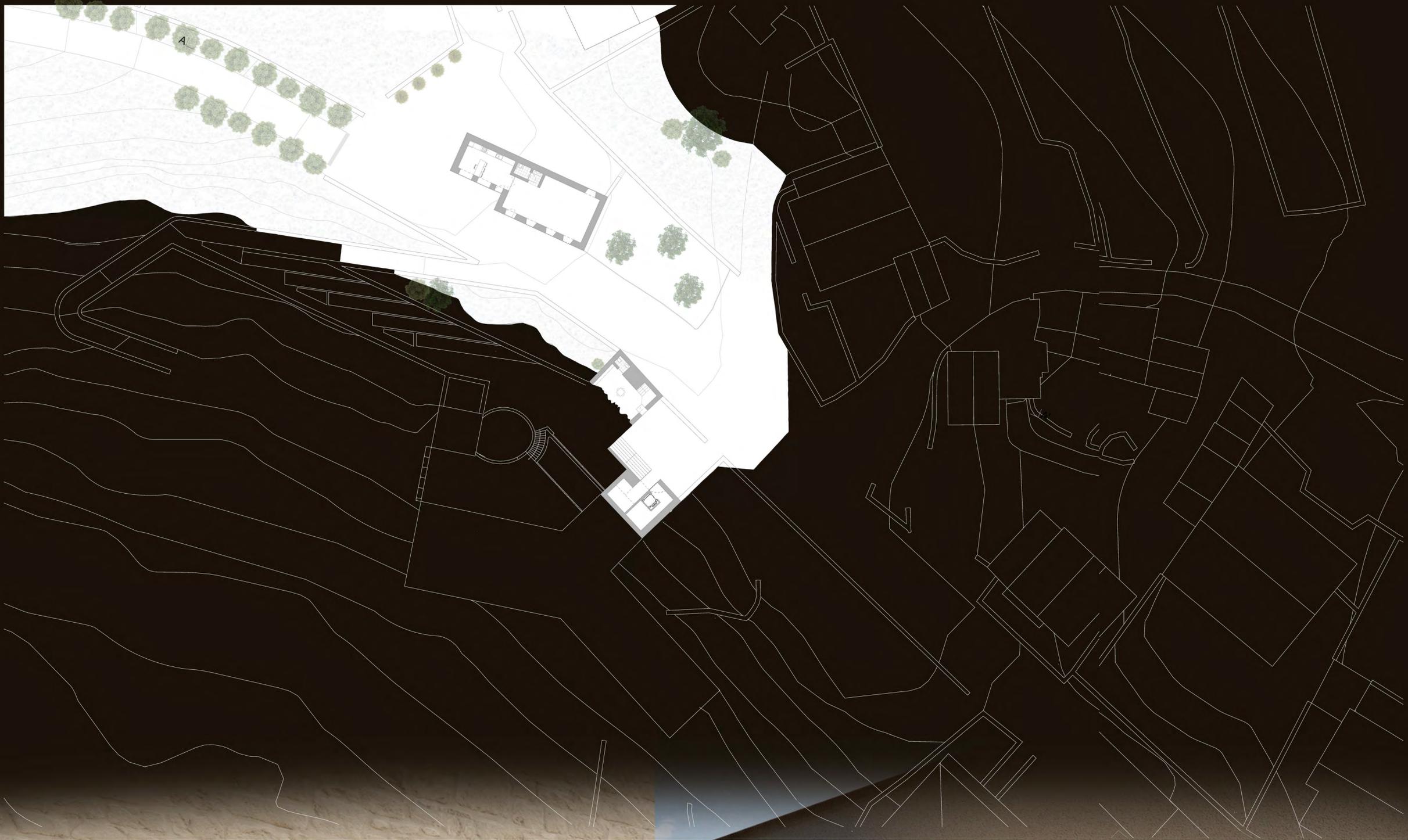
Duplo sentido automóvel

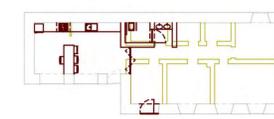
Sentido automóvel único



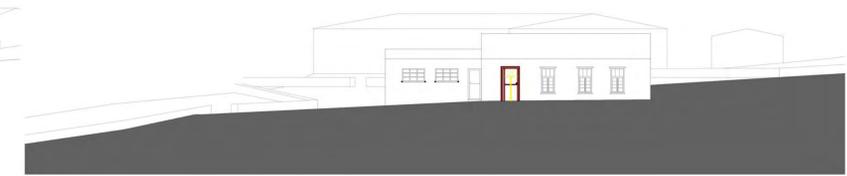
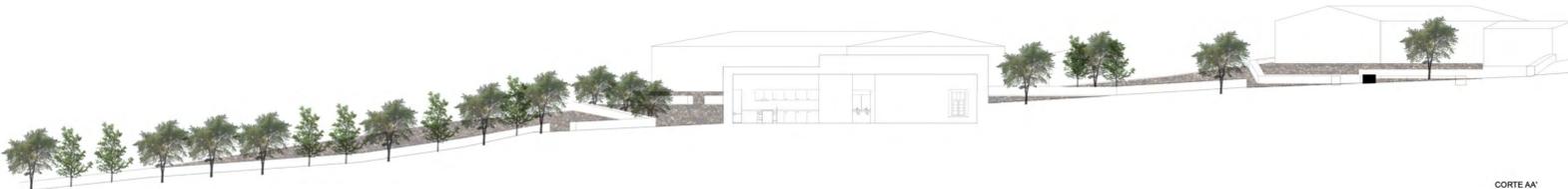




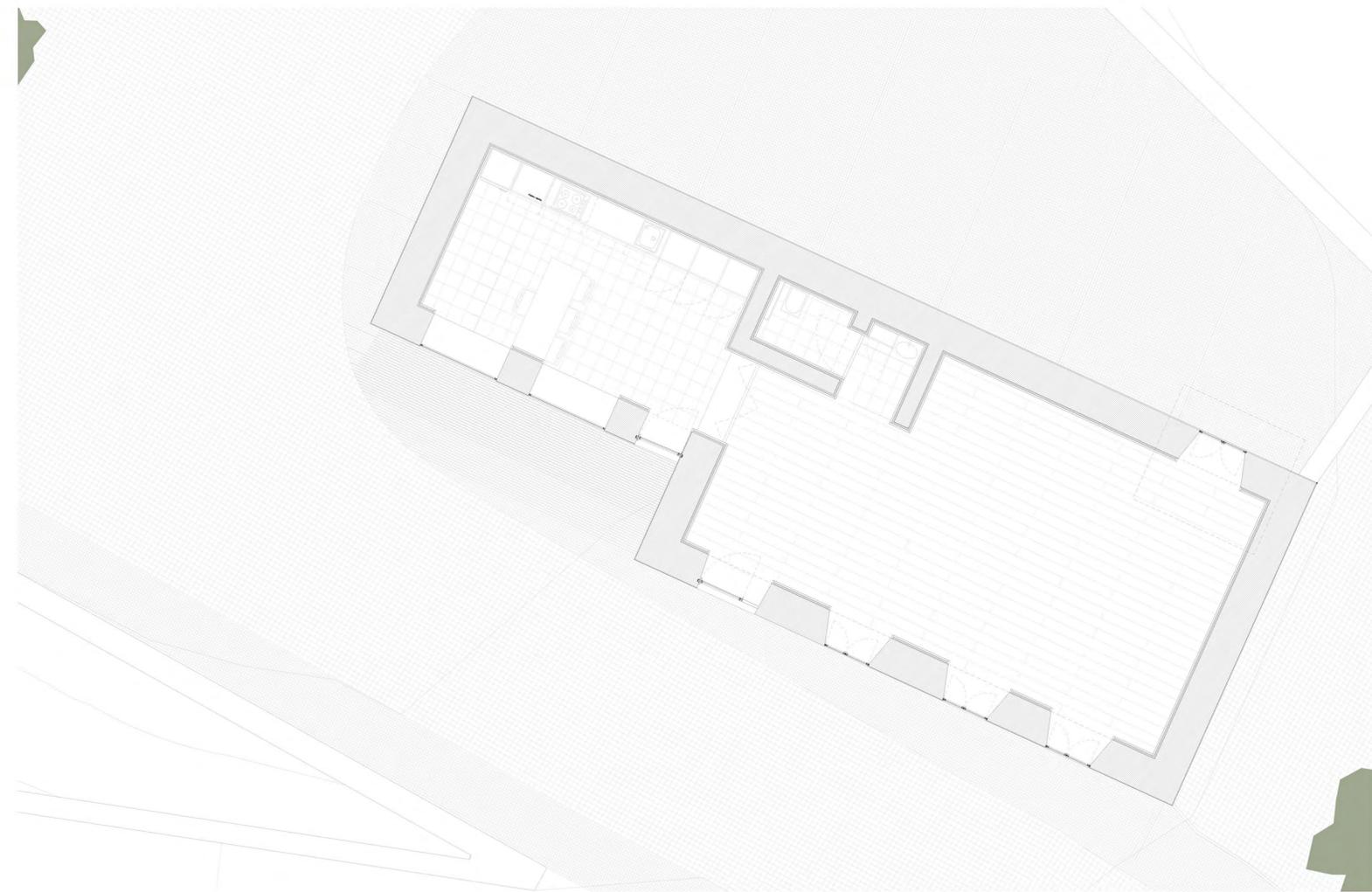




DEMOLIDO
CONSTRUÍDO



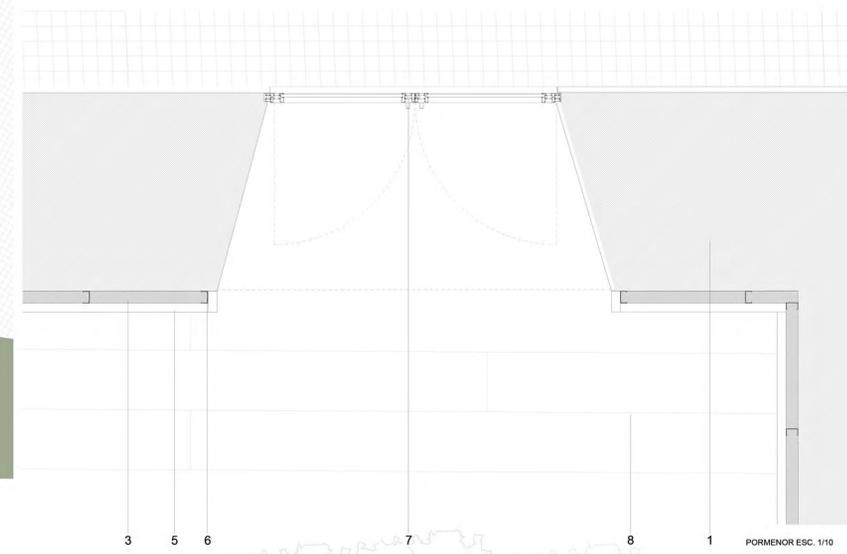
CORTE AA'



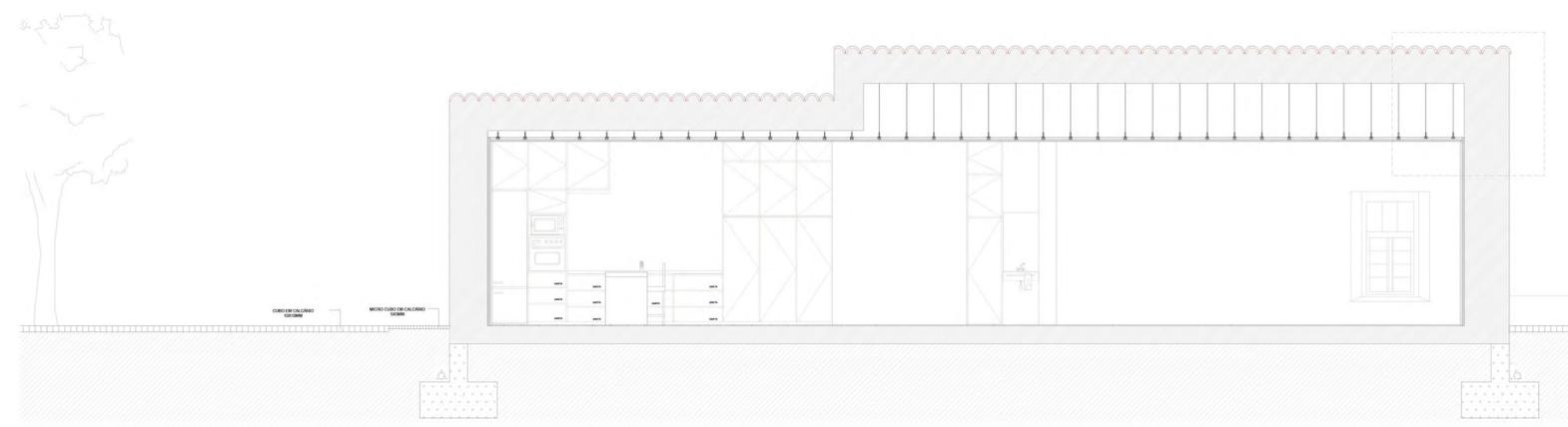
PLANTA ESC. 1:50



PORMENOR ESC. 1:20

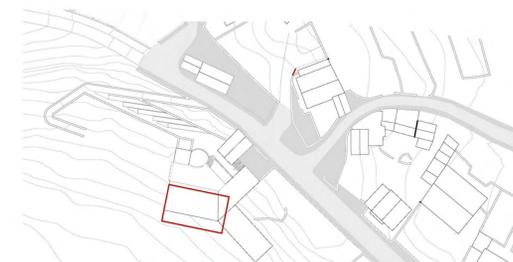
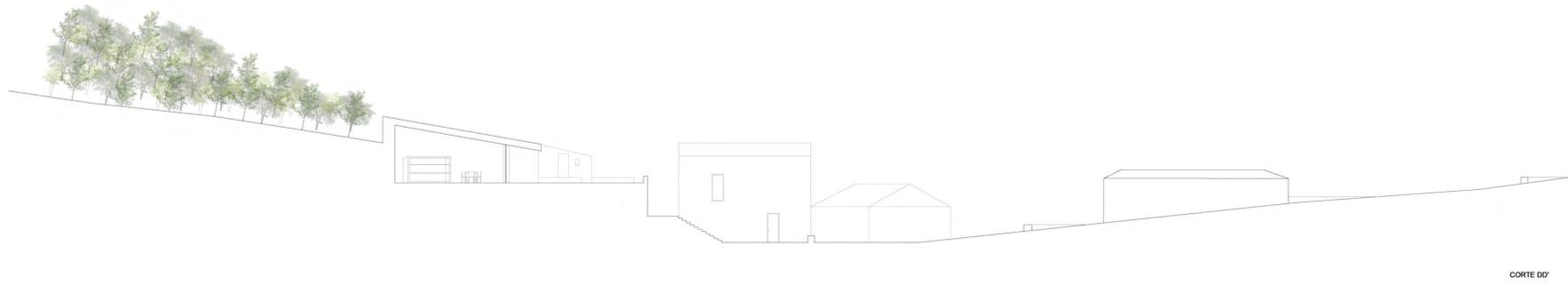


PORMENOR ESC. 1:10

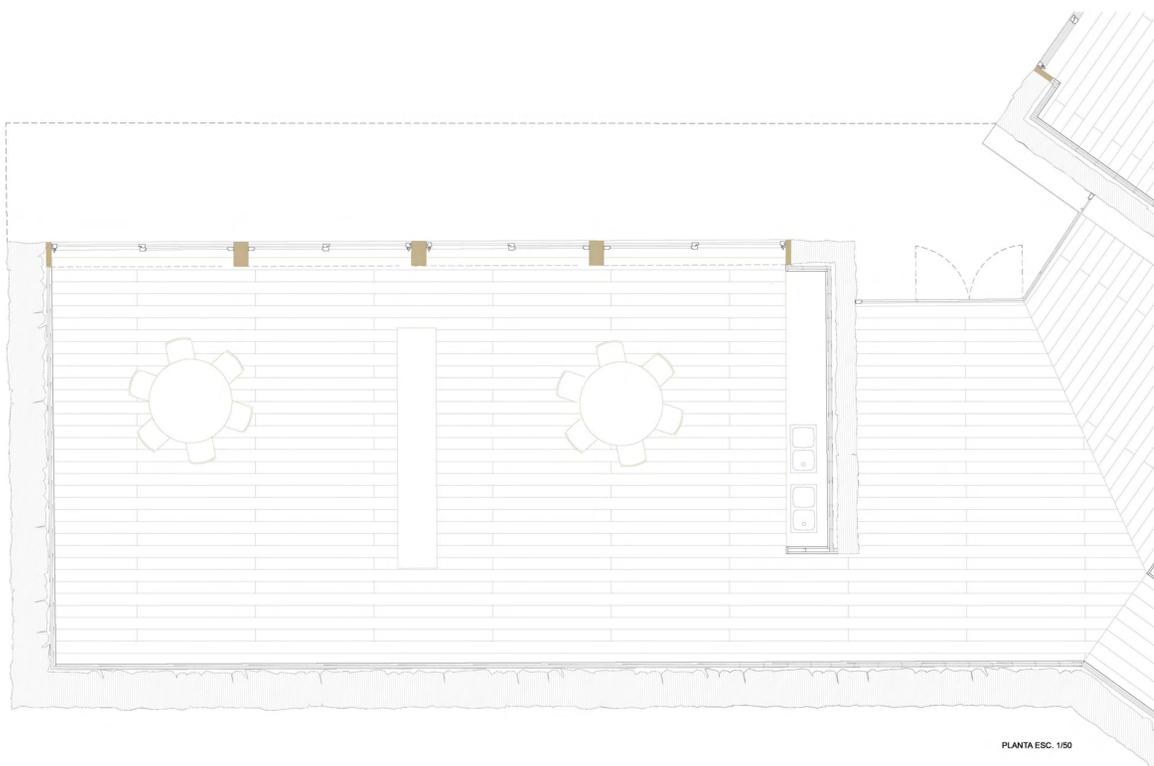


CORTE ESC. 1:50

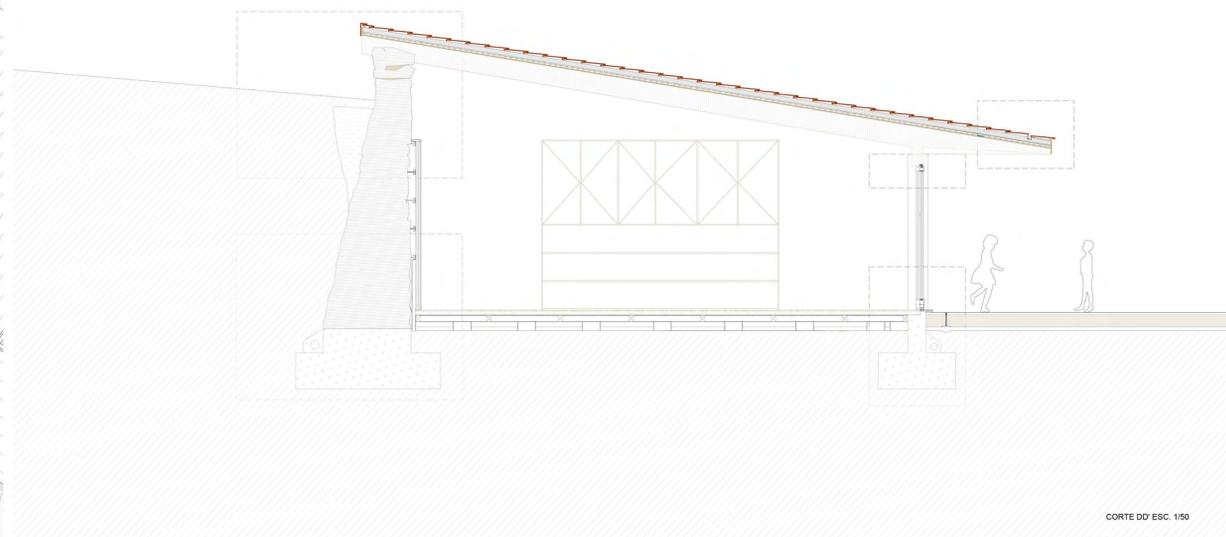
- 1- Existente
- 2- Montante metálico para fixação de teto falso em pladur
- 3- Isolamento em cortiça 4mm
- 4- Placas de gesso cartonado 15mm
- 5- Placas de gesso cartonado 30mm
- 6- Montante metálico
- 7- Caixilharia em madeira
- 8- Soalho em madeira maciça
- 9- Telha lusa



CORTE DD'



PLANTA ESC. 1/50

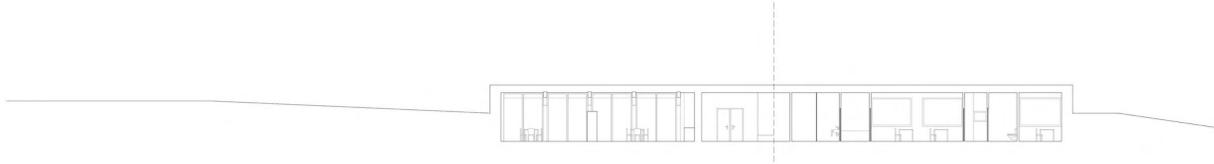


CORTE DD' ESC. 1/50

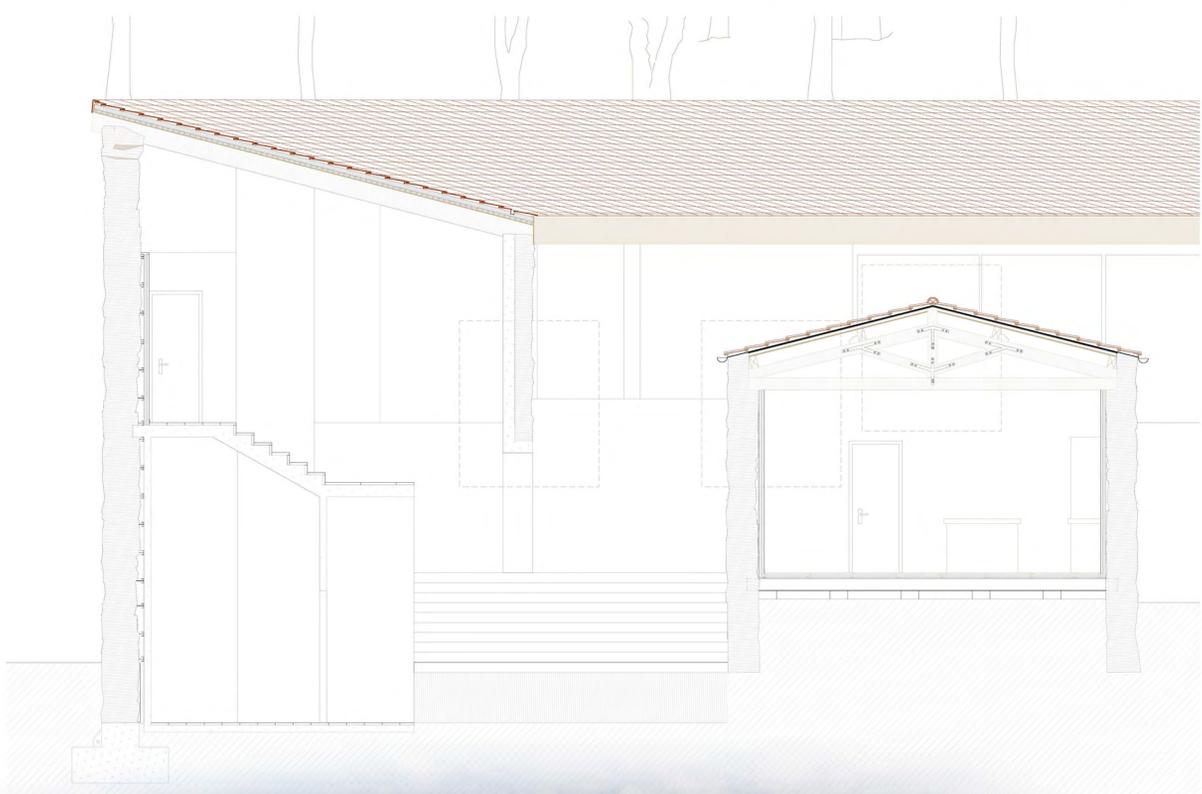




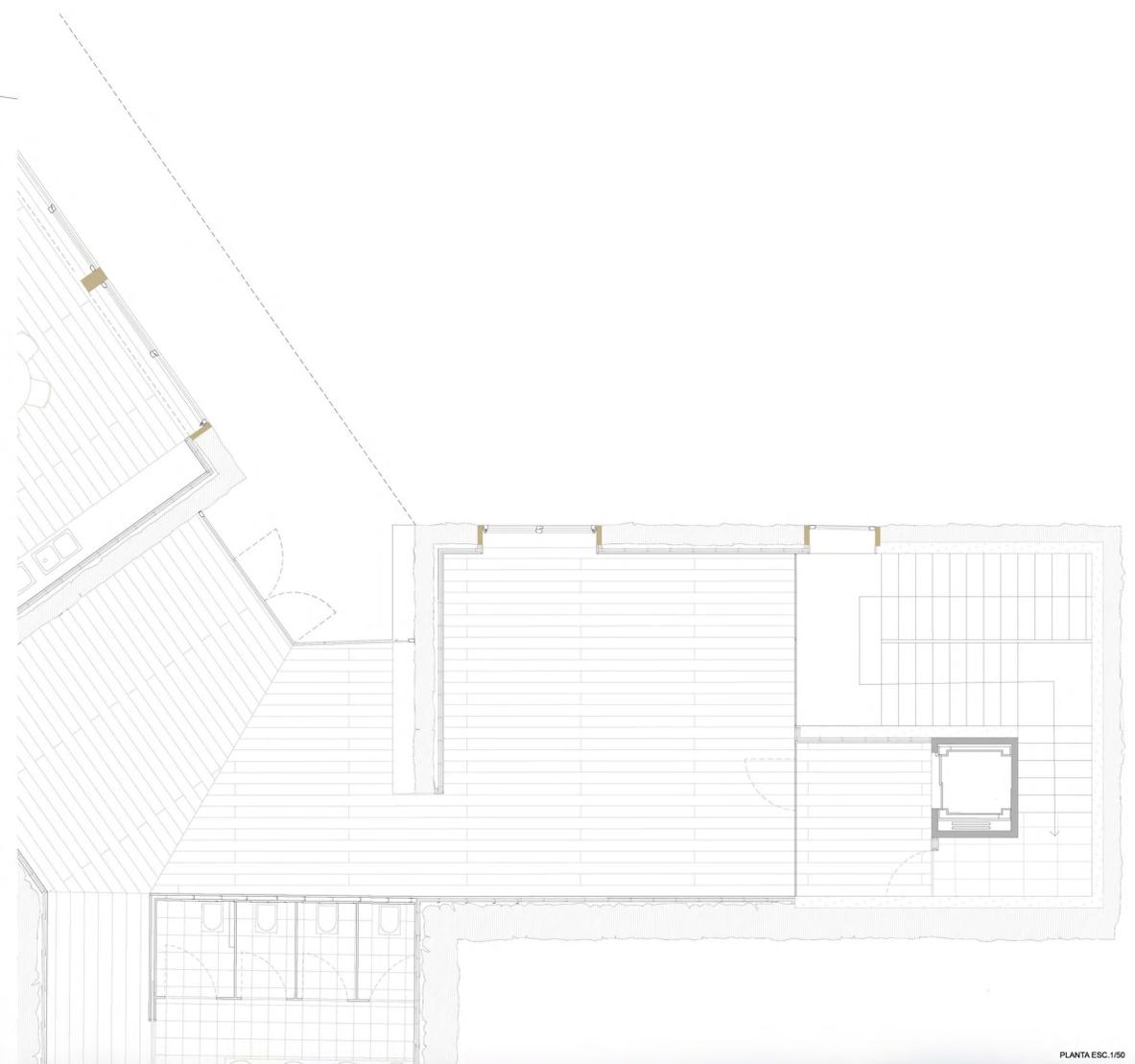
CORTE BB'



CORTE CC'

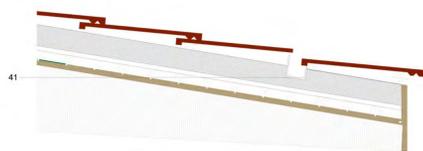
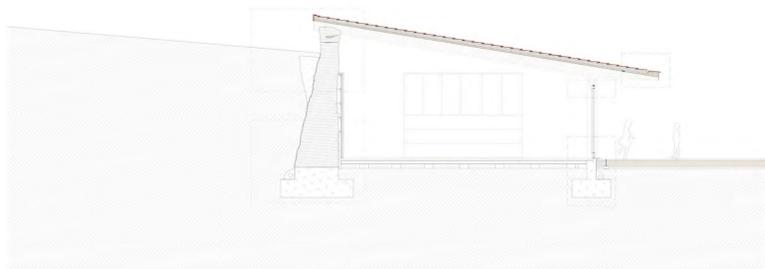


CORTE BB' ESC. 1/50

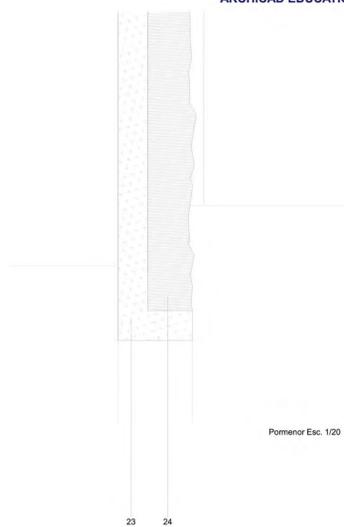
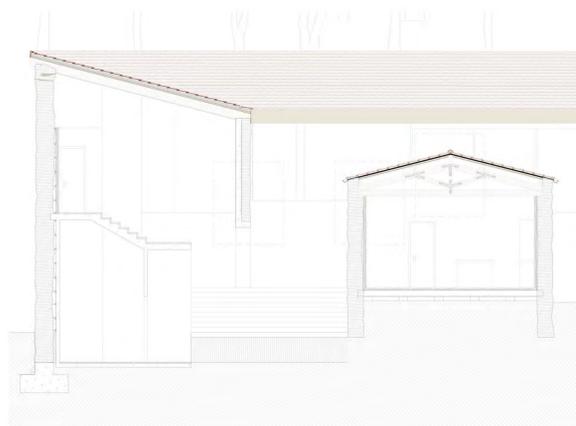


PLANTA ESC. 1/50





Pormenor Esc. 1/10



Pormenor Esc. 1/20



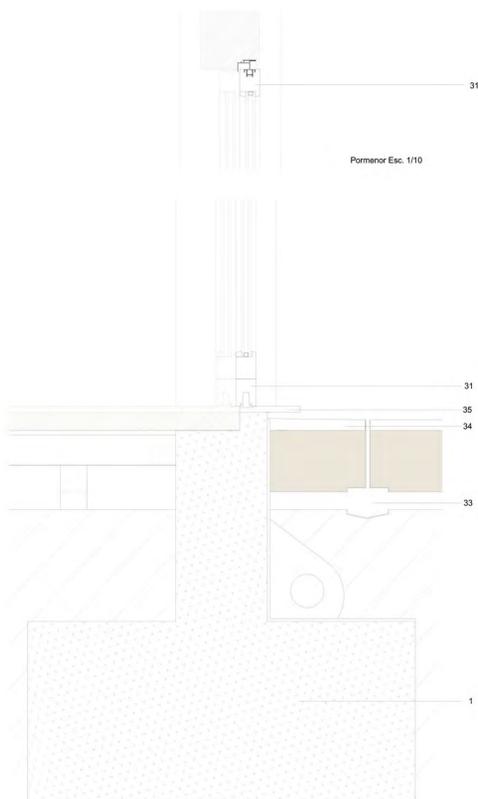
Pormenor Esc. 1/20



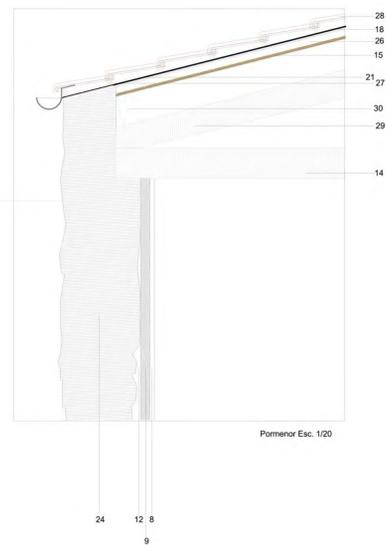
Pormenor Esc. 1/10



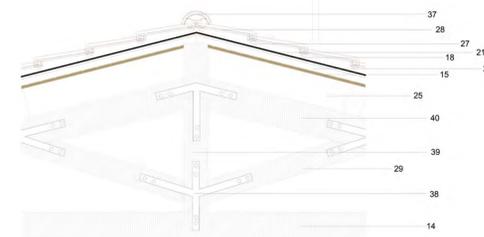
Pormenor Esc. 1/20



Pormenor Esc. 1/10



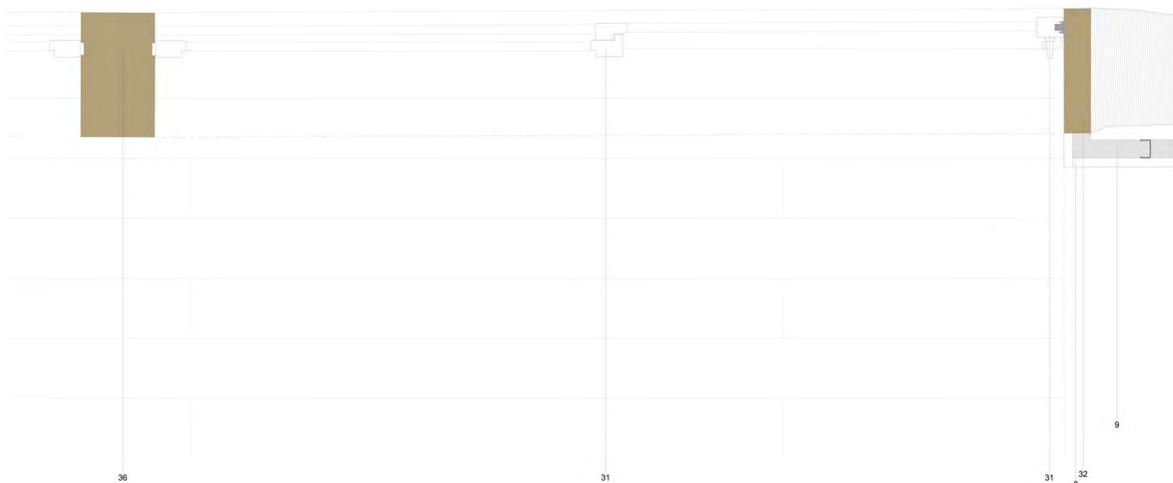
Pormenor Esc. 1/20



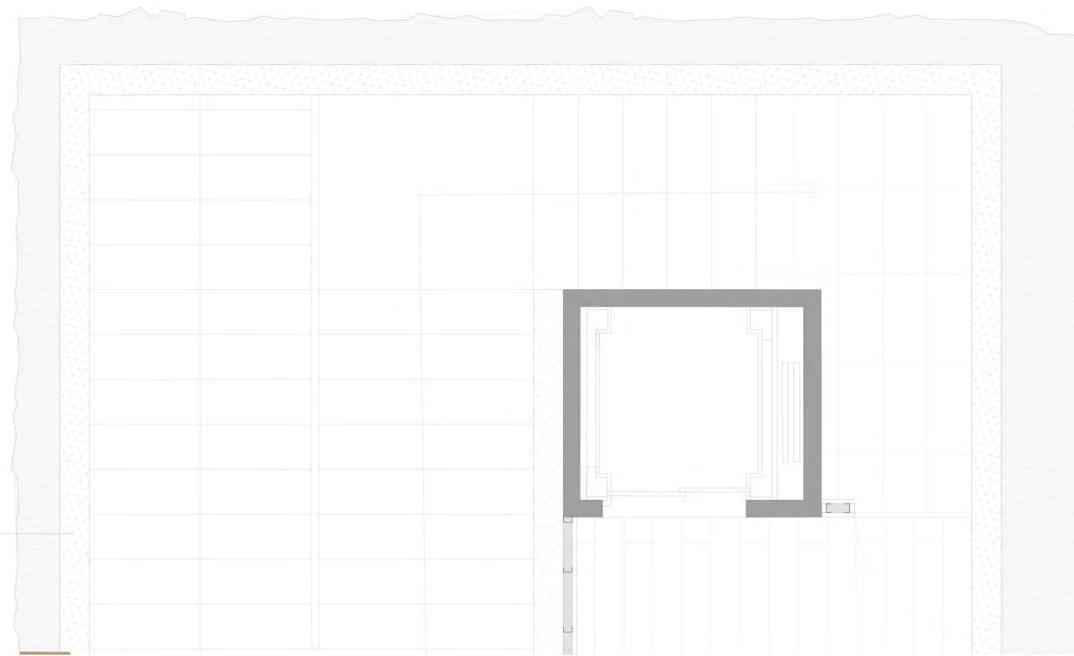
Pormenor Esc. 1/20



Pormenor Esc. 1/20



Pormenor Esc. 1/10



Pormenor Esc. 1/20



34



24



7



15



23



22

- 1- Fundação em betão
- 2- Pedra
- 3- Banda de borracha impermeabilizante
- 4- Barrotes de madeira 10x8cm
- 5- Pladur 15mm
- 6- Barrotes de madeira 6x6cm
- 7- Soalho de madeira 2x0,10m
- 8- Pladur 30mm
- 9- Cortiça 6cm
- 10- Canelete 6cm
- 11- Montante horizontal 6cm
- 12- Caixa de ar
- 13- Muro de contenção em pedra calcária
- 14- Viga de madeira 30x30cm
- 15- Forro de madeira
- 16- Contrarripado de madeira 3x3cm
- 17- Cortiça 3cm
- 18- Pladur 15mm
- 19- Cortiça 7cm
- 20- Barrotes de madeira 5x2cm

- 21- Tela impermeabilizante
- 22- Telha plana CS
- 23- Betão armado 20cm
- 24- Pedra calcária
- 25- Cortiça 4cm
- 26- Barrotes de madeira 4x3cm
- 27- Barrotes de madeira 4x2cm
- 28- Telha lusa
- 29- Asna
- 30- Barrotes de madeira 20x12cm
- 31- Caixilho de madeira
- 32- Moldura em madeira
- 33- Brickslot
- 34- pavimento em saibro estabilizado
- 35- Soleira em pedra calcária
- 36- Pilar de madeira 25x40cm
- 37- Cumieira
- 38- Estribo
- 39- Pendural
- 40- Viga de madeira 20x20cm

- 41- Canelete para escoamento de águas
- 42- Tela impermeabilizante